



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA  
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Agregados Monoparentais Vítimas de Violência  
Doméstica: Intervenção na Comunidade de Inserção  
Renascer

Ana Beatriz de Oliveira Branco Bastos

30 de setembro de 2018



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA  
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Agregados Monoparentais Vítimas de Violência  
Doméstica: Intervenção na Comunidade de Inserção  
Renascer

Ana Beatriz de Oliveira Branco Bastos

Relatório de Estágio na área de Ciências da  
Educação para obtenção do grau de Mestre em  
Ciências da Educação, orientado pela Professora  
Doutora Ana Amélia Amorim Carvalho

30 de setembro de 2018



*Insanity is doing the same thing over and over again and  
expecting different results*  
Unknown

# Agradecimentos

Na medida em que o presente relatório se desenvolveu como remate de um estágio na Comunidade de Inserção Renascer e como conclusão do Curso de Mestrado de Ciências da Educação, as suas condições de possibilidade são simultaneamente institucionais e académicas, o que justifica um especial agradecimento à orientadora deste relatório, Professora Doutora Ana Amélia Amorim Carvalho, pelo incansável esforço ao longo deste percurso, sem o qual não teria sido possível a concretização deste projeto. À Diretora Técnica da Comunidade de Inserção Renascer, Dra. Isabel Figueiredo, pela oportunidade de integração na instituição e suporte pessoal durante o período de estágio.

Agradeço, também, à Dra. Marta Costa, orientadora local, pelo acompanhamento muito próximo dentro da CIR, sem deixar de referir as suas características pessoais de otimismo contagiante, mesmo nos momentos mais difíceis. Às técnicas Dra. Teresa Roque e Dra. Sandra Marques pela disponibilidade e bom acolhimento, bem como pela sua amizade e carinho. Esta equipa demonstra que existem bons profissionais a lutar pela promoção do bem-estar dos mais vulneráveis.

Por último, às residentes com quem tive a oportunidade de trabalhar e que me deram espaço para entrar nas suas vidas. A elas desejo tudo de bom e espero que consigam organizar as suas vidas da melhor forma possível.

Deixo aqui o meu mais profundo agradecimento a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a conclusão desta etapa.

A todos um muito obrigado!

## Resumo

Com o presente trabalho apresentam-se as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O contexto institucional deste estudo foi a Comunidade de Inserção Renascer da Cáritas Diocesana de Coimbra e as suas residentes vítimas de violência doméstica, no período de estágio que decorreu entre 30 de outubro de 2017 a 29 de junho de 2018.

Do ponto de vista do enquadramento teórico começou por se caracterizar conceptualmente a Violência, em particular a Violência Contra a Mulher, a Violência de Género, a Violência nas Relações Íntimas e Violência Doméstica.

Ao ganhar progressivamente um foco na vida doméstica o trabalho escrutina a parentalidade, os reflexos na parentalidade da violência doméstica e o impacto desta no desenvolvimento saudável da criança.

A Comunidade de Inserção Renascer acolhe essencialmente vítimas de violência doméstica que trazem consigo histórias pessoais em que se retratam as noções, os paradoxos e as incertezas assinalados no enquadramento teórico da violência doméstica. Estas mulheres mães exemplificam vivencialmente os diversos tipos de violência, a sua articulação com os estereótipos de género, a exclusão social daí decorrente e ainda crises da parentalidade que surgem nas suas vidas como fruto das agressões ou separações.

Apresentam-se as atividades do estágio, nomeadamente as que havia em curso na instituição, tendo-se promovido uma Oficina Parental, no âmbito do desenvolvimento de competências parentais, onde foi possível pôr em prática metodologias e habilidades que os técnicos devem ter presente nas suas intervenções junto deste tipo de público, adaptando algumas propostas da série de programas dos *Incredible Years*, em particular o *Toddlers Parenting Program*.

Este estágio teve uma componente prática muito vincada com atividades de intervenção junto destas mulheres, desde Segurança Infantil, a importância do *Brincar*, a construção de materiais lúdico-didáticos, promoção da leitura e espaço de relaxamento.

**Palavras chave:** violência; violência doméstica; parentalidade; cuidados parentais; brincar; agregados monoparentais

# Abstract

This report presents the activities developed during the curricular internship of the Master's degree in Education Sciences by the Faculty of Psychology and Education Sciences of the University of Coimbra. The institutional context of this study was the Renascer Integration Community of Cáritas Diocesana de Coimbra and its resident victims of Domestic Violence during the period of training that took place between October 30<sup>th</sup>, 2017 and June 29<sup>th</sup>, 2018.

From the point of view of the theoretical framework, Violence Against Women, Gender Violence, Intimate Relationships and Domestic Violence began to be conceptually characterized.

By gradually gaining a focus on domestic life, work scrutinizes parenting, reflections on parenting of Domestic Violence, and its impact on the child's healthy development.

The Renascer Integration Community essentially hosts victims of Domestic Violence who bring with them personal stories that portray the notions, paradoxes and uncertainties highlighted in the theoretical framework of Domestic Violence. These mothers exemplify the various types of violence, their articulation with gender stereotypes, the resulting social exclusion and crises of parenthood that arise in their lives as a result of aggression or separation.

This report includes the ongoing activities at the institution and a Parental Workshop, in the context of the development of parental skills, where it was possible to put into practice methodologies and skills that technicians should keep in mind when intervening with this type of audience, adapting some proposals from the *Incredible Years* series of programs, in particular the *Toddlers Parenting Program*.

The internship had a very strong practical component with intervention activities among these women, from Children's Safety, the importance of Play, the construction of play-didactic materials, promotion of reading and relaxation space.

**Keywords:** violence; domestic violence; parenting; parental care; play; single-parent households

<b>Índice</b>	
<b>Índice de Figuras</b>	<b>1</b>
<b>Índice de Tabelas</b>	<b>2</b>
<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo I. Enquadramento Teórico</b>	<b>6</b>
1.1. Violência Doméstica (contra a Mulher) – um grave problema de saúde pública	6
1.1.1. Considerações sobre a Violência	6
1.1.2. Violência Contra a Mulher	10
1.1.3. Violência de Género (contra a Mulher)	13
1.1.4. Violência nas Relações Íntimas	14
1.1.5. O conceito de Violência Doméstica	16
1.1.5.1. O crime de Violência Doméstica	18
1.1.5.2. A Lei Portuguesa sobre Violência Doméstica	19
1.1.5.3. Tipos de violência associados à VD	22
1.1.5.4. Processos e Dinâmicas de abuso	24
1.1.5.5. Consequências da Violência Doméstica na mulher	27
1.2. O impacto da VD na dinâmica familiar	29
1.2.1. A família	29
1.2.2. Parentalidade	30
1.2.3. Impacto da Violência Doméstica na <i>Parentalidade</i>	33
1.2.4. Impacto da Violência Doméstica na criança	37
1.3. A importância da participação do cuidador no <i>Brincar</i> enquanto potenciador de relações parentais positivas e do desenvolvimento da criança	39
1.4. Metodologias e técnicas na intervenção junto de Vítimas de Violência Doméstica	46
<b>Capítulo II. A Cáritas</b>	<b>49</b>
2.1. Enquadramento institucional	49
2.2. Cáritas Diocesana de Coimbra	51
2.3. Comunidade de Inserção Renascer	54
2.3.1. Processos de Encaminhamento, Admissão e Acolhimento	55
2.3.2. Objetivos	58
<b>Capítulo III. Atividades realizadas</b>	<b>60</b>
3.1. Fase inicial	62
3.1.1. Caracterização das residentes em acolhimento no período de estágio	62
3.1.2. Levantamento de necessidades - Análise SWOT	67

3.2. Projeto: Oficina parental	69
3.2.1. Sessão 1- Segurança Infantil: Uma casa segura	70
3.2.2. Sessão 2 – A importância do tempo de brincadeira	71
3.2.3. Sessão 3 – Construção de materiais didáticos e brincadeiras	73
3.2.4. Sessão 4- Cantinho da leitura	75
3.2.5. Sessão 5 - Sessão de relaxamento	75
3.2.6. Avaliação do impacto da Oficina Parental	77
3.3. “De Gata Borralheira.... a Cinderela”	86
3.3.1. Orçamento Mensal: Gerir o Meu Dinheiro	86
3.3.2. Entrevista de emprego	87
3.3.3. Técnicas de Defesa Pessoal	88
3.3.4. Dinâmicas de desenvolvimento de confiança e trabalho de equipa	89
3.4. Comemoração de dias festivos	90
3.5. Atividades socioeducativas	94
3.5.1. Cuidados de Beleza	94
3.5.2. Momento de relaxamento	94
3.5.3. Visita ao Santuário de Fátima	94
3.5.4. Atividade Mitos e Realidades	95
3.5.5. Dinâmica de grupo: Gestão de Conflitos	96
3.5.6. Atividade Lúdico-Desportiva: passeio pedestre	96
3.5.7. Passeio Anual	96
3.6. Atividades administrativas e de apoio à CIR	97
3.7. Seminários e Congressos	99
3.8. Projeto em TIC	101
<b>Conclusão/Reflexão</b>	<b>102</b>
<b>Referências</b>	<b>104</b>
<b>Anexos</b>	<b>108</b>
Anexo I – Matriz de planificação da sessão da área das TIC	109
Anexo II – Teste diagnóstico na área das TIC	110
Anexo III – Questionário entregue às mães acerca do tempo de brincadeira	113
Anexo IV – Matriz de planificação da sessão 1 da Oficina Parental	115
Anexo V – <i>Links</i> dos Vídeos visualizados na sessão 1 da Oficina Parental	117
Anexo VI – Atividade da sessão 1 da Oficina Parental - <i>Checklist</i> “A segurança do meu bebé: a ter em atenção	118

Anexo VII – Matriz de planificação da sessão 2 da Oficina Parental	119
Anexo VIII - Atividade da sessão 2 da Oficina Parental	121
Anexo IX – Matriz de planificação da sessão 3 da Oficina Parental	122
Anexo X – Matriz de planificação da sessão 4 da Oficina Parental	124
Anexo XI – Matriz de planificação da sessão 5 da Oficina Parental	126
Anexo XII – Matriz de planificação da sessão <i>Gerir o meu dinheiro: Ida ao supermercado</i>	128
Anexo XIII – Atividade da sessão <i>Gerir o meu dinheiro: Ida ao supermercado</i>	129
Anexo XIV – Matriz de planificação da sessão <i>Gerir o meu dinheiro: Aluguer de casa e contratos</i>	130
Anexo XV – Atividade da sessão <i>Gerir o meu dinheiro: Aluguer de casa e contratos</i>	131
Anexo XVI – Matriz de planificação da sessão <i>Entrevista de emprego</i>	132
Anexo XVII – Atividade da sessão <i>Entrevista de emprego</i> (adaptado dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave)	133
Anexo XVIII – Matriz de planificação da sessão <i>Técnicas de Defesa Pessoal</i>	136
Anexo XIX – Matriz de planificação da sessão <i>Dinâmicas de desenvolvimento de confiança e trabalho de equipa</i>	137
Anexo XX – Vídeo mosaico apresentado na celebração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher	138

# Índice de Figuras

Figura 1.1. Tipologia de Violência

Figura 1.2. Modelo ecológico da violência

Figura 1.3. Tipologia de Violência Contra a Mulher, adaptado do Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde

Figura 1.4. Suspeitos identificados em crimes de VD

Figura 1.5. Ciclo da Violência Doméstica

Figura 1.6. Dimensões da parentalidade

Figura 1.7. Pirâmide do *Incredible Years – Toddlers Parenting Program*

Figura 2.1. Símbolo da Cáritas Diocesana

Figura 2.2. A presença da Cáritas no Mundo

Figura 2.3. Estrutura Funcional por Resposta Social e Tipo de Serviço Prestado

Figura 2.4. Estrutura orgânica da Cáritas Diocesana de Coimbra

Figura 3.1 Idade das adultas acolhidas na CIR

Figura 3.2. Idade das crianças acolhidas por escalão etário

Figura 3.3. Habilitações literárias das residentes acolhidas na CIR

Figura 3.4. Nacionalidade das residentes acolhidas na CIR

Figura 3.5. Motivo de encaminhamento

Figura 3.6. Exemplo de garrafas sensoriais

Figura 3.7. Exemplo de Equilíbrio na Garrafa

Figura 3.8. Sabe quando a criança quer brincar (N=6)

Figura 3.9. Brinca com a criança todos os dias (N=6)

Figura 3.10. Brinca pelo menos 15 minutos por dia com a criança (N=6)

Figura 3.11. Tipo de brincadeiras (N=12)

Figura 3.12. Tipo de brincadeiras (N=17)

Figura 3.13. Sente dificuldade quando brinca com a criança (N=6)

Figura 3.14. Tipo de dificuldade (N=8)

Figura 3.15. Tipo de dificuldade (N=6)

Figura 3.16. Gostaria de ter mais tempo para brincar com a sua criança (N=6)

Figura 3.17. Com quem a criança brinca mais(N=6)

Figura 3.18. A importância da brincadeira entre pais e filhos (N=6)

Figura 3.19. O tempo que a mãe brinca com a criança é suficiente para ela (N=6)

Figura 3.20. Preferência da criança relativamente à companhia para brincar (N=6)

Figura 3.21. Cartaz de apresentação do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher

Figura 3.22. CIR e CAIC celebram o Dia da Mulher

Figura 3.23. Parque Biológico da Serra da Lousã

Figura 3.24. VII Encontro Grupo Violência: Violência Interpessoal ao Longo do Ciclo Vital, Pensar a Prevenção

Figura 3.25. Situação 1

Figura 3.26. Situação 2

Figura 3.27. Situação 3

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Critérios de admissão na Comunidade de Inserção Renascer

Tabela 2 – Análise SWOT da Comunidade de Inserção Renascer

## Siglas

AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

CDC – Cáritas Diocesana de Coimbra

CIR – Comunidade de Inserção Renascer

CDC – Cáritas Diocesana de Coimbra

EIGE – Instituto Europeu da Igualdade de Género

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MP – Ministério Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PIF – Planeamento Individual Familiar

PJ – Polícia Judiciária

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PSP – Polícia de Segurança Pública

RSI – Rendimento Social de Inserção

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

VD – Violência Doméstica

VRI – Violência nas Relações de Intimidade

VVD – Vítima de Violência Doméstica

## Introdução

O presente relatório de estágio foi realizado no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O referido estágio foi desenvolvido na Comunidade de Inserção Renascer (CIR), uma das diversas valências da Cáritas Diocesana de Coimbra. Decorreu ao longo do ano letivo 2017-2018, entre o dia 30 de outubro de 2017 e o dia 29 de junho de 2018.

O estágio, que decorreu sob orientação local da técnica superior de Animação Socioeducativa Marta Costa e supervisão da Professora Doutora Ana Amélia Carvalho na faculdade, revelou-se uma oportunidade excecional de formação. Permitiu o confronto de teorias, práticas e realidade profissional.

A CIR é uma instituição que visa acolher, proteger e (re)integrar mulheres e/ou agregados monoparentais em situação de vulnerabilidade social e/ou Vítimas de Violência Doméstica, com o objetivo de promover não só a satisfação das necessidades básicas, como também as condições essenciais para um desenvolvimento consistente nos níveis pessoal, social e familiar.

Este documento encontra-se subdividido em três capítulos e uma conclusão.

O primeiro dedica-se a um enquadramento teórico. Apresentam-se os aspetos que permitem integrar a violência doméstica como conceito empírico-analítico, tendo por referência a instituição familiar e o impacto das disfunções do espaço familiar no desenvolvimento da criança e no surgimento de situações de violência patológica. Descrevem-se as orientações de intervenção com vítimas.

O segundo capítulo consiste na caracterização da instituição Caritas, mais especificamente da Cáritas Diocesana de Coimbra (CDC), abordando a sua história e as estruturas orgânica e funcional. Referem-se as principais valências, dando especial atenção à CIR. Aqui, são definidos os seus objetivos, público-alvo, funcionamento da casa e processos de encaminhamento, admissão e acolhimento. Apresenta-se uma análise SWOT da CIR concebida e concluída pela estagiária.

O terceiro capítulo é dedicado às atividades realizadas ao longo do estágio, tendo por temas integração profissional, gestão financeira, defesa pessoal, promoção da confiança e

trabalho em equipa, entre outros. A Oficina Parental e as atividades complementares são igualmente descritas.

O relatório termina com uma conclusão e reflexão sobre o trabalho realizado.

# Capítulo I. Enquadramento Teórico

## 1.1. Violência Doméstica (contra a Mulher) – um grave problema de saúde pública

*Violence against women is perhaps the most shameful human rights violation, and it is perhaps the most pervasive. It knows no boundaries of geography, culture or wealth. As long as it continues, we cannot claim to be making real progress towards equality, development and peace.*

(Kofi Annan, 1999)

### 1.1.1. Considerações sobre a Violência

Uma ponderação acerca dos motivos da violência, como se manifesta e quais suas consequências não pode ser reduzida a explicações superficiais e simplistas que levam a ações imediatas que, embora possam disfarçar, não transformam as suas verdadeiras causas (Pereira & Pereira, 2011).

A violência exterioriza-se de distintas maneiras, em diversos contextos, através de vários tipos de atos agressivos que dirigem essencialmente a crianças, mulheres, idosos e outros indivíduos mais vulneráveis (Casique & Furegato, 2006).

Surge frequentemente no nosso quotidiano, de modo indireto através dos meios de comunicação ou de forma mais direta nas escolas, nas famílias, nos grupos sociais formais e informais e na interação social espontânea. De acordo com Strey (2001, cit. in Costa & Aquino, 2011, p.122), “aparentemente, a violência passou a ser um predicativo do jeito humano de ser”.

Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi e Lozano (2002) definem violência como o uso intencional de força física ou poder, em modo de ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo /comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento desajustado ou privação. Nesta definição, a inclusão da expressão “poder” amplia a compreensão convencional de violência de modo a incluir os atos que resultam de relações de domínio, que incluem ameaças e intimidação. Esta definição

abarca todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, incluindo a negligência, o suicídio e outros atos autoinfligidos.

No seu significado mais frequente, violência exprime o uso da força física, psicológica ou intelectual de modo a forçar outra pessoa a fazer algo que não quer. Impedir a mulher (ou outro) de expressar a sua vontade, correndo o risco de viver gravemente ameaçada ou até espancada, lesionada ou morta. Considera-se um meio de coação, de submeter o outro à sua vontade e como tal constitui uma violação dos direitos do Homem (Teles & Melo, 2003, cit. in Cavalcanti, 2012).

Consoante as características da agressão, Krug et al. (2002) propuseram uma tipologia que divide a violência em três categorias: autodirigida, interpessoal e coletiva. Esta categorização permite a distinção entre violência que um sujeito inflige a si mesmo, violência infligida por outro(s) sujeito(s) e violência infligida por grupos alargados, tal como o Estado, organizações políticas, etc (Figura 1.1).

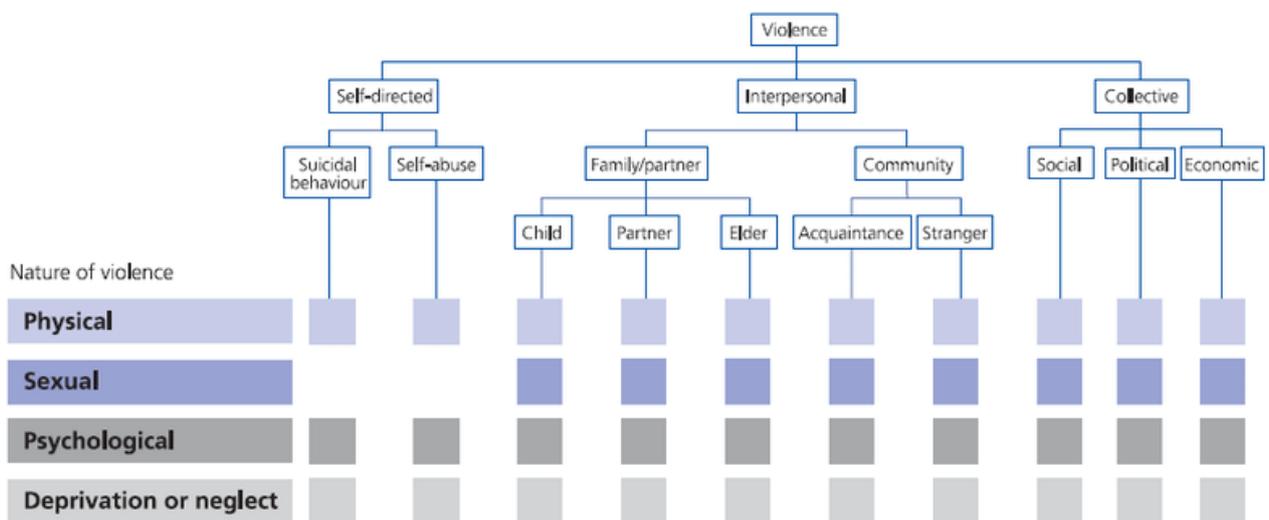


Figura 1.1. Tipologia de violência (Krug et al., 2002, p.7)

Embora esta tipologia não reúna unanimidade, fornece uma visão geral, abrangente dos padrões de violência presentes no mundo e no quotidiano das famílias e comunidades (Coelho, Silva & Linder, 2014).

De acordo com Krantz e Garcia-Moreno (2005) os atos de violência são normalmente categorizados em atos físicos, sexuais ou psicológicos – considerando igualmente a privação e negligência como formas de abuso psicológico. No entanto, estes diferentes tipos de

violência estão relacionados e em alguns contextos formam um padrão complexo de comportamentos em que a violência psicológica se associa ao abuso físico e/ou sexual.

Coker, Smith, McKeown e King (2000, cit. in Krantz & Garcia-Moreno, 2005) descobriram que mulheres vítimas de abuso físico e sexual pontuaram mais em escalas que medem problemas de saúde que as mulheres que sofreram exclusivamente abuso físico. Concluíram que a violência sexual poderá ser um marcador de violência mais grave e um potenciador de mais agressões.

Nenhum fator isolado explica o comportamento agressivo de alguns indivíduos em relação a outros, ou a maior prevalência da violência numa comunidade em comparação com outras, tendo em conta que a violência é o resultado da complexa correlação dos diversos fatores individuais, sociais, culturais, ambientais e relacionais. A compreensão da relação destes fatores com a violência é um passo crucial para a abordagem da prevenção da violência no âmbito da saúde pública (Krug et al., 2002).

A transformação da violência num tema de saúde pública é uma das questões mais importantes na passagem da violência do foro privado ou estritamente familiar para a esfera pública e legislativa. Mediante a resolução nº. WHA49.25, as Nações Unidas declararam em 1996 a violência como um grave problema de saúde pública. A VD, por exemplo, apresenta elevados custos não só de foro pessoal (emocional, físico, psicológico), como também sociais e económicos elevados (tendo em conta despesas de saúde, segurança social, absentismo laboral, etc.) (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, p.12). Particularmente, os custos de saúde pública em casos de violência doméstica atingiram já valores muito significativos (Prazeres, 2016, p.47). De acordo com um estudo de 2004 da Universidade da Califórnia em São Francisco, os custos diretos e indiretos da violência contra as mulheres atingiram o valor de 8,3 biliões de dólares. Em 2018, um novo estudo da Case Western Reserve University apresenta, para os Estados Unidos, custos na ordem dos 55 biliões anuais gastos com os efeitos da exposição das crianças à violência doméstica (Case Western Reserve University, 2018).

O Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde da OMS sugeriu um modelo ecológico através do qual se tenta compreender a natureza multifacetada desta problemática. Este modelo explora a relação entre fatores individuais e contextuais, considerando a violência como resultado dos diversos tipos de influência sobre o comportamento, permitindo analisar

as probabilidades das pessoas se converterem em vítimas ou agressores (Figura 1.2) (Krug et al., 2002).

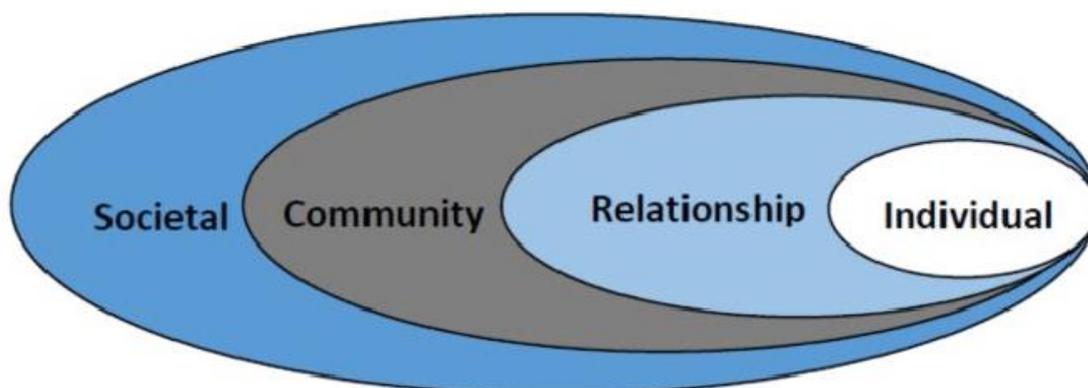


Figura 1.2. Modelo ecológico para compreender a violência (Krug et al., 2002, p.12)

O primeiro nível – individual – procura identificar os fatores biológicos e da história pessoal que o indivíduo transpõe para o seu comportamento. Além de outros fatores como os biopsíquicos, conta-se o nível de educação, hábitos de consumo (uso e abuso de substâncias tóxicas), historial de agressividade ou abuso de poder. Concentra-se nas características do indivíduo que possam aumentar a probabilidade de ser vítima ou agressor.

De seguida, o modelo ecológico explora como as relações sociais próximas potenciam o risco de se tornar vítima ou agressor. No caso de violência nas relações de intimidade<sup>1</sup> e de maus tratos a crianças p.e., a interação regular em habitação comum com o agressor pode propiciar encontros violentos. Isto porque quando os indivíduos convivem juntos numa relação contínua, é provável que a vítima seja abusada repetidamente pelo seu agressor. Numa situação de violência interpessoal entre jovens, pesquisas demonstram que estes mais facilmente se envolverão em atividades negativas quando estas são aprovadas e estimuladas pelos amigos. Os colegas, os parceiros íntimos e os membros da família têm o potencial de modelar a conduta do indivíduo e a extensão da sua experiência (Thornberry, Huizinga, Loeber, 1995 & Lipsey, Derzon, 1998, cit. in Krug et al., 2002, p.13).

O terceiro nível avalia o contexto da comunidade, na qual estão inseridas as relações sociais – escolas, locais de trabalho e vizinhança – tentando identificar as características que se associam ao facto de serem vítimas ou agressores. Estudos sobre a violência demonstram

---

<sup>1</sup> Todos os atos de violência física, sexual, psicológica e económica exercida entre cônjuges ou ex-cônjuges ou entre companheiros/as ou ex-companheiros/as ou entre namorados/as, quer o agressor coabite ou tenha coabitado ou não com a vítima.

que oportunidades para esta são superiores em algumas comunidades que outras – p.e. em áreas de maior pobreza ou deterioração física, ou onde existam poucos apoios institucionais (Krug et al., 2002, p. 13).

No último nível examinam-se os fatores mais relevantes da sociedade que influenciam as taxas de violência, incluindo aqueles que criam um clima de aceitação da violência, aqueles que reduzem a inibição contra ela, e aqueles que criam e reproduzem desníveis entre diferentes segmentos da sociedade ou tensão entre diferentes grupos ou países, tais como padrões culturais, legislação em direito da família, normas consuetudinárias sobre uso de violência.

O modelo ecológico enfatiza as várias causas da violência e a interação dos fatores de risco que atuam no interior da família e nos contextos vastos da comunidade, como o social, cultural e económico. Numa perspetiva de desenvolvimento, o modelo ecológico mostra como a violência pode ser originada por distintos fatores em qualquer etapa da vida.

A estrutura deste modelo tem sido igualmente útil como base teórica na compreensão da violência contra a mulher (Heise, 1998, cit. in Casique & Furegato, 2006).

### **1.1.2. Violência Contra a Mulher**

“Em todas as culturas do mundo, as mulheres vivem em condições de desigualdade social em relação aos homens. Estas desigualdades adquirem diferentes manifestações e magnitudes”

(Casique & Furegato, 2006, p.2)

De acordo com a ONU, estamos perante uma pandemia global de violência contra as mulheres, onde (atualmente) uma em cada três mulheres é ou será vítima de violência de género<sup>2</sup>: “Em média, por ano, 17 milhões de meninas se casam quando ainda são menores de idade. Quase metade das mulheres assassinadas são mortas por um parceiro ou ex-parceiro” (Mohammed, 2018).

---

<sup>2</sup> Embora estas duas expressões sejam frequentemente utilizadas como sinónimos é evidente que possa existir violência de género (do género) exercida sobre homens ou rapazes (por exemplo, a circuncisão masculina na infância, hoje por alguns considerada inaceitável sem o consentimento do próprio; ou o recrutamento forçado de rapazes para combaterem em guerras “irregulares” em alguns países africanos – também as raparigas são por vezes ‘recrutadas’ mas em número muito mais reduzido) (Beleza, 2011).

A 20 de Dezembro de 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulheres<sup>3</sup> da assembleia geral das Nações Unidas identificara a necessidade iminente de uma aplicação globalizada às mulheres dos direitos e princípios relativos à igualdade, segurança, liberdade, integridade e dignidade de todos os seres humanos, reconhecendo que tal aplicação viria a reforçar e complementar a precedente aplicação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher<sup>4</sup> (CEDAW, 1979), recomendando que sejam feitos todos os esforços a fim de a tornar universalmente conhecida e respeitada contribuindo para a eliminação da VCM.

Perante a necessidade de uma definição clara deste conceito, na mesma declaração, artigo 1.º, define-se Violência Contra as Mulheres como “qualquer ato de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada” (p. 3). O artigo 2.º contextualiza a definição em três esferas – no seio da família, na comunidade e na esfera política do Estado. Dentro da violência ocorrida no seio familiar, inclui-se “os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração” (p.3).

Na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995<sup>5</sup> da ONU (ONU, 1995, p.193, artigo n.º 125, alínea E), este tipo de violência foi definido como uma grave violação dos direitos humanos sendo que é considerada um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz.

No entanto, mantinha-se a necessidade de adotar estratégias mais eficientes. Assim, em 1999 foi adotado um Protocolo Adicional a esta Convenção, definindo um conjunto de comportamentos que se assumem como atos discriminatórios contra as mulheres, juntamente com uma agenda de orientação de ações nacionais de combate às ditas

---

<sup>3</sup> Primeiro documento internacional de direitos humanos focado exclusivamente na violência contra as mulheres (enumerando várias medidas a introduzir de modo a combater esta problemática).

<sup>4</sup> Apelidada de “Carta Internacional dos Direitos das Mulheres”, defendia o princípio da igualdade para todas as mulheres e em todos os domínios. Embora não incluía diretamente a violência contra as mulheres, abarcava todas as formas de discriminação.

<sup>5</sup> Também reconhecida como *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*.

discriminações. Com a implementação deste protocolo, pretende-se proporcionar a qualquer sujeito que se considere vítima de violação de direitos consagrados na Convenção, a possibilidade de prestar comunicações sobre essas alegadas violações ao Comité de peritos, que irá posteriormente analisar o caso.

“A prevenção da violência, a proteção das vítimas e o processamento judicial dos agressores são as pedras angulares da Convenção de Istambul” (Convenção de Istambul<sup>6</sup>, 2011, p.2), o mais recente instrumento jurídico internacional legalmente vinculativo. Esta convenção lança um quadro legal para a proteção das mulheres contra todas as formas de violência e para a prevenção e eliminação da VCM e VD, em que os Estados serão responsabilizados se não responderem adequadamente a essa violência. Para o propósito desta convenção entende-se Violência Contra a Mulher como uma violação dos direitos humanos e forma de discriminação contra as mulheres; todos os atos de violência baseada no género que resultem, ou sejam possíveis de resultar, em dano ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou económica para as mulheres, incluindo a ameaça de investidas de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada (Convenção de Istambul, 2011).

Estas declarações tiveram um impacto mundial de tal forma que organismos europeus e internacionais lançaram diversas recomendações no sentido de intensificar os esforços por parte dos Estados visando a eliminação dos diferentes tipos de violência contra a mulher, particularmente no âmbito das relações íntimas (Prazeres, 2016).

A Violência nas Relações de Intimidade (VRI) enquadra-se na definição de violência contra as mulheres que ocorre no contexto familiar, tendo claramente uma vertente de género baseada nas desigualdades decorrentes de uma cultura de carácter sexista. Este tipo de violência é, muitas vezes, designado por Violência de Género (Prazeres, 2016).

De acordo com o Instituto Europeu da Igualdade de Género da União Europeia, a violência de género abarca qualquer ato violento dirigido a outrem baseando-se no género: “representa uma violação de direitos fundamentais no que concerne à vida, liberdade, dignidade, igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e integridade física e mental. Inclui situações como violência doméstica, assédio sexual, violação, violência sexual durante conflitos armados (...)” (cit. in Prazeres, 2016, p. 46-47). No entanto, de acordo com

---

<sup>6</sup> Originalmente denominada de *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*.

dados de investigação, a maioria destes casos de violência dirigem-se contra mulheres perpetrada por homens, o que pode justificar a utilização de “violência de género” e “violência contra as mulheres” como sinónimos (Prazeres, 2016). O documento da EIGE sobrepõe ainda violência de género e violência doméstica, ao dizer que na violência de género se incluem “situações como violência doméstica” (Prazeres, 2016, p.37).

Krantz e Garcia Moreno (2005) apresentam uma tipologia adaptada à violência contra a mulher (Figura 1.3), focada na violência interpessoal (a mais comum) direcionada a jovens do sexo feminino, adolescentes e mulheres, exercida pelo marido/parceiro ou outro membro da família.

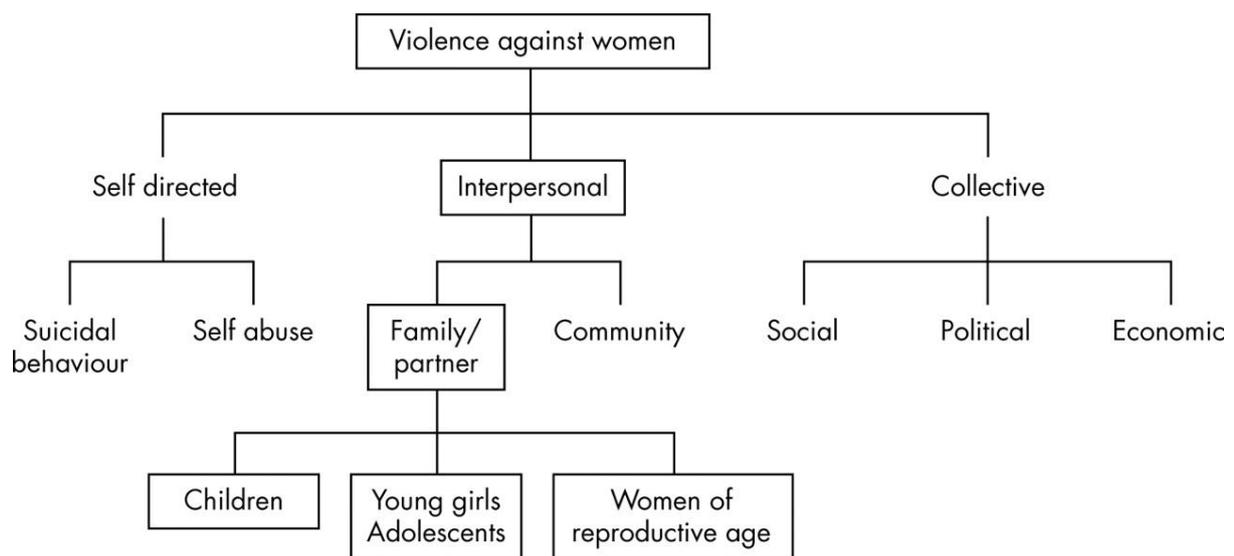


Figura 1.3. Tipologia de violência contra a mulher (adaptado do Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde (de 2002))

### 1.1.3. Violência de Género (contra a Mulher)

Para Saffioti (2001), a maioria das agressões não passam de uma “consequência da adesão da sociedade a construções de papéis desiguais entre os géneros” (p.2, cit. in Pereira & Pereira, 2011), desigualdade esta que já se faz sentir desde a Antiguidade – por exemplo, no pensamento grego a *ordem* e *razão* estão relacionadas com o homem, enquanto que a desordem e irracionalidade com a mulher. No quadro do pensamento antigo e medieval, o homem é tomado como um ser que lidera e é por excelência identificado com o cidadão, ao passo que a mulher é relegada para o interior da casa no seu papel de mãe e de esposa, eventualmente formadora de outros cidadãos masculinos.

Neste sentido, é possível afirmar que as distintas formas de violência existentes têm também a sua origem num passado cultural histórico de discriminação e submissão das mulheres (Cavalcanti, 2006, cit. in Pereira & Pereira, 2011). Esta desigualdade potenciou determinados comportamentos de domínio e poder de homens sobre mulheres, originando o uso da violência. Historicamente a sociedade reconheceu o homem como o chefe da casa, fazendo-o crer-se no direito de usar a força física sobre a sua parceira, para que esta tomasse o comportamento por ele considerado apropriado. A violência de género é, para este autor, a manifestação mais perversa das relações de poder e de desigualdade entre sexos.

Saffioti (2001, cit. in Cruz, Espíndula & Trindade, 2017) considera que a violência de género pode ser compreendida como uma relação assinalada pela desigualdade de poder fruto da ideologia machista. Adicionalmente, é considerada no mundo académico um problema de saúde pública complexo e prioritário (Bello-Urrego, 2013; Granja & Medrado, 2009; Lima & Büchele, 2011, citado por Cruz, Espíndula & Trindade, 2017).

Clarificando o conceito de violência de género, Casique e Furegato (2006) afirmam tratar-se da violência praticada pelos homens contra as mulheres, em que o género do agressor e o da vítima explicam a eclosão da agressão. estão intimamente interligados à explicação desta violência.

#### **1.1.4. Violência nas Relações Íntimas**

No início da 2ª metade do século passado o movimento feminista destacou-se ao denunciar casos de violência contra a mulher, expondo essa realidade que, até então, só era mencionada em âmbito privado (Casique & Furegato, 2006). A violência exercida dentro dos lares permanecia incógnita, ou seja, não era manifestada abertamente, impossibilitando os apoios das condições sociais da época. Embora o feminismo tenha revelado a violência na esfera privada, ela continua a ocultar-se da esfera pública na atualidade.

A violência nas relações de intimidade refere-se a qualquer comportamento dentro de uma relação que possa causar dano físico, psicológico ou sexual aos sujeitos da relação, tal como:

- Atos de agressão física – e. g., palmadas, murros, pontapés;
- Abuso psicológico – e.g., intimidação, humilhação, depreciar;

- Comportamentos de controlo – e.g., forçar o isolamento, monitorizar os movimentos, restringir os acessos a informações ou qualquer assistência;

Na mesma relação, é provável que diferentes tipos de comportamentos abusivos coexistam (Krug et al., 2002).

Como já acima referido, a tipologia de violência apresentada no Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde (2002) divide-a em três categorias, consoante o responsável pelo ato em si – autodirigida, interpessoal e coletiva. Esta tipologia é relevante para ambos os géneros e para qualquer faixa etária. As mulheres vivenciam todas as formas de violência, particularmente a interpessoal, sendo considerada a forma de violência contra a mulher mais universal, pois presencia-se em todas as sociedades (Krantz & Garcia-Moreno, 2005).

Este termo refere-se ao abuso existente entre marido e mulher ou entre outros parceiros (atuais ou anteriores) que partilhem a habitação ou não. A violência nas relações de intimidade pode ser: física, sexual, psicológica, ou uma combinação entre estas (Krantz & Garcia-Moreno, 2005).

Casique e Furegato (2006) reforçam que uma das formas de violência contra a mulher mais comum é o abuso por parte dos companheiros íntimos (conhecida por Violência Doméstica (VD)) – agressão, abuso psicológico e, na maioria dos casos, relação sexual forçada (que pode ocorrer em qualquer etapa da vida). A ONU define violência sexual como qualquer ato sexual – ou a sua tentativa –, ou qualquer ato dirigido contra a sexualidade da pessoa através de coerção, por qualquer pessoa independentemente da sua relação com a vítima e do contexto (Krug et al., 2002).

### **Fatores de risco na Violência nas Relações Íntimas e na Violência Sexual**

Alguns estudos descobriram uma relação entre os atos de violência, o estado socioeconómico e nível de educação dos sujeitos. Pode afirmar-se que os fatores associados a atos de violência ocorrem ao nível individual, relacional, da comunidade e da sociedade em geral. Apresentam-se como fatores de risco:

- ❖ Nível individual
  - Consumo exagerado de bebidas alcoólicas;
  - Depressão;
  - Desordem de personalidade;

- Nível acadêmico baixo;
- Vivenciar ou testemunhar violência enquanto criança;
- Idade jovem;
- Ordenado baixo;
  
- ❖ Nível de relacionamentos
  - Conflito conjugal;
  - Instabilidade conjugal;
  - Dominância masculina na família;
  - Conflitos económicos;
  - Mau funcionamento familiar;
  
- ❖ Nível de comunidade
  - Punições fracas contra a violência doméstica;
  - Pobreza;
  - Baixo capital social;
  
- ❖ Nível de sociedade (geral)
  - Modelos tradicionais de género;
  - Modelos sociais que apoiam a violência;

A persistência de padrões de desigualdade de género e os modelos tradicionais da sociedade permitiram ao longo dos tempos os comportamentos de abuso e violência contra a mulher. A ONU, em 2017, continua a considerar estes determinantes comportamentais como a raiz do problema da violência contra as mulheres.

### **1.1.5. O conceito de Violência Doméstica**

A VD é um fenómeno que atinge atualmente uma parte considerável da população mundial e que tem repercussões significativas a diferentes níveis (psicológico, físico, social, dificultando o pleno desempenho familiar, social e profissional das vítimas, sendo por isso considerado pela OMS um grave problema de saúde pública (Krug et al., 2002).

Cada vez mais, a VD é contestada e reconhecida. É um tema muito debatido e já diversas entidades nacionais e internacionais se pronunciam acerca dele.

A AMCV juntamente com outras entidades (2013) refere a VD como “todos os atos de violência física, sexual, psicológica e económica que ocorrem na família ou no contexto doméstico, abrangendo a violência contra as crianças e as/os idosas/os, de acordo com as definições referenciadas nas convenções internacionais, tais como na Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica” (p. 14).

A Convenção de Istambul acrescenta que estamos perante um caso de violência doméstica, “quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima”.

Em Portugal, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministro n.º100/2010, de 17 de Dezembro, é reforçado o conceito de VD:

“Todos os atos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas que coabitem no mesmo agregado doméstico, independentemente do sexo e da idade, bem como contra ex-cônjuges e pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agressor mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação” (p.46).

Ou seja, a VD não diz respeito exclusivamente à violência que ocorre no âmbito de relações de intimidade, podendo incluir situações de maus tratos contra crianças e jovens ou contra pessoas idosas e dependentes, nomeadamente quando sucedem no espaço de relações de proximidade familiar ou outra, podendo muitas vezes eternizar-se ao longo de gerações (Prazeres, 2016).

Manita et al. (2009) acrescenta que se trata de um comportamento violento sucessivo, que poderá ser exercido direta ou indiretamente, contemplando danos físicos sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de pânico permanente – é de realçar que na VD, na grande maioria dos casos, existe mais do que um tipo de violência a ocorrer em simultâneo.

De acordo com a AMVC et al. (2013), a VD resulta da dominação e controlo de um indivíduo sobre outro indivíduo sendo que na maior parte das vezes, a pessoa que agride é a

pessoa com quem vivemos. A violência doméstica não tem fronteiras, ocorre em todos os casais, estratos sociais, faixas etárias, religiões, etnias, etc. As estatísticas disponíveis não transcrevem a dimensão real da situação, tendo em conta que apenas uma pequena percentagem das situações de violência doméstica é denunciada. Segundo dados da Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica, em Portugal, 1 em cada 3 Mulheres sofre alguma forma de violência durante a vida. O medo, a vergonha, a baixa-autoestima e o sentimento de culpa que se desenvolve conseqüentemente são alguns dos motivos que impedem as vítimas de denunciar este crime.

#### **1.1.5.1. O crime de Violência Doméstica**

Na concetualização da VRI são utilizadas diferentes expressões como “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência contra as mulheres” e “violência de género”, não obstante se poderem diferenciar os conceitos. A VRI enquanto forma de VD não se restringe, em exclusivo, à violência conjugal (ou outra forma de relacionamento similar). Ocorre igualmente no namoro e igualmente após o término do relacionamento conjugal/namoro, em que acontecem frequentemente situações de assédio e perseguições – *stalking*<sup>7</sup> (Prazeres, 2016).

---

<sup>7</sup> Padrão de conduta de assédio constante, resultante de motivações diversas, traduzindo-se em formas distintas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa, o qual assume um carácter intrusivo e/ou indesejado para quem dele é alvo. (Ferreira & Matos, 2013, citado por Prazeres, 2016)

Em Portugal, na perspetiva estatística, assinala-se que entre 2013 e 2017 o número de vítimas manteve-se relativamente constante sem flutuações significativas, observando-se sempre uma prevalência do agressor no sexo masculino (Figura 1.4) (INE, 2018).

Período de referência dos dados (1)	Sexo	Agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) por Sexo; Anual (2)
		Localização geográfica
		Portugal
		N.º
2017	HM	23 753
	H	20 186
	M	3 567
2016	HM	23 896
	H	20 388
	M	3 508
2015	HM	23 534
	H	20 260
	M	3 274
2014	HM	23 986
	H	20 687
	M	3 299
2013	HM	23 855
	H	20 797
	M	3 058

Agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) por Sexo; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

Nota(s):

(1) No ano de 2008 estão incluídas/os as/os agentes/suspeitas/os identificadas/os em crimes registados pela Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Guarda Nacional Republicana - Brigada de Trânsito e Guarda Nacional Republicana - Brigada Fiscal. Por motivos de extinção destas forças policiais, a partir de 2009 não se incluem dados da Guarda Nacional Republicana - Brigada de Trânsito e Guarda Nacional Republicana - Brigada Fiscal.

(2) Os valores de 2017 são provisórios. Foram retificados alguns valores de 2008 a 2016. Em 2017 foi retificado o enquadramento da Polícia Municipal, passando esta entidade a ter autonomia como entidade policial. Por este motivo os dados desta Polícia deixaram de estar integrados na Polícia de Segurança Pública, tendo os dados estatísticos sido atualizados em conformidade.

Figura 1.4. Suspeitos identificados em crimes de VD (INE, 2018)

### 1.1.5.2. A Lei Portuguesa sobre Violência Doméstica

A posição do Código Penal Português no assunto da violência doméstica é clara. Constitui não só um crime (tipificado no artigo n.º 152), mas um crime público, o que significa que o Ministério Público pode obter o conhecimento da ocorrência de diferentes formas: através da queixa apresentada pela vítima, pode ser dado conhecimento de um crime de VD através de uma participação policial, uma informação escrita anónima, notícia de jornal, etc; ou seja, não depende forçosamente da apresentação de queixa direta da vítima. Na medida em que tomou conhecimento o MP é forçado a iniciar um inquérito e proceder à análise dos factos, até que o processo seja encerrado. Desta forma, tendo em conta a natureza pública do crime, se a vítima não desejar procedimento criminal – o mais comum –, desde que tenha

conhecimento por outras vias, o MP é legalmente obrigado a dar continuação ao processo (Manita et al., 2009).

Existem alguns postos aos quais a vítima se poderá dirigir se quiser apresentar queixa:

- GNR;
- PSP;
- PJ – que remete para o MP;
- Diretamente no MP junto do tribunal da área onde ocorreu a situação.

Neste caso, é de extrema importância preservar todos os elementos que possam ser considerados evidências e apresentá-los às instâncias judiciais, pois são um relevante contributo para o desenrolar da queixa. Elementos tais como bilhetes com ameaças, bens destruídos, exames médicos que comprovem lesões sofridas, assim como cópias de possíveis anteriores denúncias e identificação de testemunhas dos atos perpetrados pelo agressor (Manita et al., 2009).

O artigo 152º determina o seguinte:

1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

É punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3- Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

- a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;
- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.

Desta forma, constata-se que o Código Penal protege um bem jurídico de larga compreensão, incluindo não só o indivíduo em si – a sua saúde física e psicológica, a sua dignidade, etc. –, como a dignidade humana, visto que inclui os comportamentos que ferem essa mesma dignidade (Manita et al., 2009).

### 1.1.5.3. Tipos de violência associados à Violência Doméstica

A VD é exercida de diversas maneiras e tende por norma a piorar. Assim, a tipologia utilizada mais frequentemente categoriza seis tipos de violência, apresentadas por ordem mais frequente do seu aparecimento – o que não implica que obedeça sempre a esta ordem, simplesmente esta é a mais comum (Manita et al., 2009; APAV, 2012):

- ❖ Violência emocional e psicológica:
  - Desprezar, menosprezar, criticar, insultar/humilhar em público ou privado através de palavras e/ou comportamentos;
  - Criticar negativamente todas as suas ações, características de personalidade ou atributos físicos;
  - Gritar com intuito de terrorificar a vítima;
  - Destruir elementos de valor emocional, rasgar fotografias, cartas e outros documentos pessoais importantes;
  - Perpetrar *stalking*;
  - Acusá-la de ser infiel;
  - Ameaçar que vai maltratar ou maltratar efetivamente os filhos, outros familiares ou amigos da vítima;
  - Não a deixar descansar/dormir.

Esta violência é entendida como qualquer comportamento por parte do agressor que visa fazer o outro sentir medo ou inutilidade (APAV, 2012). Os últimos dois comportamentos já se inserem nos domínios da **ameaça** e **intimidação** – forma de violência seguinte – visam condicionar a vítima na reação aos abusos perpetrados pelo agressor (Manita et al., 2009).

- ❖ Intimidação, coação e ameaça (intimamente associada à violência anterior, pretende manipular a vítima através do medo daquilo que o agressor lhe possa fazer a si, aos seus entes queridos ou até aos seus bens):
  - Uso de palavras, olhares e expressões faciais, gestos mais ou menos explícitos, mostrar ou mexer em objetos intimidatórios;
  - Ameaçar provocar lesões ou até a morte (contra a vítima ou entes queridos);

- Ameaçar que se suicida caso a vítima o abandone;
  - Utilização dos filhos para a imposição de poder sobre a vítima;
  - Coagir a vítima à prática de condutas ilícitas como, por exemplo, prática de furto.
- ❖ Violência física – qualquer forma de violência física que o agressor perpetue à vítima deixando ou não marcas evidentes:
- Atos agressivos como empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força ou o pescoço, bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outras superfícies, dar-lhe cabeçadas, dar murros ou pontapés na barriga, nas zonas genitais, empurrar pelas escadas abaixo, queimar, atropelar ou tentar atropelar, entre outros comportamentos que podem ir de formas menos severas de violência física até formas extremamente severas, que poderão resultar em lesões graves, incapacidade permanente ou mesmo a morte da vítima;
- ❖ Violência social – qualquer comportamento que tenha intenção de controlar a vida social da vítima e a implementação de estratégias que visem o seu isolamento social, visto que uma vítima isolada se torna mais fácil de manipular do que uma vítima com uma boa rede de apoio:
- Proibir a vítima de se ausentar sozinha de casa ou sem o consentimento do agressor;
  - Impedi-la, quando viável, de trabalhar fora de casa;
  - Manipular ou ameaçar para que se afaste do círculo familiar e de amigos;
- Quer seja por vergonha ou por marcas evidentes do abuso sofrido, a vítima acaba por se recolher e isolar-se.
- ❖ Violência financeira – qualquer tentativa de controle do dinheiro da vítima sem que esta o deseje ou negar acesso ao dinheiro/bens, incluindo para alimentação e higiene pessoal:

- Manter o frigorífico, armários ou dispensas trancados;
  - Esconder as chaves dos compartimentos da habitação;
  - Controlar as horas a que o aquecimento geral/local ou um esquentador ou cilindro pode ser ligado;
  - Manter aquecida a divisão da casa onde apenas o agressor pode entrar/permanecer;
  - Bloquear meios de comunicação;
  - Proibir a ida a supermercados ou cafés sozinha.
- ❖ Violência sexual – qualquer comportamento em que o agressor força o outro a realizar atos de cariz sexual contra a vontade da vítima:
- Comportamentos, como amordaçar, atar contra a vontade;
  - Queimar os órgãos sexuais da vítima;
  - Violação e coação sexual;
  - Prostituição forçada pelo agressor.

#### **1.1.5.4. Processos e Dinâmicas de abuso**

Em oposição à maioria das vítimas de crime, as VVD não se deparam com uma ameaça súbita e imprevisível à sua integridade, já que, por definição, a VD diz respeito a uma violência contínua. Desta forma, é possível assumir a existência de um *ciclo da violência* – de acordo com diferentes autores, a VD tende a evoluir através de determinadas fases, que se repetem ciclicamente (Manita et al., 2009). Com base neste modelo, a VD progride de acordo com dois processos mais relevantes: o “Ciclo da Violência” e o “processo segundo qual os atos de violência aumentam na sua frequência, intensidade e perigosidade ao longo do tempo” (Manita et al., 2009).

##### **Ciclo da Violência**

Este sistema em que funciona a VD – Ciclo da Violência Doméstica – apresenta, por norma, três etapas circulares (Figura 1.4) (Manita et al., 2009; APAV; 2012)



Figura 1.5. Ciclo da Violência Doméstica (APAV, 2012)

A primeira etapa – Aumento da Tensão – diz respeito aos episódios de tensão e discórdia entre o casal que, em oposição a uma relação não-violenta, não quebra através da utilização de métodos de negociação ou resolução dos problemas de uma forma não abusiva. Pelo contrário, vão acumulando as afrontas e as ameaças instigadas pelo agressor, que proporcionam, à vítima, uma sensação de perigo iminente – o aumento desta tensão normalmente origina discussão, que incentiva, mais tarde, o ato de agressão.

Na fase seguinte – Ataque Violento – o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima – por norma, inicia-se com violência verbal, progredindo para a violência física, seguido de uma combinação variada de diferentes tipos de violência. Nesta etapa, o agressor tenta desculpar o seu comportamento, atribuindo a culpa, muitas vezes, à vítima ou a fatores externos (álcool, perturbações psicológicas, etc), com intenção de racionalizar comportamentos que, por princípio, seriam intoleráveis. Estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.

Por fim, esta última etapa denomina-se de Lua-de-Mel, visto que corresponde, frequentemente, a um “período de enamoramento” (Manita et al., 2009), em que o agressor rodeia a vítima de afetos positivos e cuidados, manifesta arrependimento, desculpando-se pelas agressões e com promessas de mudar, afirmando que não voltará a perpetrar violência. Perante esta situação, a vítima tenta retomar à sensação de normalidade o mais rapidamente possível.

A constante alteração comportamental do agressor torna-se um obstáculo à rutura da relação por parte da vítima, sendo que, num momento existe amor, noutro existe a promessa de alteração do comportamento do agressor, reforçando a esperança na mudança de comportamento do agressor e conseqüentemente no sucesso do seu projeto de vida a dois.

Este modelo caracteriza-se pela sua sucessão no tempo, ou seja, a sua repetição contínua ao longo do tempo, alcançando meses ou anos, podendo reduzir as fases da tensão e de apaziguamento e intensificar a fase do ataque violento. Por norma, este padrão de interação termina onde antes se iniciou. Em situações de limite, o término destes episódios poderá ser o homicídio.

### **Processo de evolução em frequência, intensidade e perigosidade**

De acordo com este processo, os atos violentos tendem a aumentar em frequência, intensidade e perigosidade, ampliando conseqüentemente o risco da vítima: sente que cada vez mais perde o controlo e poder da sua própria vida, a autoconfiança e competência pessoal, acabando por desenvolver um sentimento de impotência e de “desânimo aprendido”. Há que ter em conta que as vítimas não se sentem seguras na própria casa, já que este é um espaço constantemente confrontado com violência e “destruição pessoal” (Manita et al., 2009).

O comportamento abusivo geralmente aumenta com o passar do tempo, particularmente perante a tentativa de a vítima tentar afastar-se do agressor ou ao recorrer a outras formas de afirmação da sua autonomia (Hester, Pearson & Harwin, 2007).

Estes processos contribuem como um instrumento fundamental na otimização da prestação de apoios a estas vítimas e favorecer a sua colaboração com o sistema judicial e de apoio.

### 1.1.5.5. Consequências da Violência Doméstica na mulher

No entanto, um facto crucial a não esquecer é que a violência traz consigo consequências penosas. O impacto da violência contínua não se restringe apenas aos danos físicos e à infelicidade dos indivíduos, chegando, por vezes, a alcançar comunidades inteiras. Ao submeter-se a uma relação violenta, a mulher perde a sua autoestima e a sua habilidade de participar no mundo (Krug et al., 2002).

De acordo com autores supracitados, os atos de violência resultam numa diversidade de danos não só físicos, como psicológicos, relacionais, entre outros, sendo que, em casos mais graves, poderá resultar na incapacitação temporária ou permanente da vítima, ou até mesmo a sua morte. Algumas das consequências mais comuns a nível físico, psicológico e social passam por:

- Danos físicos, corporais e cerebrais (poderão ser irreversíveis ou não);
- Alterações nos padrões de sono e perturbações alimentares;
- Alterações na silhueta e disfunção sexual;
- Distúrbios cognitivos e de memória<sup>8</sup>;
- Distúrbios de ansiedade;
- Sentimentos de culpa;
- Baixa autoestima e autoconceito negativo;
- “Desânimo aprendido”;
- Isolamento social;
- Comportamentos depressivos;

É frequente a presença de um quadro de Perturbação Pós-Stress Traumático<sup>9</sup>, principalmente perante a existência de fatores que influenciam o trauma (frequência da ocorrência dos atos violentos, a sua gravidade e tipologia, as condições e contextos da ocorrência, historial, severidade de danos, rede de apoio social ou familiar, recursos pessoais, familiares, sociocomunitários e institucionais disponíveis). É necessário conhecer o historial

---

<sup>8</sup>Refere-se a *flashbacks* dos episódios de violência, pensamentos e memórias intrusivos, dificuldades de concentração, e confusão cognitiva de tal forma que por vezes as vítimas afirmam que “estão a enlouquecer”, perante a incompreensão da sua vida (Manita et al., 2009).

<sup>9</sup> *Post-Traumatic Stress Disorder* ou distúrbio de stress pós-traumático, está consignado nos dois principais sistemas de diagnóstico – DSM e CID, engloba um conjunto de reações e sintomas (Manita et al., 2009)

da vítima, de modo a identificar experiências que possam ter criado uma vulnerabilidade especial ao trauma (Manita et al., 2009).

Krug et al. (2002) afirma que, além dos supracitados, a violência sofrida pela mulher aumenta o seu risco de depressão, tentativas de suicídio, síndromes de dor crônica, desordens psicossomáticas, complicações gastrointestinais, e problemas de reprodução sexual. As conexões entre VD e o bem-estar emocional e a saúde mental estão bem estabelecidas e evidentes no campo de investigações (Barron, 2004; Coleman and Guildford, 2001, cit. in Hester et al., 2007, p.26).

Consequentemente é possível concluir que embora a violência não seja considerada diretamente uma doença, tem a capacidade de provocá-la; o impacto da violência pode persistir mesmo após o seu término; quanto mais hostil for a situação de abuso, maior será o impacto na saúde física e mental da mulher; os impactos dos diferentes tipos de violência vão acumulando ao longo do tempo (Krug et al., 2002; Razera, Cenci & Falcke, 2014).

## **1.2. O impacto da VD na dinâmica familiar**

### **1.2.1. A família**

Nas sociedades contemporâneas, a “família nuclear”, entendida como grupo social formado pelos pais biológicos ou não e pela sua descendência ou dependentes, representa um dos primeiros ambientes de socialização das crianças, atuando como uma instituição modelizadora de normas, padrões e valores. É um grupo social com forte influência sobre o indivíduo, inserido no sistema social geral e responsável pela reprodução de formas de interação pessoal restritas e definidas habitualmente pelo seu caráter voluntário no que diz respeito aos vínculos entre os adultos que dele fazem parte. Já as crianças estão incluídas na família a um título que dificilmente se pode considerar de associação voluntária dada a sua condição de menoridade civil. São, nesta aceção, sujeitos sob tutela de que decorre um tipo especial de interação pessoal (Koerner & Fitzpatrick, 2002).

É na família que se estabelecem pontes de ligação entre as diferentes gerações, incentivando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade (Simionato-Tozo, 1998, cit. in Pratta & Santos, 2007). É, portanto, uma das responsáveis por transmitir os valores associados às transformações sociais e intergeracionais, processo em que os pais exercem um papel importante sendo por eles afetados (Távora, 2003; Volling & Elins, 1998, cit. in Dessen & Polonia, 2007). O grupo familiar tanto pode funcionar como catalisador da mudança como um travão ou resistência num sentido conservador. Isto mesmo tem os seus reflexos na definição dos papéis de género, na adaptação a novas exigências ou no conflito.

Ela assume um papel fundamental na formação dos indivíduos, nomeadamente na estruturação da personalidade, influenciando o comportamento dos indivíduos – especialmente das crianças que aprendem as diferentes formas de existir, ver o mundo e construir as suas relações sociais –, através das ações e orientações formativas desenvolvidas na família (Drummond & Drummond Filho, 199, cit. in Pratta & Santos, 2007; Kreppner, 2000, cit. in Dessen & Polonia, 2007; Oliveira & Araujo, 2010, cit. in Barijan, Viana, Carvalho, Barros & Landim, 2018).

No ambiente familiar, a criança aprende a gerir e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos e pensamentos, a lidar com as diversidades e adversidades da vida (Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999, cit. in Dessen & Polonia, 2007). Estas competências sociais, inicialmente desenvolvidas no ambiente familiar, causam

um grande impacto na forma como a criança (ou adolescente ou adulto) interagem dentro dos diversos contextos (além do familiar), que poderá ser positivo e acionar aspetos saudáveis na socialização, ou pode ser negativo, instigando problemas e alterando a saúde física e mental dos indivíduos (Del Prette & Del Prette, 2001, cit. in Dessen & Polonia, 2007).

No plano ideal das normas sociais “a criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social” (ONU, 1990, p.19). A garantia das condições de vida essenciais ao desenvolvimento da criança são, de acordo com a Convenção dos Direitos da criança (1990), artigo 27º., da responsabilidade parental e de outros cuidadores.

### **1.2.2. Parentalidade**

Ao conjunto de atividades intencionais que permitem garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da criança de modo a desenvolver as competências sociais e, progressivamente, autonomizá-la, atribui-se o conceito de *Parentalidade* (Hoghugh, 2004, cit. in Barroso & Machado, 2010). Esta é considerada uma das tarefas mais complexas e de maior responsabilidade para o ser humano (Holden, 2010; Kane, 2005, todos citados em Barroso & Machado, 2010).

Este exercício das funções da parentalidade obedece a um conjunto de variáveis como a história pessoal dos cuidadores, a sua personalidade, recursos e aptidões pedagógicas, as próprias características da criança, os padrões interativos dentro do grupo familiar, o contexto e o suporte social existente, os recursos sociocognitivos (atitudes, expectativas, crenças) e os estilos e práticas parentais (Silva & Esteves, 2012).

Com base nas propostas de Bronfenbrenner (1979) e de Belsky (1984), Hoghugh (2004, cit. in Barroso & Machado, 2010) sugere a existência de onze dimensões da parentalidade no seu modelo integrativo dos elementos teóricos da parentalidade (Figura 1.6). Este modelo permite avaliar capacidades, competências e práticas parentais.

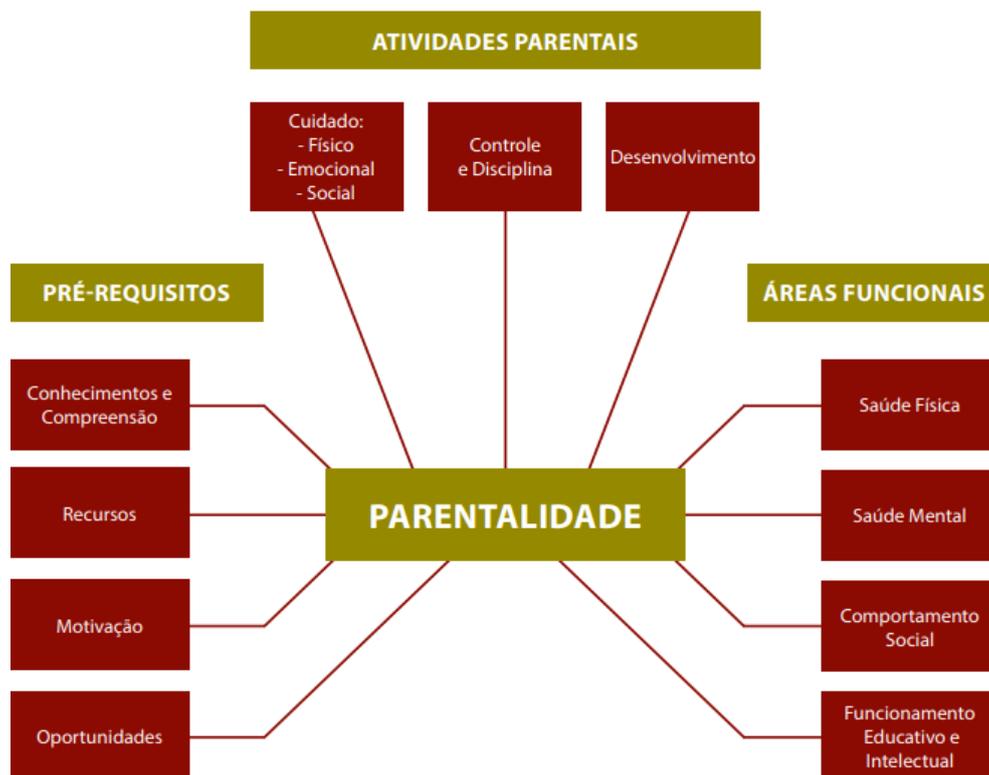


Figura 1.6. Dimensões da parentalidade (adaptado de Hoghughi 2004, cit. in Barroso & Machado, 2010)

De acordo com este modelo, a parentalidade configura-se em *Atividades parentais*, *Áreas funcionais* e *Pré-requisitos*. O primeiro ponto assenta na garantia da prevenção de incidentes que tragam sofrimento à criança e na promoção de situações positivas que a apoiem ao longo da vida. Pretende-se garantir assim a satisfação das necessidades básicas dos seus descendentes através de três dimensões: cuidado, disciplina e desenvolvimento. (Macobby, 2000; Bradley, 2007, todos citados em Barroso & Machado, 2010). No que diz respeito aos *cuidados*:

- Assegurar a alimentação, proteção, roupa, higiene, etc. traduz-se nos *cuidados ao nível físico*.
- O *cuidado ao nível emocional* expressa os comportamentos e atitudes que garantem o respeito pela criança como indivíduo; sentir que é estimada e valorizada; e oportunidades que a permitam gerir as suas próprias decisões. Estas pressuposições conduzem à criação de uma interação positiva, consistente e firme entre a criança e o ambiente, proporcionando uma vinculação estável e promovendo orientações otimistas em relação a novas experiências (O'Connor, 2006, cit. in Barroso & Machado, 2010). “A qualidade

de vinculaçã0 (segura, insegura ou desorganizada) é concebida como tendo um papel crucial no desenvolvimento da criança, assim como a relação afetiva (carinhosa ou rejeitante) na educação infantil” (Kobak, Cassidy, Lyons-Ruth, & Ziv, 2006, Zahn-Waxler, Shirtcliff, & Woods, 2006, todos citados em Barroso & Machado, 2010, p.19).

- Quanto ao último aspeto, este visa assegurar a relação entre a criança e os seus pares/adultos, ou seja, impedir que não fique isolada.

O *controle* e a *disciplina* constituem as atividades relacionadas com a imposição de limites (de forma ajustada), dando ênfase ao controlo comportamental. De acordo com Hoghughi (2004, cit. in Barroso & Machado, 2010) implicam qualquer atividade realizada com os filhos (desde o nascimento), a sua supervisão e garantia de que esses comportamentos permanecem dentro dos padrões aceitáveis.

As atividades de *desenvolvimento* traduzem-se nos desejos dos cuidadores para que a criança alcance o seu potencial em todas as áreas (desporto, arte, cultura, cidadania).

O segundo ponto do modelo, *áreas funcionais*, refere-se à especificação de determinadas tarefas parentais – aspetos do funcionamento da criança onde é necessária a atenção parental<sup>10</sup>:

- Aspetos relacionados com o estado físico, necessidades de sobrevivência e otimização do bem-estar da criança;
- Efetuar as diligências necessárias para incrementar a aquisição de conteúdos escolares e fomentar as competências educacionais, de trabalho e de resolução de conflitos das crianças;
- Iniciativas que facilitem o desenvolvimento social infantil, realçando a obtenção de competências de resposta adequada em contexto social e o reconhecimento e interiorização das normas e legais associadas à sociedade;
- Aspetos relacionados com a saúde mental, como problemas de comportamento depressão (de salientar o impacto significativo das boas práticas educativas na resiliência da criança).

---

<sup>10</sup> Esta atenção direciona-se para a prevenção de danos e provisão de oportunidades para o crescimento positivo a este nível (Barroso & Machado, 2010).

Por último, apontam-se os pré-requisitos para o desenvolvimento da atividade parental, incluindo o *conhecimento e compreensão, motivação, recursos e oportunidades*. Os dois primeiros aspetos traduzem-se nas competências parentais de reconhecimento das necessidades das crianças ao longo da vida. Implica reconhecer o estado da criança, decifrar adequadamente e responder de maneira ajustada. Estas respostas poderão estar relacionadas com os conhecimentos adotados nos processos de socialização dos próprios cuidadores (Smetana, Campione-Barr, & Metzger, 2006, cit. in Barroso & Machado, 2010).

A *motivação* está intimamente ligada ao *conhecimento e compreensão* já que o conhecimento por si só pode ser supérfluo no caso de não se traduzir em ações (Barroso & Machado, 2010).

Quanto aos *recursos*, Hoghughi (2004, cit. in Barroso & Machado, 2010) refere as qualidades parentais, as competências parentais, as redes sociais (interesse e responsividade dos outros, sendo familiares ou amigos), e os recursos materiais para a subsistência e para o desenvolvimento da criança. Por último, as *oportunidades* referem-se a condicionantes que apresentam um grande impacto na parentalidade (por exemplo o tempo necessário para que os cuidadores otimizem a realização das suas atividades parentais).

### **1.2.3. Impacto da Violência Doméstica na Parentalidade**

A maioria dos estudos que se tomaram como referência basearam-se em casos de violência doméstica em famílias de tipo nuclear, heterossexuais, com filhos. Nas considerações que se vão desenvolver de seguida é este tipo de família que se vai ter como referência, em que normalmente os homens são os agressores.

Os estudos sobre regulação do poder paternal e determinação dos contactos regulares entre filhos e pais separados permitiram concluir que as mães normalmente querem manter contacto entre os filhos e o pai (agressor) (Hester & Radford's, 1996; McGee, 2000, Hester et al., 2007). No entanto, no caso de existência de perigo, muitas mães tentam impedir que o contacto com o agressor ocorra. Por vezes esta atitude levou os tribunais e profissionais ligados à proteção de menores a tomarem a mulher como uma obstrução ao contacto com o outro progenitor e como manipuladora, ao invés de protetora da criança (Hester et al., 2007, p.29).

Millner (1996, cit. in Hester et al., 2007, p. 121) oferece um exemplo de como a tentativa de uma mãe de proteger o seu filho de três meses do agressor redundou em acusação policial contra ela em vez de perseguição do agressor:

“One man with convictions for violence regularly beat his partner, including hitting her with a spade, and attacked his 3-month-old son when he was fretful. The mother gave the son a sleeping pill to keep him quiet and safe from assault before reporting matters to the police. Remarkably, the man was not prosecuted while the mother was charged with ill-treating her child. Her child was taken into care and she was sentenced to a 2-year probation order”.

Noutras situações as mães não apresentam queixa de VD com receio de as crianças lhes serem retiradas, tendo a possibilidade de recorrer aos serviços sociais ou autoridades policiais. As mães que vivem com um parceiro violento ou abusivo têm por norma como preocupação prioritária a proteção das crianças (Hester et al., 2007).

O impacto físico e emocional da VD em algumas mulheres pode provocar deterioração na sua relação com os seus filhos e no seu sentido de maternidade. Por isso, poderão parecer para os profissionais inadequadas ou “unable to cope”. Contudo, reconhece-se que este seja um efeito direto da VD e que, através de apoio e especialmente proteção, as mães podem recuperar a relação com os seus filhos (Hester et al., 2007, p.29).

Através de um estudo de Holden e Ritchie (1991, cit. in Hester et al., 2007, p.29), descobriu-se que a violência perpetrada pelo parceiro provoca incoerências na relação entre mãe e filhos. Pode impedir as mães de manterem as rotinas no que diz respeito aos cuidados com a criança, ou pode levá-las à noção de que os cuidados com os filhos são muito stressantes.

Outro estudo observou comportamentos de punição por parte das mães para com as crianças quando em presença do agressor (Brandon & Lewis, 1996, cit. in Hester et al., 2007, p.29).

A *National Children's Home* (NCS) apresentou um estudo onde diversas mulheres descreviam os efeitos da VD nelas próprias, incluindo perda de autoconfiança enquanto mães, serem levadas à exaustão emocional e com pouco a oferecer aos seus filhos, descarregando as suas frustrações nos seus filhos, e a sensação de distância emocional entre

elas e os filhos. (Abrahams, 1994, cit. in Hester et al., 2007, p.29-30). As mães indicaram que tais efeitos se agravam caso um comportamento mais complicado da criança se sobrepusesse à tentativa da mãe de lidar com a violência vivenciada. Adicionalmente, o estudo de McGee (2000, cit. in Hester et al., 2007) demonstrou que após o término da relação violenta, as mães sentiam-se mais próximas dos seus filhos depois do que enfrentaram juntos.

Em algumas situações, explica-se a violência contra as crianças cometida pela mãe, quando ela é um meio de proteção das crianças contra uma ação mais violenta do agressor ou quando é expressão da frustração ou angústia da mãe. Kelly (1996, cit. in Hester et al., 2007, p. 130) chama a atenção para a correlação entre a orientação dos cuidados maternos e o significado atribuído pela mulher à violência sofrida, em situações tais como:

- Crianças concebidas em consequência de violações;
- Gravidezes usadas como formas de domínio;
- Crianças encorajadas a escolher o lado do homem;
- Crianças que replicam o comportamento do homem ou que se juntam ao abuso.

Todos estes pontos podem contribuir para a sensação de ambiguidade e contradição da mulher em relação aos seus filhos (como resultado da VD), sendo assim essencial conceder-lhe tempo e espaço para explorar estes problemas (Kelly, 1996, p.30, cit. in Hester et al., 2007).

Outro aspeto a ter em consideração são as atitudes por parte de homens pais abusivos e violentos. Crianças com famílias violentas têm maior probabilidade de ter que lidar com *negative fathering* por parte do perpetrador da violência doméstica (Hester et al., 2007, p.30).

Num estudo de visão e percepção de homens pais violentos em relação à sua parentalidade, homens pais que cuidavam da criança enquanto o seu relacionamento ainda estava em curso eram deliberadamente cruéis mentalmente ou fisicamente, justificando que as crianças eram demasiado exigentes, irritantes, ou falhavam na correspondência às suas expectativas (como deveriam ser enquanto filhos). Tendencialmente, estes homens pais não estão dispostos a priorizar as necessidades e vontades dos filhos, seja durante a relação ou em fase pós separação. No entanto, detêm um sentimento de propriedade da criança que os leva a forçar contacto, mesmo sabendo que os filhos se sentem aterrorizados com eles (Harne, 2004, cit. in Hester et al., 2007). Em entrevistas com crianças, estas apontaram que

homens pais usam uma variedade de comportamentos de controlo e abuso físico e emocional para com os filhos, provocando neles medo, desconfiança, embaraço e vergonha (McGee,2000, cit. in Hester et al., 2007, p.31).

Outro estudo sobre determinação dos contactos regulares entre filhos e pais separados, os homens pais agressores eram constantemente assinalados por falta de competências parentais ou desinteresse em cuidar das crianças o que guiava, por vezes, a situações perigosas ou até mortais para as crianças em questão. No entanto, descobriu-se que os profissionais são, muitas vezes, otimistas relativamente às competências parentais dos homens pais ao passo que revelam atitudes mais reservadas e exigentes em escrutínio no que concerne às mulheres. Neste estudo é notório o excesso de autoconfiança dos homens pais relativamente às suas capacidades parentais, acima de qualquer repreensão, e não temem expor comportamentos violentos (McGee 2000, cit. in Hester et al., 2007, p.219).

Calvinho e Ramos (2016) num estudo acerca das perspetivas de mães VVD sobre as consequências nos seus/suas filhos(as), as mães demonstraram muita preocupação para com a proteção dos seus filhos, propiciando encobrir a violência de que eram alvo, reconhecendo mais tarde a ineficácia desse comportamento. Do ponto de vista da mãe, as consequências evidenciavam-se no desempenho dos papéis parentais; na degradação progressiva das relações entre o pai e os filhos; na degradação entre as relações familiares entre a mãe e os filhos em situações de agressão perpetrada pelos filhos adultos; na degradação progressiva das relações do casal; e em prejuízos no desenvolvimento afetivo das crianças, com necessidade de acompanhamento psicológico e no desempenho escolar, por medo, falta de sono, falta de motivação e condições em casa para estudar.

A VD altera substancialmente os padrões tomados como *normais* na parentalidade. Certas situações em que a mulher assume uma posição defensiva em relação a si e em relação aos filhos mascaram o que seria a relação típica da mesma mulher numa relação doméstica pacífica com o seu parceiro. Do mesmo modo que é a relação entre os parceiros que vai modificando, na escalada da violência, a forma primitiva da relação, é de esperar que essa modificação afete também a relação dos dois pais frente às crianças, do ponto de vista afetivo e sociocognitivo.

#### 1.2.4. Impacto da Violência Doméstica na criança

Como supracitado o impacto da VD vai além do indivíduo, afetando as dimensões familiar, comunitária e sociocultural.

Infelizmente, a nível familiar, as crianças estão cada vez mais presentes durante os episódios de violência e cada vez mais são vitimizadas com atos violentos dentro da sua própria casa. Este tipo de violência acarreta riscos variados para as crianças, afetando-as não apenas nas reações imediatas, mas eventualmente para toda a vida (Krug et al., 2002; Cavalcanti, 2005; Casique & Furegato, 2006).

No entanto, parece existir uma tendência por parte dos profissionais para minimizar os efeitos dessas situações na criança envolvida (Hester et al., 2007). Mesmo que a criança aparente bem-estar ou os pais evitem cenas violentas na presença dela, as respostas latentes podem emergir, em alguns casos, em sintomas de *Stress Pós-Traumático* (Pfouts, Schopler, & Henley Jr., 1982, cit. in Pingley & Paper, 2017).

Não basta ser vítima direta de VD para se ser afetado pelas suas consequências. As crianças, de acordo com a APAV (2012), podem ser consideradas vítimas de violência doméstica em circunstâncias como:

- **Testemunhas de violência doméstica:** presenciar ou ouvir os abusos infligidos sobre a vítima, ver os sinais físicos depois de episódios de violência ou testemunhar as consequências desta violência na pessoa abusada;
- **Instrumentos de abuso:** Um agressor poderá utilizar os filhos como uma forma de abuso e controle;
- **Vítimas de abuso:** As crianças podem ser física e/ou emocionalmente abusadas pelo agressor (ou mesmo, em alguns casos, pela própria vítima).

Avaliar e especificar o impacto da VD na criança é um trabalho complexo, especialmente tendo em conta que alguns dos comportamentos resultantes também ocorrem com outras crianças que experienciam outras formas de abuso ou negligência (Holden & Ritchie, 1991, cit. in Hester et al., 2007, p.36)

Estudos comprovam que crianças que viveram num contexto de VD têm mais dificuldade de adaptação do que crianças de contexto não-violento. No entanto reconhece-se que não existe uma resposta regular ao viver com VD. As respostas das crianças apresentam uma grande discrepância, onde algumas crianças são gravemente mais afetadas

que outras. Mesmo na mesma família, podem ser afetadas de diferentes formas. Cada criança e cada experiência e reações são únicas (Hester et al., 2007, p.63).

As crianças poderão ser vítimas de um vasto leque de efeitos físicos, comportamentais e psicológicos, a curto ou longo prazo, dependendo de outros fatores como idade e género. Assim, apresentam-se como possíveis efeitos:

- Ferimentos físicos, incluindo hematomas e ossos partidos;
- Proteger a mãe e/ou irmãos através de intervenções físicas, guardar informação, pedir ajuda, etc.;
- Maturidade e sentido de responsabilidade avançado para o nível de desenvolvimento correspondente à idade;
- Agressão ou demonstração de raiva para com a mãe ou outros (incluindo adultos e irmãos);
- Introversão ou isolamento;
- Sentimento de culpa ou de culpar;
- Amargura;
- Insegurança e tensão;
- Fugir;
- Dificuldades na escola;
- Confusão emocional em relação aos pais.

Outros efeitos de foro social e psicológico passam por isolamento social, fracas competências sociais (ou pelo contrário, altamente desenvolvidas), dificuldade em confiar no outro, baixa autoestima, depressão e tristeza, automutilação, pesadelos e distúrbios noturnos, etc (Hester et al., 2007; Pingley & Paper, 2017).

As crianças procuram segurança e mecanismos de regulação nos seus cuidadores, em parte por aprendizagem vicariante (cf. Bandura, 1965). A demonstração de consistência por parte do cuidador é essencial para gerar um sentimento de confiança, que é básico no desenvolvimento das crianças (Howell et al., 2016, cit. in Pingley & Paper, 2017). Se, em pequenas, se apercebem que os adultos não são de confiança, é provável que o impacto seja duradouro e a longo prazo, provocando problemas em relações futuras (Pingley & Paper, 2017).

O mecanismo da aprendizagem vicariante pode contribuir para o aumento do risco de se tornarem, por sua vez, em vítimas ou futuros agressores, tendo em conta a personalidade em formação do mais pequenos (Cavalcanti, 2005; Casique & Furegato, 2006; ONU, 2017).

### **1.3. A importância da participação do cuidador no *Brincar* enquanto potenciador de relações parentais positivas e do desenvolvimento da criança**

Como referido na secção anterior, a VD tem um impacto negativo no desempenho dos papéis parentais, degrada a relação entre cuidadores e filhos e prejudica o desenvolvimento afetivo das crianças que, conseqüentemente, apresentam necessidades de acompanhamento psicológico, assim como no desempenho escolar, seja por medo, falta de sono, falta de motivação ou de condições em casa para estudar.

As atividades descritas habitualmente como *brincar* proporcionam boas oportunidades de vinculação afetiva entre cuidadores e crianças, são geradoras de ambientes descontraídos, constituem um bom meio de ocupação dos tempos livres e contribuem para a estabilidade emocional, além de suscitarem o desenvolvimento de competências sociocognitivas (Parents and Toddlers Basic Program, 2008).

No mundo moderno é difícil equilibrar os horários da escola com os horários de trabalho, o que dificulta e reduz a oportunidade de os cuidadores passarem tempo de qualidade com as suas crianças (Anderson-McNamee, 2010).

Atualmente, a sociedade põe a ênfase de tal forma nos objetivos académicos, no sucesso económico e no trabalho que acaba por não tornar suspeita a crença comum de que brincar é uma perda de tempo e insignificante para as crianças. No entanto, as dinâmicas do brincar contam-se entre as atividades mais importantes na vida de uma criança pequena, nelas se jogando o desenvolvimento físico, cognitivo e as competências sociocognitivas (Parents and Toddlers Basic Program, 2008).

O brincar é tão importante que já foi reconhecido pela *United Nations High Commission for Human Rights* (1989) como um direito de todas as crianças.

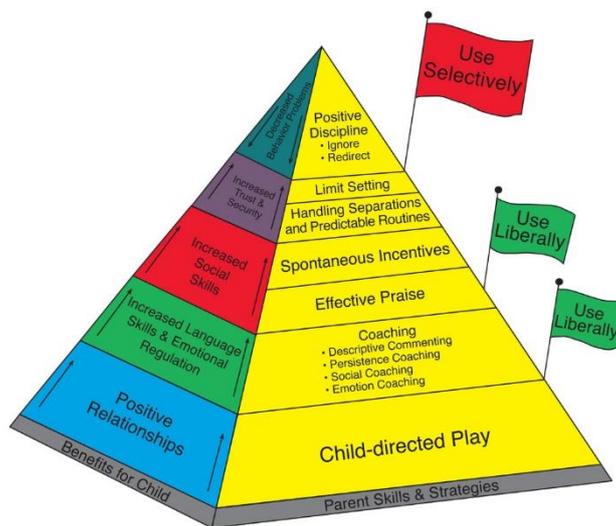
Desde os trabalhos de Winnicott (1971) sobre o “playing” e os objetos transicionais que foi possível identificar e descrever uma série de atividades desenvolvidas pela criança na presença da mãe como cuidadora, em que a formação do conceito de realidade acompanhava

os processos mentais de exteriorização e interiorização dos perceptos, nisso se originando a noção do não-eu frente à de *self*. Nestes trabalhos, a formação das competências cognitivas é tomada como complementar da relação social da criança com a mãe e das próprias atividades de exploração sensorial do mundo que a criança pratica. É notório que há vários processos de vinculação afetiva que decorrem em todas estas atividades e em que os adultos cuidadores desempenham um importante papel.:

Orientados para atividades práticas de educação parental de cuidadores e professores de crianças em escalões etários compreendidos entre os 0 e os 12 anos, os autores das diferentes series de programas dos *Anos Incríveis* (1982, 1989, 2001 e 2008) pretenderam fornecer um conjunto de ferramentas para atingir os seguintes objetivos:

- Providenciar programas de prevenção, financeiramente viáveis, que todas as famílias e professores de crianças pequenas possam usar de forma a promover competências sociais, emocionais e académicas e prevenir o desenvolvimento de mau comportamento;
- Providenciar intervenções compreensivas a professores e pais que visam reduzir problemas de conduta em crianças pequenas.

Um desses programas, *Incredible Years – Toddlers Parenting Program*, para crianças entre 1 e 3 anos, estabelece como finalidade a promoção do desenvolvimento social da criança, tendo como base da pirâmide das atividades destinadas aos cuidadores o *brincar* (*child directed play*) (Figura 1.7).



## Parenting Pyramid Toddlers (1 - 3 years)



Figura 1.2. Pirâmide *Incredible Years – Toddlers Parenting Program*  
(retirado de <http://www.incredibleyears.com/wp-content/uploads/toddler-program-pyramid.jpg>)

Com base nesta serie apresentam-se alguns tipos de brincadeira que estimulam o desenvolvimento da criança:

- Atividades Físicas – o desenvolvimento mais óbvio, o brincar oferece oportunidades para todo o tipo de movimentação física (correr, saltar, esticar, alcançar, carregar, balançar, etc), contribuindo de forma positiva para a saúde da criança, desenvolvimento muscular e coordenação visão-tato;
- Brincadeiras de Manipulação e Exploração – este género implica resolução de problemas, manipulação, exploração e controlo sobre a atividade; contribui para o desenvolvimento de habilidades sensoriomotoras, em que até o brinquedo mais pequeno permite a exploração das dimensões no espaço mediante o manipular, o combinar e o misturar formas de maneira a criar novas figuras, e ficar mais sensível à cor e textura dos materiais. O mais importante, a criança apercebe-se do controlo que tem sobre a brincadeira e o seu processo – este fator é importante para estimular a curiosidade da criança para explorar e investigar;

- Brincadeira Social – a criança ingressa num processo denominado “brincadeira paralela”, em que brinca junto a outra criança, sem qualquer percepção do que a outra está a fazer, sem ocorrer interação; a dado momento, a criança apercebe-se do seu colega e começa a ganhar interesse pelo que este está a fazer, dando início à interação social;
- Jogos Simbólicos ou “faz-de-conta” – esta brincadeira implica manipular símbolos e ideias, ao invés de pessoas e/ou objetos, ou seja, a criança trabalha com a representação do objeto em vez do próprio objeto; oferece à criança uma possibilidade de resolver as coisas por si próprias; ajuda-as a distinguir a realidade da fantasia. O “faz-de-conta” possibilita a criança experienciar sentimentos e emoções de outros, aprendendo a ser mais sensível ao impacto que as suas próprias atitudes podem ter com os que a rodeiam. Eventualmente, proporciona o desenvolvimento da empatia.

Para a criança, brincar não é algo frívolo, mas sim uma oportunidade para crescimento e desenvolvimento em quase todas as áreas. É necessário praticar para se tornar competente, criativo, e confiante nas suas brincadeiras. Além disto, brincar proporciona oportunidades para aprender sobre quem são, o que podem fazer e como se podem relacionar com o mundo que as rodeia.

De acordo com Winnicott é apenas no brincar que o indivíduo, criança ou adulto pode ser criativo e construir a sua personalidade, acrescentando que o indivíduo só descobre o eu (self) recorrendo à imaginação e criatividade (Winnicott, 1971/1975, cit. in Belo & Scodeler, 2013).

É importante que os cuidadores encorajem as crianças a participar em todos os tipos de brincadeiras acima descritos, e até participar nelas. Por quê? Embora o pensamento mais comum seja a criança apresentar uma predisposição natural para brincar, uma capacidade instintiva, a verdade é que, sem a intervenção do adulto, este instinto e criatividade irá gradualmente desaparecer. Existem diversas vantagens na integração do adulto nestas atividades:

- ✓ Contribui para estabelecer uma relação mais próxima e fortalecer laços afetivos entre os membros da família;

- ✓ Constrói uma reserva de sentimentos e experiências positivas que poderá ser útil em momentos de conflito;

A presença do cuidador apresenta-se como especialmente vantajosa para as crianças, pois permite:

- ✓ Obter apoio para resolver problemas;
- ✓ Experimentar ideias;
- ✓ Explorar a imaginação;
- ✓ Estimular a aquisição do vocabulário – ensinando a comunicar os seus pensamentos, sentimentos e necessidades;
- ✓ Ajudar a interagir socialmente – aprender a aguardar pela sua vez, partilhar, e ser sensíveis aos sentimentos dos outros;
- ✓ Estimular os sentimentos de autoestima e competência;

Apesar de todas estas vantagens, constata-se que muitos adultos se sentem desconfortáveis ao desenvolver uma atividade de brincadeira com a criança, que seja por sentirem vergonha ou relutantes em relação a brincadeiras de imaginação ou saírem do seu papel de adultos e fazerem de conta que são um comboio e rastejarem pelo chão.

O *Incredible Years – Toddlers Parenting Program* aponta para as armadilhas mais comuns e reforça *como* brincar com o filho, através de algumas indicações:

*Não controlar a brincadeira*

Alguns pais tentam estruturar a brincadeira dos filhos, ensinando-os sobre o que estão a fazer, mas como o fazer “corretamente”, ou de forma “perfeita”, possivelmente convencidos de que, desta forma, a atividade será mais proveitosa. No entanto, esta postura resulta numa serie de ordens e correções que, geralmente, tornam a experiência pouco gratificante tanto para os pais como para os filhos. Assim, o primeiro passo para brincar com os filhos é deixar-se guiar pela imaginação e ideias dele ao invés de lhe impor as suas. Evitar estruturar ou organizar as atividades com ordens ou instruções. Não tente ensinar nada. Por outro lado, imite-os, faça o que lhe pede para fazer. Quando se deixa levar pela sua imaginação, a criança interessa-se mais, investe mais e é mais criativa. Este método irá estimular o desenvolvimento das capacidades da criança para brincar e pensar de forma independente.

*O ritmo da criança deve ser adequado ao nível da criança*

Uma criança é capaz de repetir a mesma atividade vezes e vezes sem conta. Porquê? A criança precisa de treinar e de ensaiar uma atividade até sentir que a domina e sentir confiança nas suas capacidades. Ao sentir-se pressionada a experimentar algo novo, pode ter uma sensação de incompetência ou frustração e desistir, pois sente que o desafio é demasiado grande e não está preparada. Uma criança transita de uma ideia para outra de forma mais lenta que os adultos. Assim, um ritmo pausado irá contribuir para incrementar a capacidade de atenção do seu filho e incentivá-lo a concentrar-se numa mesma atividade durante um determinado período de tempo.

#### *Prestar atenção aos sinais da criança*

É perfeitamente natural que os pais sintam a necessidade de estimular os filhos de modo a otimizar o seu desenvolvimento. No entanto, é essencial identificar o estágio de desenvolvimento em que se encontra a criança, de modo a evitar propor ideias ou brinquedos que sejam demasiado avançados para ela. É possível analisar se o brinquedo ou a atividade é excessivamente avançada através de alguns sinais que a criança vai demonstrando. Se não estiver interessada e quiser brincar com outra coisa ou se apresentar resistência é provável que a criança não esteja no nível de desenvolvimento adequado para essa atividade, sentindo-se frustrada por ter de fazer algo para o qual não está preparada. O cuidador poderá propor as novas atividades mais tarde, até que a criança demonstre interesse – aí será a altura apropriada para a estimular.

#### *Evitar lutas de poder*

É comum que, por vezes, os pais estabeleçam (inconscientemente) uma relação de competição com as crianças: ensinar a seguir as regras; ensinar a criança a “saber perder”; ou a jogar de tal forma bem que a criança não deixa de se sentir incompetente. Este tipo de situação faz a criança sentir-se limitada e sentir que está em competição com o adulto – a qual não está preparado para vencer –, o que conseqüentemente a levará a desistir ou recorrer a outra forma de dominar a situação.

É crucial preservar a ideia de que a criança (com o adulto) nunca tem oportunidades de exercer o controlo. No brincar, é essencial incentivar sentimentos de eficácia e independência da criança e proporcionar-lhes a hipótese de exercer poder e controlar com legitimidade.

#### *Elogiar e encorajar as ideias e a criatividade da criança*

Outra armadilha habitual é cair na tentação de corrigir a criança quando ela está a brincar. Ouvir constantes “Não é assim que se faz” ou “Isso não é aí”, acaba por desencorajar a tentativa de exploração de ideias ou de experimentar outras formas de jogar com os brinquedos. Estas intervenções transmitem a ideia de que o objetivo de jogar é a perfeição.

O importante do brincar é criar e experimentar. Ao invés de julgar, corrigir ou contrariar, averigua-se ser mais produtivo o elogiar e reforçar competências, tais como a criatividade, a persistência, confiança, capacidade de concentração, capacidade de resolução de problemas, cooperação, persistência, etc.

*Encorajar o desenvolvimento emocional da criança através da fantasia e do “faz-de-conta”*

Embora existam muitos adultos relutantes a envolverem-se nesta atividade, este tipo de brincadeira consolida os mundos imaginários das crianças, o seu pensamento narrativo e criativo, e também ajuda a criança a gerir emoções e a partilhar sentimentos. Além disso, contribui para o desenvolvimento de diferentes competências cognitivas, emocionais e sociais. Aqui, tem oportunidades de experimentar os sentimentos de outrem, o que ajuda a compreender e a ser sensíveis a emoções de outras pessoas.

*Dar instruções à criança de modo a promover competências escolares*

Ao brincar com a criança, descrever as características dos objetos com os quais a criança brinca vai ajudar a compreender conceitos académicos e a construir vocabulário relacionado com atividades escolares – cores, números, figuras, etc. Além disso, comentar a capacidade demonstrada para pensar arduamente, ouvir com atenção, trabalhar individualmente e sem ajuda, não desistir perante um desafio mais complicado, e cumprir instruções pode ser útil para encorajar e solidificar a capacidade de concentração da criança.

Outras dicas passam por usar comentários descritivos em vez de fazer perguntas – trata-se de uma abordagem que encoraja o desenvolvimento da linguagem –, treinar as emoções e apoiar positivamente as competências de regulação emocional (por exemplo, mostrar-se calmo, aguardar, resolver um problema), sentimentos para promover competências emocionais, ensinar a criança a brincar com outras e encorajar a criança a resolver os problemas sozinho ao invés de ajudar em demasia. Acima de tudo é importante que partilhe os sentimentos de bem-estar e alegria.

Em suma, é importante que o cuidador dê o devido valor ao brincar e reserve algum tempo para tal. Adotar estas sugestões implica proporcionar um ambiente propício à

estimulação da criatividade, à exploração do “impossível” e absurdo, experimentar novas ideias, cometer erros, expressar sentimentos, e gradualmente adquirir confiança nos seus próprios pensamentos e ideias. Ao proporcionar tempo à criança e participar nas suas brincadeiras, dá-lhes oportunidade de reduzir sentimentos negativos, como raiva, medo, inadaptação, aumentando sensações de controlo, sucesso e prazer. Brincar de forma flexível reduz a pressão nas interações do cuidador com as crianças, estimulando o seu desenvolvimento pleno.

## **1.4. Metodologias e técnicas na intervenção junto de Vítimas de Violência Doméstica**

Como já supracitado, a VD e VG representam graves afrontas aos Direitos Humanos e um obstáculo à concretização da igualdade entre mulheres e homens.

As instituições de atendimento e apoio a VVD representam o resultado de conquistas de movimentos feministas dos anos 70-80, do aumento da consciencialização social para esta problemática e até mesmo do desenvolvimento do conhecimento científico da área e ainda a elaboração de estratégias de intervenção adequadas (Manita et al., 2009).

Assim, as boas práticas de intervenção profissional devem ter uma abordagem centrada na perspetiva das sobreviventes/vítimas, com enfoque na defesa dos seus Direitos Fundamentais. (AMCV et al., 2013).

A qualidade de intervenção nesta área exige que esta seja direcionada e suportada, de forma transversal, por um conjunto de princípios fundamentais, que deve ser alvo de reflexão e apropriado pelos profissionais.

De acordo com o referencial mínimo de qualidade do Manual para Profissionais de Avaliação e Gestão de Risco em Rede (AMVC et al., 2013) distinguem-se sete princípios reguladores<sup>11</sup> na prática e ética profissionais na intervenção com VVD:

- Princípio de Defesa de Direitos – deve ser implementada numa abordagem de defesa dos Direitos Humanos em todas as áreas;

---

<sup>11</sup> Trata-se de normas que vinculam padrões de comportamentos a estar presentes de forma explícita ou implícita na prática profissional de todos/as que intervém nesta área. Estão interligados e são transversais a todas as áreas e níveis da intervenção (AMVC et al., 2013).

- Princípio de Segurança – priorizar a segurança não só da vítima, mas de possíveis vítimas colaterais (incluindo grupos familiar e social) e até dos profissionais que as apoiam;
- Princípio de Respeito – a intervenção deve ser focada na perspectiva da vítima, demonstrando respeito e empatia pelas suas experiências de vida, histórias de vida, contexto cultural e diversidade;
- Princípio de Confidencialidade – a vítima tem direito à confidencialidade e respeito pela sua privacidade;
- Princípio de Empoderamento – o profissional deve promover o fortalecimento individual e estar consciente do seu papel nessa mudança;
- Princípio de Cooperação – num contexto de cooperação institucional, as organizações devem intervir de forma articulada e em rede;
- Princípio de Responsabilização – qualquer organização deve estar equipada de mecanismos de avaliação, monitorização e aperfeiçoamento e atualização dos serviços regularmente.

Adicionalmente, a CCIG (2016, p.15) refere o Princípio da Gratuitidade, justificando “nos termos do previsto no artigo 54.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro, os serviços prestados pelas entidades que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica são gratuitos”.

Manita et al. (2009) reforça que os profissionais ao intervirem nesta área devem ter consciência da importância e do impacto das suas intervenções com as vítimas. Nas respostas a estas situações, o reconhecimento e a validação das experiências específicas de cada sobrevivente de violência doméstica, bem como a atitude de não julgamento e de respeito pela diversidade, por parte de profissionais capacitadas/os e especializadas/os, pode fazer toda a diferença na qualidade dos serviços prestados, com repercussões evidentes no fortalecimento das sobreviventes, das suas tomadas de decisão informadas, dos seus percursos de vida alternativos à violência, na concretização dos projetos de autonomia e no aumento da sua segurança e das crianças e/ou familiares e amigos/as.

De acordo com o Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas (Manita et al., 2009, p. 55-58), os profissionais nesta área têm o dever de assumir certos comportamentos e atitudes aquando da intervenção com as vítimas, tal como:

- A escuta ativa e empática;

- Construção de uma relação de empatia e confiança;
- Garantir a confidencialidade do que lhe é dito e identificar os perigos que poderão advir para a vítima, se ela não for eficazmente garantida;
- Enfatizar que a violência nunca é justificável, que nenhuma pessoa, circunstância ou comportamento justifica a sujeição a maus-tratos (físicos, emocionais, sexuais ou outros) e que este tipo de conflito extravasa largamente o âmbito privado/familiar/do casal, devendo ser objeto de preocupação e combate por todos/pela sociedade;
- Assegurar à vítima que não está só e que não tem culpa dos acontecimentos;
- Ter consciência de que não há um perfil de maltratante e que não deve avaliar o grau de risco de existência de violência pelo “ar”, nível socioeconómico ou comportamento aparente da vítima ou do seu companheiro;
- Não dar conselhos pessoais, não fazer julgamentos nem emitir juízos de valor ou afirmações assentes em estereótipos, mitos ou crenças infundadas;
- Conhecer os diferentes estilos de comunicação (assertivo, agressivo, passivo, manipulador) e seus efeitos e utilizar um estilo assertivo, o mais adequado neste tipo de situação;
- Saber utilizar adequadamente os elementos fundamentais na comunicação verbal;
- Perceber a influência do contexto/espço onde a vítima é atendida;
- Eliminar as barreiras (pessoais, institucionais, de linguagem, do contexto, etc) à comunicação;
- Estar preparado para compreender, interpretar e lidar com qualquer tipo de reação emocional por parte da vítima, mesmo as mais “extremas” e inesperadas, mesmo se a desorganização emocional da vítima a levar a ser desadequada ou agressiva perante o técnico;
- Perguntar como se está a sentir e escutá-la atentamente.

É, acima de tudo, fundamental saber atender a vítima, recorrer a técnicas correspondentes a uma escuta ativa, tal como deixá-la falar, ouvir e tentar perceber o ponto de vista do outro, conseguir avaliar a forma como o diz, mostrar interesse, não emitir juízos de valor, manter contacto visual, não deixar transparecer emoções pessoais, e a empatia e saber atender a vítima (Manita et al., 2009, p. 60-61).

## Capítulo II. A Cáritas

### 2.1. Enquadramento institucional



Figura 2.1. Símbolo da Cáritas Diocesana (retirado de [www.caritas.pt](http://www.caritas.pt))

De acordo como o *website* oficial, a Cáritas é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (Figura 2.1), sem fins lucrativos, que surgiu na Alemanha, em 1897. Trata-se de uma organização associada à igreja Católica que, desde os primórdios da sua existência, assumiu o compromisso de desenvolver atividades de cariz social, de forma a privilegiar as pessoas, famílias e grupos sociais economicamente desfavorecidos. Tanto que, atualmente, já apresenta um historial no que concerne a respeitar e apoiar os mais necessitados, oferecendo as ferramentas necessárias para a transformação de suas próprias vidas.

É composta, em Portugal, por vinte Cáritas Diocesanas, unidas na Cáritas Portuguesa. Progressivamente alargou a sua intervenção a 5 distritos da região Centro (Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Viseu) (Caritas,2007).

A colaboração dos diversos profissionais permite a Cáritas articular a sua resposta às mais variadas necessidades. Cada Cáritas Diocesana tem a sua autonomia jurídica e canónica, o que quer dizer que, apesar da estrutura nacional, cada organização tem a sua identidade a nível local, podendo estabelecer as suas prioridades e agir em função delas, desde que de acordo com o Plano Estratégico da Cáritas em Portugal (Caritas, 2007).

A Cáritas Portuguesa é a união das Cáritas Diocesanas e constitui-se como serviço para a animação da Ação Social da Igreja em Portugal. Pertence à *Caritas Internationalis*, da Cáritas Europa, da Confederação Portuguesa do Voluntariado, da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e da Associação Dignidade (Caritas, 2007).

### ***Caritas Internationalis***

A *Caritas Internationalis* (início em 1951) é uma confederação de **165 organizações** que trabalham em **mais de 200 países e territórios** (Figura 2.2). Todas as organizações nacionais da Cáritas são membros das suas próprias redes regionais da Cáritas e, também, da confederação internacional.

É a segunda maior rede humanitária do mundo, profundamente enraizada na sociedade pois está presente na paróquia (local), na diocese, ao nível nacional, regional e mundial. Guia-se pelo Evangelho, a Doutrina Social da Igreja e das experiências vividas pelos pobres e excluídos. Os valores que a guiam são: a dignidade da pessoa humana, a opção preferencial pelos pobres, o destino universal dos bens, a solidariedade e a subsidiariedade (Cáritas Portuguesa ,2007).

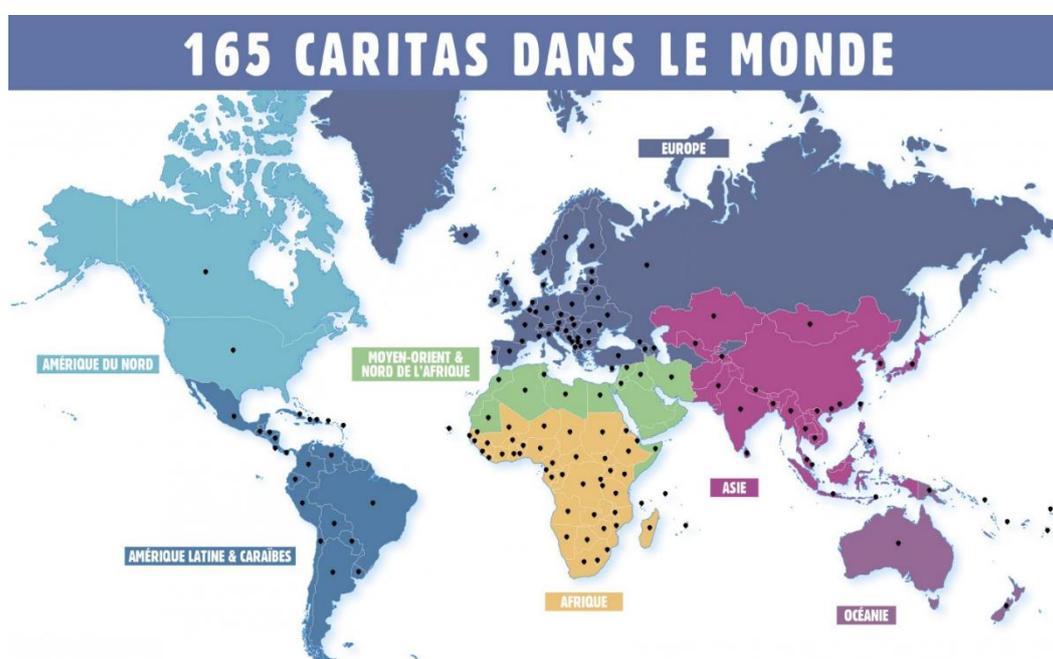


Figura 2.2. A Cáritas no Mundo (retirado de: <http://bit.ly/CaritasWorldWide>)

## 2.2. Cáritas Diocesana de Coimbra

Em Coimbra, a Cáritas começou por ser uma delegação informal, relacionada com o acolhimento de crianças austríacas, refugiadas das convulsões políticas e militares europeias, na década de 40 para a década de 50. O Reverendo Padre António Sousa foi o seu impulsionador (de 1967 a 2005), a quem se deve o aumento de áreas de intervenção social desta Instituição, na animação pastoral das comunidades, promoção comunitária, alfabetização, saúde, ação social com crianças, jovens, idosos, mulheres em risco, migrações, etnias, etc. (Caritas Diocesana, 2008).

### *Estrutura funcional*

No organigrama designado por “Estrutura Funcional, por Resposta Social ou Tipo de Serviço Prestado” (Figura 2.3), é possível verificar as respostas sociais e serviços da instituição, agregadas por domínios de intervenção. Conta atualmente com 85 equipamentos sociais e 118 respostas sociais, procurando responder às necessidades emergentes da comunidade, seja no âmbito social, da família e comunidade (Crianças e jovens, Idosos, VIH, Toxicod dependência, Intervenção comunitária e Sem-abrigo); da saúde (Serviço Ambulatório e de Internamento); da educação (Infância e Tempos livres) e ainda pastoral.



NOTA: O DÍGITO COLOCADO À DIREITA NOS CAMPOS REPRESENTA O NÚMERO DE RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES EM CADA TIPOLOGIA - NO TOTAL 151.

Figura 2.3. Estrutura Funcional por Resposta Social e Tipo de Serviço Prestado (retirado de: <http://bit.ly/CaritCoimblent>)

## Estrutura orgânica

Relativamente à estrutura orgânica, a CDC possui dois órgãos estatutários: a Direção e o Conselho Fiscal. O conselho de Administração é composto pelo presidente e pelos responsáveis das áreas relacionadas com a administração e serviços de suporte ao bom funcionamento da instituição, nomeadamente os Recursos Humanos, a Gestão Financeira, Compras logísticas e manutenção, Inovação, Secretariado, Gabinete jurídico, bem como, as respostas sociais e serviços. No sentido de proporcionar uma melhor qualidade nos serviços conta ainda com uma equipa de informática, uma equipa de formação, uma equipa de voluntariado, uma equipa pastoral, uma equipa de infraestruturas, e uma equipa de planeamento e segurança alimentar (Figura 2.4) (Caritas Diocesana, 2008).



Figura 2.4. Estrutura orgânica da Cáritas Diocesana de Coimbra (retirado de: <http://bit.ly/CaritCoimblent>)

Consciente da sua responsabilidade social e tendo por base os valores de humanização, profissionalismo, compromisso, transparência, caridade, universalidade e criatividade, a Cáritas pretende ser uma “referência diocesana e nacional pela qualidade e capacidade de ser pioneira nos serviços que presta à comunidade de forma próxima, reflexiva e sustentável” (Cáritas, 2007).

”A Cáritas de Coimbra é e age, há mais de 60 anos, como motor comunitário, privilegiando a promoção da pessoa. Numa interpretação do presente e das perspetivas futuras, urge avançar além do assistencialismo e potenciar a transformação social”

(Presidente Luis Costa, Abertura do Ano 2016).

### **Cáritas na intervenção com mulheres**

Em 1991 a CDC iniciou a sua intervenção com mulheres em situação de risco social agravado, através de um projeto de Luta Contra a Pobreza direcionado exclusivamente a esta população. Atualmente, existem alguns equipamentos que dão resposta a mulheres em risco social agravado, como por exemplo o Centro Comunitário de Inserção diurno, centros de acolhimento temporários e programas ligados à problemática da toxicodependência. Contudo, permanece ainda um grupo heterogéneo de mulheres em situação de exclusão social, com trajetórias de experiências de reclusão, vítimas de violência ou com um passado ligado ao consumo de droga ou à prostituição, cuja integração social exige a potenciação dos seus recursos pessoais e de redes de apoio (muitas vezes ausentes), obrigando a períodos prolongados de alojamento e suporte que permitam a sua autonomização (Caritas, 2007).

Na sequência desta insuficiência, a CDC apresentou, em 2003, uma candidatura para compra de imóvel, obras de remodelação e aquisição de equipamento, dando lugar a uma nova resposta social – Comunidade de Inserção Renascer –, inaugurado a 7 de dezembro de 2007.

De acordo com a Segurança Social (2004) “a *comunidade de inserção* é uma resposta social que compreende um conjunto de ações integradas, com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou marginalização social” (p.2). Tem como objetivo contribuir para a inserção progressiva de indivíduos e famílias. Deverá garantir a satisfação das necessidades básicas, promover o desenvolvimento estrutural das pessoas/famílias e a aquisição de competências básicas e relacionais, contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades das pessoas/famílias, no sentido de favorecer a sua progressiva integração social e profissional (Segurança Social, 2004).

Este tipo de equipamento destina-se a pessoas e agregados em situação de vulnerabilidade que necessitam de ser apoiadas no processo da sua integração social,

designadamente, mães solteiras, ex-reclusos, sem abrigo, outros em situação semelhante (Segurança Social, 2004).

### **2.3. Comunidade de Inserção Renascer**

A CI Renascer, sendo uma das valências da CDC, é um equipamento residencial que funciona vinte-e-quatro horas por dia, assegurado por turnos, de modo a garantir a continuidade de serviços, e conta com 10 técnico-profissionais<sup>12</sup>, mais especificamente: uma coordenadora do Setor - Diretora Técnica CDSN, uma diretora técnica, uma psicóloga, uma assistente social, uma animadora socioeducativa, uma trabalhadora auxiliar e quatro auxiliares de ação direta (Relatório de Atividades, 2016).

O seu espaço é constituído por dois blocos independentes, unidos por uma passagem coberta, sendo que um corresponde à zona residencial e o outro à zona dos gabinetes das técnicas profissionais e áreas comuns. O edifício correspondente à zona residencial é composto por três quartos individuais com berço, nove quartos duplos, três quartos triplos, seis balneários, um fraldário, uma instalação sanitária para funcionários e duas salas de estar. Na restante estrutura encontra-se uma despensa, a copa e área de refeições com instalações sanitárias de apoio, a área de convívio, a sala de caldeira, três arrumos, a sala do computador, instalações para os membros da equipa em serviço, duas instalações sanitárias e uma lavandaria.

A sua função passa pelo acolhimento, proteção e integração de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social e/ou violência doméstica, providenciando um espaço de segurança e suporte emocional que defende uma política de igualdade de oportunidades. Assim, no âmbito do apoio à integração promove a criação de condições propícias ao desenvolvimento pessoal, familiar, social e profissional (Relatório de Atividades, 2016).

Este equipamento social em regime residencial disponibiliza trinta vagas para mulheres entre os 16 e os 45 anos, com ou sem filhos (mulheres e/ou agregados monoparentais) com trajetória de marginalização e risco agravado, com origem nas mais

---

<sup>12</sup> A constituição da equipa deve ser adaptada conforme a capacidade, funcionamento e atividades da comunidade. O guião técnico da Segurança Social sugere que num referencial de 30 utilizadores, deve constituir a equipa um Assistente Social e Psicólogo a tempo parcial, 1 Educador Social, 4 Ajudantes de Lar e 2 Auxiliares de Serviços Gerais (2004).

diversas problemáticas: ex-reclusas, ex-prostitutas, vítimas de violência doméstica, vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, entre outras. (Relatório de Atividades, 2016)

A maioria das situações admitidas até agora têm em comum a violência doméstica, essencialmente a violência no contexto da relação conjugal.

### **2.3.1. Processos de Encaminhamento, Admissão e Acolhimento**

O processo de admissão na CIR pressupõe um encaminhamento por parte de entidades públicas ou privadas de cariz social, estando implícita uma apreciação da situação por parte da equipa técnica de modo a determinar a sua admissibilidade. Em situação de inexistência de vaga, a entidade de encaminhamento é informada de que a situação integrará a lista de espera.

O processo de encaminhamento deve ser oficializado via correio eletrónico, apresentado uma proposta de admissão – constituída pelo diagnóstico social, clínico, psicológico e jurídico da utente/agregado.

A avaliação de admissibilidade guia-se, inicialmente, através da avaliação dos requisitos compreendidos no *Relatório de Análise, Hierarquização e Aprovação*, apresentando como critérios de admissão o distrito de origem do sujeito /agregado, motivo de encaminhamento, se é gestante e o número de menores que constitui o agregado.

Estes critérios categorizam-se num sistema de pontos, numa escala de 0 a 5, que varia consoante a caracterização do utente (tabela 2.1).

Tabela 2.1. Critérios de admissão na CIR

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>Distrito de origem do agregado:</b>	
Coimbra	(5 pontos)
Outros concelhos do distrito de Coimbra	(4 pontos)
Outros da região centro	(3 pontos)
Outros distritos	(2 pontos)
<b>Motivo de encaminhamento:</b>	
Violência Doméstica	(5 pontos)
Ausência de habitação/suporte familiar adequado	(0 pontos)
<b>Grávida:</b>	
Sim	(5 pontos)
Não	(0 pontos)
<b>Crianças a cargo:</b>	
< 3 anos	(5 pontos)
3 – 6 anos	(4 pontos)
+ 6 anos	(3 pontos)
Nenhuma	(0 pontos)
<b>TOTAL:</b>	

No primeiro critério, *distrito de origem*, as opções são *Coimbra*, atribuindo 5 pontos, *outros concelhos do distrito de Coimbra*, que equivalem a 4 pontos, *outros da região centro* correspondendo a 3 pontos e, por fim, *outros distritos* que equivalem a 2 pontos. Respeitante ao motivo de encaminhamento, numa ocorrência de *violência doméstica*, acresce 5 pontos; no caso de ausência de habitação/suporte familiar adequado não é atribuído qualquer ponto. Outro critério significativo é a *gravidez*, no que concerne a uma candidata gestante, serão atribuídos 5 pontos, caso contrário não será atribuído qualquer ponto. Por último, apresenta-

se a existência de acompanhantes menores aquando o ato de encaminhamento. Assim sendo, se a utente tiver uma criança com menos de 3 anos, serão atribuídos 5 pontos, se a criança tiver entre 3 aos 6 anos serão 4 pontos, e por fim, numa situação de uma criança com mais de 6 anos, são atribuídos 3 pontos. Se a utente estiver sozinha, não acresce qualquer ponto.

Após esta etapa, considerando a pontuação de cada processo ter-se-ão em conta outros fatores, nomeadamente a respetiva situação de risco e a sua perigosidade, medidas de promoção e proteção em curso, ausência da rede familiar de suporte, número de vagas existentes e adequabilidade ao grupo atual que compõe o equipamento, que serão discutidos pela equipa técnica.

Perante a eventualidade de uma possível admissão, considera-se a viabilidade da realização de uma entrevista externa, onde se terá o primeiro contacto com a candidata, com o objetivo de recolher uma informação mais aprofundada no que diz respeito às suas necessidades e motivações para o acolhimento na CIR. Neste primeiro contacto, é entregue à utente o regulamento interno, no qual se encontram definidas normas e regras internas, as quais a candidata deverá posteriormente aceitar.

Aquando da admissão da cliente, segue-se o seu acolhimento, efetuado por elementos da equipa técnica que inicialmente promovem a instituição na instituição. Nesta reunião, é celebrado e assinado com a mesma o Termo de Consentimento Informado e o Contrato de Adesão para prestação de serviços de alojamento, que constitui um compromisso entre a utente e as técnicas da CIR. É fornecido igualmente um exemplar regulamento interno da casa, onde se encontra explícito as regras da casa, e os deveres e direitos de todas as partes.

Para cada residente é elaborado um processo individual, confidencial, de acesso restrito, devidamente organizado, contendo dados relativos à sua identificação, situação psíquica, familiar, profissional, social, de saúde e jurídica.

Os processos individuais são organizados na vertente administrativa, social, clínica e jurídica. Segue-se a avaliação diagnóstica, a negociação e definição do Plano Individual Familiar. O PIF é um instrumento de carácter individual e simultaneamente substancial na sistematização e no reforço de um conjunto de ações negociadas com a residente, em prol da concretização dos objetivos necessários para a reconstrução de um novo projeto de vida,

contando com o apoio de uma rede social<sup>13</sup> adequada. Por ser dinâmico e em processo de reavaliação periódica, é revisto e reformulado com novas ações, por redefinição de novos objetivos que se vão concretizando até ao processo de autonomização, garantindo sempre o respeito pela individualidade e tomada de decisão da residente. Assim, a Comunidade de Inserção reserva-se ao direito de não proporcionar visitas às instalações ou atividades de modo a preservar a segurança e a privacidade dos agregados acolhidos, sendo a sua localização, por isso, confidencial.

Este equipamento conta com um Acordo com a Segurança Social e um protocolo de cooperação com a Unidade de Violência Familiar do Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra.

### **2.3.2. Objetivos**

A sua intervenção tem como foco fundamental dois objetivos essenciais que assentam numa filosofia pela igualdade de género:

- Autonomia financeira – sendo garantido o acompanhamento adequado para a integração no mercado de trabalho ou outra atividade que proporcione os recursos financeiros necessários à economia do agregado;
- Autonomia funcional (pessoal, social e parental) – com especial atenção dirigida à promoção de competências parentais positivas e equilibrantes da mulher institucionalizada relativamente aos seus filhos.

O público-alvo em questão é marcado por dinâmicas afetivas desestruturantes e uma dependência disfuncional - conseqüentemente complica a reconstrução de um projeto de vida alternativo - não sendo possível generalizar, o que exige um trabalho multidisciplinar e individualmente adequado e adaptado.

Inicialmente realiza-se uma avaliação diagnóstica, através da qual se identifica e avalia as necessidades e potencialidades das residentes com base em vários indicadores, decorrentes de todos os momentos de contacto e recolha de informação relativa à

---

<sup>13</sup> Entende-se por rede social todas as entidades e serviços cuja resposta está associada à concretização de apoios necessários para dar continuidade a ações definidas no PIF (aquisição de passe/senhas para o primeiro mês de formação profissional ou emprego, medicação, óculos e prótese dentária) (Relatório de atividades, 2016).

utente/agregado: articulando com as mesmas, através do acompanhamento individualizado e visando a sua caracterização sociofamiliar.

Posteriormente, pretende acompanhar os processos de reinserção social, permitindo a sua reconstrução e auto-organização, contribuindo conseqüentemente para a estabilidade, consolidação da autonomia e melhoria da capacidade de resiliência, da pessoa acolhida, nos vários domínios da vida, através de apoio social e psicológico, promoção da saúde, desenvolvimento de competências parentais, domésticas e familiares, e, por fim, inserção social e profissional.

Outra vertente de intervenção de grande importância deste trabalho é a que se dirige aos filhos aqui residentes com as mães:

- Relação direta com as crianças
- Mediação de visitas dos progenitores
- Reuniões de mediação familiar
- Contacto com o ambiente institucional e social de origem

Pretende-se um espaço familiar potenciador da autoestima destas mulheres, onde o seu processo de autonomização passe pela reestruturação de formas de pensar, sentir e de agir, alternativas e funcionais, numa perspetiva de reautoria, definindo todo o trabalho em função das necessidades destas mulheres e crianças.

## Capítulo III. Atividades realizadas

Os objetivos da comunidade são executados através de um conjunto diversificado de atividades adaptadas à condição individual das residentes tendo em conta as suas competências e potencialidades, numa perspetiva de mobilização e participação no seu processo de autonomia e inserção social.

Neste sentido, as atividades desenvolvidas enquadram-se dentro das seguintes categorias:

- Apoio à satisfação de necessidades básicas de sobrevivência como o acolhimento, alojamento, alimentação e higiene;
- Apoio psicológico e social, potenciador do equilíbrio e bem-estar;
- Encaminhamento para ações de formação tendo em vista a aquisição de competências pessoais e relacionais;
- Ações de sensibilização e articulação com as entidades competentes, promovendo as qualificações escolares e profissionais, mediante o recurso a ações de formação específica e de medidas de apoio ao emprego;
- Iniciativas que visem a participação em ações de natureza cultural e recreativa;
- Desenvolvimento de ateliers ocupacionais que concorram para a aquisição de conhecimentos e aptidões pessoais das residentes.

O presente capítulo apresenta as atividades acompanhadas e dinamizadas durante o estágio e está organizado em sete secções.

A primeira secção retrata a caracterização das residentes e a análise SWOT da instituição realizada pela estagiária.

Posteriormente, apresenta-se a *Oficina Parental*, que foi o projeto de intervenção da estagiária. A *Oficina Parental* foi planificada tendo em conta a necessidade de enriquecer as relações parentais afetivas entre as residentes e os respetivos filhos. Subdividiu-se em seis partes. As primeiras cinco correspondem a sessões planificadas e dinamizadas pela estagiária e a última corresponde à avaliação do impacto da intervenção.

A terceira secção apresenta as sessões realizadas no âmbito das intervenções *De Gata Borrreira... a Cinderela*. Trata-se de cinco sessões de carácter educativo e informativo que abordam o tema da mulher e do seu papel na sociedade, com vista a enriquecer, estimular o autoconhecimento, a autoestima e o autocuidado das residentes.

A quarta e quinta secção referem-se, respetivamente, às atividades realizadas no âmbito da celebração de dias festivos e às atividades socioeducativas realizadas em colaboração com a orientadora local.

A secção seguinte particulariza as atividades administrativas e de apoio à CIR.

Por fim, seguem os seminários e congressos nos quais as técnicas e estagiária da CIR participaram, cujos temas abordados foram particularmente relevantes para a comunidade.

### **3.1. Fase inicial**

Numa fase inicial de estágio, as atividades consistiram principalmente na revisão de documentos imprescindíveis para a compreensão do âmbito e funcionamento desta instituição e na identificação das necessidades. Esta etapa exigiu uma postura inicial de observação e adaptação ao espaço, ao seu funcionamento, equipa técnica e utentes, e reconhecimento das dinâmicas existentes.

No sentido de identificar as necessidades socioeducativas das famílias, analisaram-se os processos ativos, no sentido de caracterizar a população residente e delinear linhas de intervenção.

No tópico que se segue caracteriza-se de forma geral as residentes em acompanhamento.

#### **3.1.1. Caracterização das residentes em acolhimento no período de estágio**

As residentes apresentam, em maioria, baixos níveis socioeconómicos, desemprego e emprego precário; baixas qualificações académicas; dificuldades de gestão de recursos económicos, de bens de primeira necessidade e da higiene; dificuldades em estabelecer e manter relações interpessoais e/ou amorosas saudáveis; reconstituições familiares complexas que originam mais fontes de ansiedade e tensão; doença mental (maioritariamente depressão); e competências parentais frágeis (principalmente ao nível afetivo e do estabelecimento de regras e limites de forma adequada e sem a utilização de estratégias coercivas).

De seguida apresentam-se os movimentos ocorridos e a caracterização das residentes em acompanhamento durante o nosso estágio, devendo considerar-se, para todos os valores apresentados, a respetiva data de admissão dos agregados. Durante este período, foram acompanhadas 44 residentes, sendo que 23 são adultas e 21 crianças.

### *Género e escalão etário das residentes e crianças*

Em análise, a faixa etária situa-se entre os 16 anos e mais de 41, sendo com maior expressão no intervalo entre os 21 e os 25 anos, como é possível visualizar na Figura 3.1..

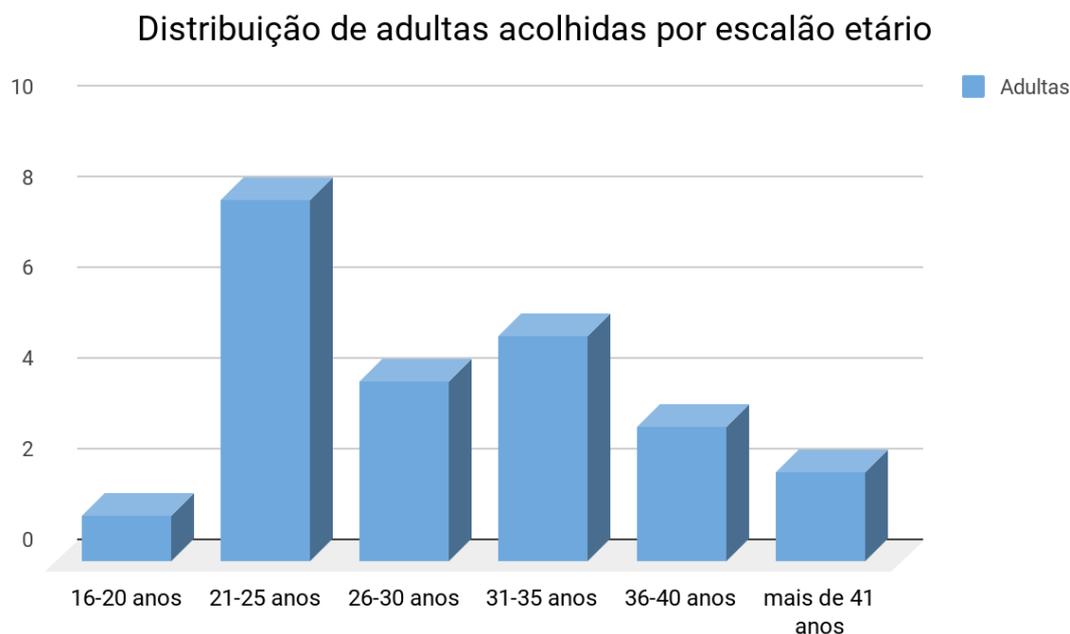


Figura 3.1. Idade das adultas acolhidas na CIR (n=23)

No que concerne ao acolhimento das crianças, o escalão etário dos zero meses a um ano é o mais representativo, seguido dos dois aos quatro anos (Figura 3.2). Associa-se pela evidente dependência dos mais novos relativamente aos cuidados maternos e pela autonomia progressiva dos mais velhos, o nível elevado de exigência nos cuidados a prestar pelas progenitoras e a necessidade de desenvolvimento de intervenções que objetivam a promoção de competências parentais. É de notar que, com a devida intervenção, a idade precoce é interpretada como um bom preditor da promoção de um desenvolvimento infantil adequado, sendo que a intervenção precoce<sup>14</sup> está relacionada com maiores taxas de sucesso.

<sup>14</sup> De acordo com o Despacho Conjunto n.º 891/99, de 19 de outubro, que veio regulamentar a prática da intervenção precoce, define-a como “uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da Ação social com vista a assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento; potenciar a melhoria das interações familiares; reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência (Diário da República, 1999, p.15 566)

### Distribuição de crianças acolhidas por escalão etário

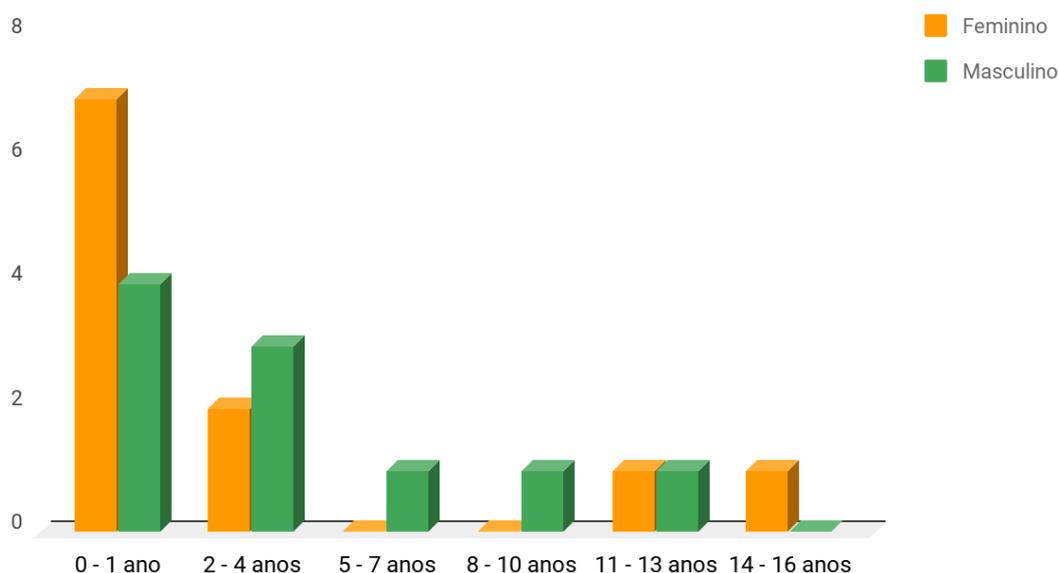


Figura 3.2. Idade das crianças acolhidas por escalão etário (n=21)

### Habilitações literárias

Como se pode ver na Figura 3.3, o 2.º e o 3.º Ciclo são as habilitações mais frequentes nas residentes acolhidas na instituição, seguidas do *Ensino Secundário* como mais comum.

### Distribuição de residentes adultas por habilitações literárias

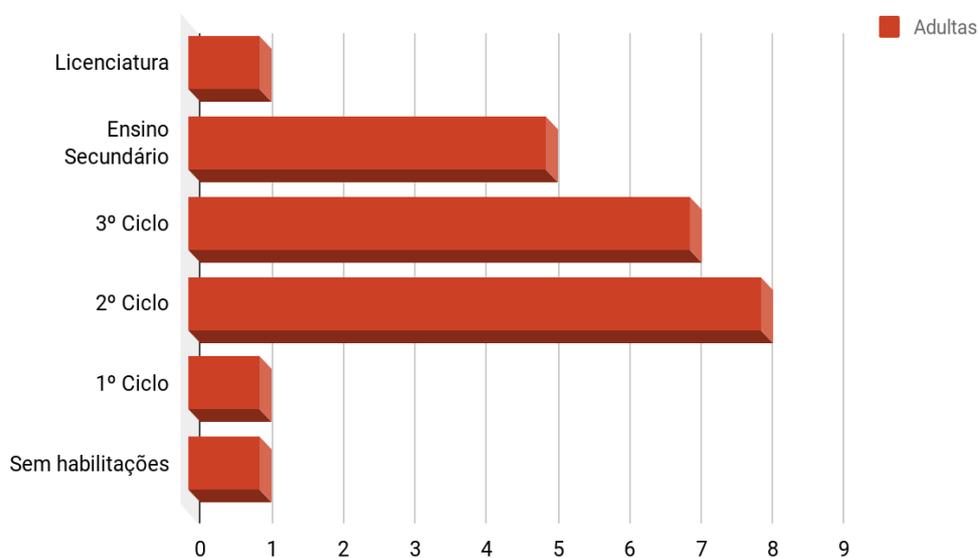


Figura 3.3. Habilitações literárias das residentes acolhidas na CIR (n=23)

Para mulheres com o 1º, 2º. e 3º. ciclo, a integração num curso de formação profissional é uma mais-valia, tendo em conta que, além da equivalência escolar e da certificação em determinada área, promove o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, essenciais para a inclusão no mercado de trabalho. Além disso, a realização de estágios no mercado normal de trabalho acresce uma oportunidade de uma possível eventual inserção laboral.

### *Nacionalidade*

Dentro da instituição, a origem das residentes é variada, distinguindo-se seis nacionalidades, sendo elas Portuguesa, Angolana, Cabo-Verdiana, Guineense, São Tomense e Serra Leonesa (Figura 3.4). Esta diferença, embora não se apresente num número significativo, traduz-se por particularidades no quotidiano, como por exemplo traços culturais nomeadamente no âmbito da educação, das crenças, da relação interpessoal e hábitos alimentares.

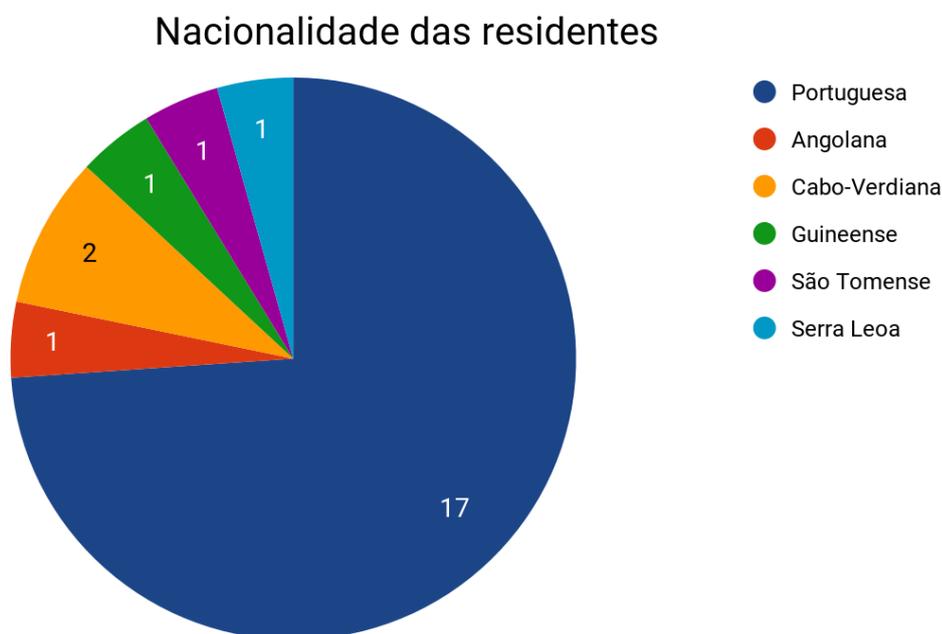


Figura 3.4. Nacionalidade das residentes acolhidas na CIR (n=23)

A diversidade cultural é experienciada na instituição como um desafio e como fator de enriquecimento no desenvolvimento global da mesma.

## Motivo de encaminhamento

### Motivo de encaminhamento

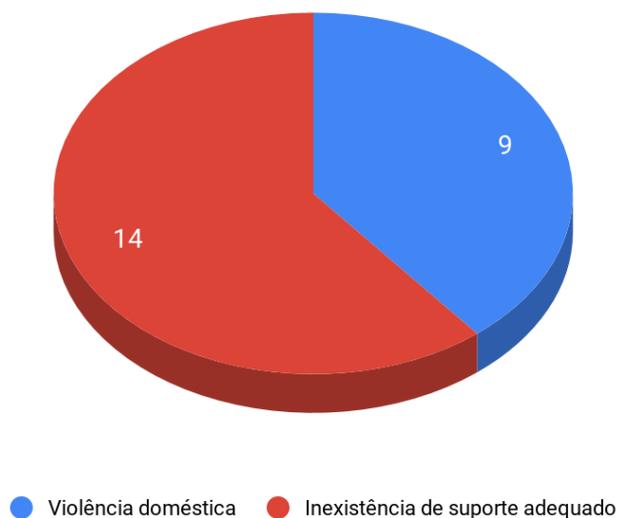


Figura 3.5. Motivo de encaminhamento (n=23)

Como é possível verificar na Figura 3.5 a maioria das utentes foi encaminhada por inexistência de suporte adequado ou ausência de habitação, sendo que as nove restantes apresentavam estatuto de VVD. No entanto, após uma análise rigorosa dos processos individuais, apurou-se que, embora não apresentassem estatuto de vítima<sup>15</sup>, a grande maioria das residentes já teriam sofrido de VD no passado.

<sup>15</sup> Lei n.º 130/2015, de 04 de setembro aprova o Estatuto da Vítima que estabelece as normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.

### 3.1.2. Levantamento de necessidades - Análise SWOT

Tabela 3.1. Análise SWOT da CIR numa perspetiva da instituição como agente de intervenção com agregados monoparentais em situação de vulnerabilidade social.

<b><i>Pontos fortes</i></b>	<b><i>Pontos fracos</i></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de áreas de intervenção;</li> <li>• Boa localização geográfica;</li> <li>• Rede de transportes;</li> <li>• Equipamentos adequados às necessidades dos utentes;</li> <li>• Forte coesão e trabalho de equipa entre as técnicas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poucos recursos tecnológicos;</li> <li>• Ausência de resposta às necessidades das crianças nos seus tempos livres;</li> <li>• Barreiras de acesso - má acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida</li> <li>• Dificuldade de integração das crianças em creche após início do ano letivo (falta de resposta);</li> </ul>
<b><i>Oportunidades</i></b>	<b><i>Ameaças</i></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de espaços específicos para atividades lúdico-recreativas;</li> <li>• Motivação e interesse por parte das técnicas responsáveis;</li> <li>• Facilidade de criação/existência de redes/protocolos com outras entidades relevantes (com vista a alcançar os objetivos da instituição);</li> <li>• Contratação de recursos humanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A comunidade integra simultaneamente mulheres vítimas de violência e mulheres em situação de vulnerabilidade social (falta de sensibilidade e empatia poderá gerar conflito);</li> <li>• Baixa escolaridade das residentes;</li> <li>• Falta de motivação para atividades e restantes tarefas da casa obrigatórias;</li> </ul>

Procedeu-se à análise de necessidades com base numa análise SWOT numa perspetiva da instituição como agente de intervenção com agregados monoparentais em situação de vulnerabilidade social.

#### **Pontos fortes e Oportunidades**

As instalações estão em boa localização na cidade, na proximidade de meios de transporte, farmácias, centro de saúde, comércio e escolas, alcançáveis a pé.

Como já detalhado no ponto 2.3, o interior desta comunidade de inserção oferece boas condições de acolhimento às residentes.

Neste tipo de instituições, a existência de uma equipa multidisciplinar é indispensável, de forma a possibilitar uma resposta mais complexa possível, de forma a abranger as diversas áreas e problemas da intervenção (legal, social, saúde, psicológico). Os profissionais que intervêm nesta área devem ter consciência da importância e do impacto das suas intervenções junto das vítimas/sobreviventes. É da equipa multidisciplinar que se pode esperar a dinâmica da própria instituição. No presente caso, uma oportunidade é a notória e forte motivação e interesse pelo trabalho por parte das técnicas responsáveis.

Como mencionado em 2.3.1 a instituição possui protocolos com outras instituições com intervenção dentro da mesma área ou prestando serviços relevantes para a prossecução dos seus objetivos. Há facilidade em atuar em rede.

### **Pontos fracos e Ameaças**

Nas fraquezas temos a apontar a falta de equipamento informático, nomeadamente computadores pessoais e equipamento de distribuição de sinal de internet (wireless). Este equipamento será útil numa perspetiva de formação tecnológica das residentes, mas também na perspetiva de lhes fornecer meios de acesso a serviços online.

A resposta às necessidades das crianças nos seus tempos livres ficaria facilitada com pessoal dedicado exclusivamente a este tipo de trabalho, havendo espaços adequados para o efeito. Com os mesmos funcionários podia dar-se solução às dificuldades resultantes da integração das crianças recém-chegadas após o início do ano letivo.

Uma questão a resolver é a da remoção de obstáculos à deslocação de pessoas com mobilidade reduzida entre os andares do edifício.

A diversidade de experiências das residentes, mulheres vítimas de violência e mulheres em situação de vulnerabilidade social, acarreta situações de falta de empatia entre elas que são difíceis de superar e que pode pôr em jogo o equilíbrio da instituição.

A baixa escolaridade das residentes acarreta problemas de integração no mercado de trabalho e de comunicação interna.

A falta de motivação persistente das residentes e o isolamento deliberado ou involuntário tornam difícil a mobilização para atividades e tarefas obrigatórias da casa, prejudicando as dinâmicas de grupo da instituição.

### **3.2. Projeto: Oficina parental**

Após um contacto mais próximo com as residentes, identificaram-se débeis ligações afetivas das mães para com as crianças. Perante a necessidade sentida de promover o desenvolvimento de competências parentais, particularmente ao nível da estimulação de relações positivas, as sessões da oficina parental foram concebidas, planificadas e desenvolvidas junto das mães acolhidas com base no capítulo do *Brincar do Incredible Years Parents and Babies Program*, o programa dos Anos Incríveis para bebés e no *Incredible Years Parents and Toddlers Series – The Age of Exploration: Ages 1-3 Years*.

Nestas sessões, foram abordados temas no âmbito de segurança infantil, importância do tempo de brincar, a participação do cuidador nessa atividade e a construção e utilização de brinquedos que proporcionem o desenvolvimento sensório-motor da criança. Realizaram-se 6 sessões de aproximadamente uma hora e meia cada, ao longo de duas semanas.

A criação de um ambiente propício ao desenvolvimento saudável na relação parental esteve na base da iniciativa do cantinho de leitura e a da sessão de relaxamento.

Foram utilizadas diversas técnicas durante estas sessões, incluindo *brainstorming*, discussões, visualização de vídeos, atividades de *roleplay*, artes manuais e atividades “para casa”.

A avaliação destas sessões é realizada através de observação direta, com base na atitude, interesse, participação e opinião das residentes, exercícios realizados durante a atividade e um questionário entregue no início e no final da sessão.

Com a finalidade de avaliar o impacto destas sessões, foi entregue para preenchimento um questionário<sup>16</sup> numa fase inicial e numa fase final, de forma a comparar os resultados das sessões.

Seguidamente, apresenta-se mais ao pormenor em que consistiram e como prosseguiram as referidas sessões.

---

<sup>16</sup> Cf. Anexo III – Questionário entregue às mães acerca do tempo de brincadeira

### 3.2.1. Sessão 1- Segurança Infantil: Uma casa segura

A estimulação física e sensorial é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Desta forma, é essencial proporcionar a existência de um espaço seguro onde a criança possa explorar livremente, afastada de perigos.

A primeira sessão<sup>17</sup> foi alusiva à temática Segurança Infantil, denominou-se de “Uma casa segura”, tendo como objetivo principal a compreensão e reconhecimento da importância da criação de espaços seguros para as atividades de exploração dos bebês. Este tema considerou-se pertinente, visto que a maioria das crianças acolhidas na casa se incluía na faixa etária de um aos três anos de idade.

Inicialmente fez-se uma breve introdução, referenciando o conteúdo temático a abordar nessa sessão. De seguida, induzindo um plano de ambiente informal, fez-se um *brainstorming* acerca de potenciais perigos existentes no interior de suas casas e até mesmo dentro da própria CIR e os cuidados a ter dentro de cada divisão da casa. As participantes demonstraram-se curiosas e interessadas, adotando um comportamento ativo e participativo. Ao terminar esta atividade, prosseguiu-se com a visualização de vídeos alusivos ao tema<sup>18</sup>. Estes vídeos apresentavam diversas situações hipotéticas de possíveis perigos que qualquer família pode enfrentar com a sua criança. Após a observação dos vídeos, foi proposto às participantes que descobrissem uma forma de se precaverem daquele género de situações – o que fariam de modo a prevenir esses incidentes.

A visualização dos vídeos provocou algum desconforto às participantes, já que todas, enquanto mães, se reconheceram nesse papel – sendo esta a reação prevista –, o que levou a um debate acerca desta temática, comentando outros cuidados, inclusive as participantes partilharam momentos por elas experienciados, revelando como se sentiram e como mudaram as suas as perspetivas.

Para terminar esta sessão, foi entregue uma *checklist*<sup>19</sup> (adaptada do programa dos Anos Incríveis) que consistia nos cuidados a ter (na proteção da casa contra o bebê), incitando à sua utilização e que nos próximos dias averiguassem que tipos de perigo existiam e que medidas de prevenção poderiam colocar em prática.

---

<sup>17</sup> Cf. Anexo IV – Matriz de planificação da sessão 1 *Uma casa segura*

<sup>18</sup> Cf. Anexo V – Link de vídeos apresentados na sessão 1

<sup>19</sup> Cf. Anexo VI – *Checklist* “A segurança do meu bebê: a ter em atenção”

Ainda neste contexto, distribuiu-se por lugares estratégicos da casa um folheto de segurança infantil, constando possíveis perigos e medidas de intervenção perante situações graves.

### **3.2.2. Sessão 2 – A importância do tempo de brincadeira**

Na CIR, no período de estágio, a promoção de relações positivas entre mães e crianças pequenas realizou-se através da Oficina Parental.

Planificou-se uma sessão<sup>20</sup> com vista a obter melhorias em dois aspetos do comportamento – reconhecer o valor do brincar e a importância da participação do cuidador nas brincadeiras da criança.

Após uma breve introdução ao tema, desenvolveu-se uma dinâmica consistente em demonstrar às residentes a necessidade de cuidar dos seus filhos que, para o efeito, foram representados por brinquedos nos braços de cada uma delas. A tarefa era entregar os “bebés” a outras sucessivamente até que, por fim, todos os “bebés” estivessem entregues a uma só. Assim se fez sentir a cada uma delas o carácter individual dos afetos e cuidados parentais.

Seguidamente, distribuiu-se pelas residentes um documento denominado *Pensamentos Pessoais acerca do Tempo de Brincadeira*<sup>21</sup>. Tomando-o como referência lançou-se o desafio da realização de reflexões pessoais sobre os benefícios do envolvimento dos pais nas brincadeiras dos filhos. Esta reflexão devia ser acompanhada da identificação de eventuais bloqueios pessoais a esse envolvimento por parte de cada uma delas.

Em consequência, gerou-se um debate sobre o valor da interação do cuidador com a criança no ato de brincar desmistificando-se crenças muito difundidas acerca da inutilidade do brincar.

Ainda que a maioria das participantes partilhasse da mesma opinião – não é perda de tempo, pelo contrário, é benéfico para as crianças que os pais participem nas brincadeiras –, não a sabiam justificar. Outras ainda não compreendiam a necessidade de se envolverem, embora considerassem importante as crianças brincarem.

---

<sup>20</sup> Cf. Anexo VII – Matriz de planificação da sessão 2 da Oficina Parental

<sup>21</sup> Cf. Anexo VIII – Material distribuído na sessão 2 da Oficina Parental

Em ambiente informal, debateu-se as vantagens do brincar. Referiu-se que o brincar constitui, possivelmente, o aspeto mais significativo na vida de uma criança pequena, tendo em conta todos os fatores vantajosos que a brincadeira lhe proporciona, como seja oportunidades para aprender sobre quem são, o que podem fazer e como se podem relacionar com o mundo que os rodeia através do desenvolvimento de capacidades físicas, cognitivas e socioemocionais. Algumas participantes confessaram não entender a relação entre o brincar e o desenvolvimento de algumas competências, o que conduziu ao tópico dos tipos de brincadeira estimuladores do desenvolvimento da criança. Através de exemplos, demonstrou-se que existem modelos de brincadeira física que providenciam uma contribuição complexa para a saúde e desenvolvimento muscular da criança; brincadeiras de exploração e manipulação que permitem à criança perceber o controlo que tem sobre o processo; brincadeiras de teor social, nas quais adquirem curiosidade em iniciar interações com as outras crianças; e, por fim, brincadeiras simbólicas ou de “faz-de-conta”, que ajudam a criança a distinguir o real do imaginário.

Posteriormente, debateu-se o papel do cuidador nestas atividades, especificando as diversas vantagens.

Questionou-se as participantes acerca da quantidade de tempo que brincavam com as crianças, particularmente se brincavam todos os dias, ao que a maioria respondeu que não. Infelizmente, o que se constata na realidade é que na maioria dos casos os pais não brincam com os filhos. Mas qual os motivos que impediam as participantes de o fazer? As respostas variaram entre o ser aborrecido, não saber como brincar, e o facto de a criança não saber quando parar ou de querer brincar sempre da mesma maneira.

A etapa seguinte consistiu na execução de *roleplays*, o que requereu uma participação mais ativa por parte das residentes. Solicitou-se duas voluntárias, uma que simulasse uma criança pequena e outra que representasse o papel de cuidador.

Numa primeira simulação, pediu-se, individualmente, à “criança” que brincasse normalmente com uns legos e ao cuidador que tentasse controlar a brincadeira da criança progressivamente –, sendo que o papel das restantes participantes era identificar o erro do cuidador e tentar interpretar as emoções da criança naquela situação. Facilmente as participantes identificaram a tentativa de controlo por parte do cuidador, sendo que algumas se identificaram com os papéis representados nesta situação.

Numa segunda, a orientação dada ao “cuidador” era a de elogiar e encorajar a criança e, por último, requereu-se ao “cuidador” que comentasse e descrevesse as ações da criança.

Numa terceira simulação, sob instruções da dinamizadora nesse sentido, as que fizeram de cuidador descreveram e comentaram a atividade das “crianças”.

As participantes demonstraram interesse e participaram com motivação e empenho em todas as etapas.

No fim, introduziu-se uma outra atividade que consistiu na concretização um desenho de tema livre por parte das residentes. Estes desenhos foram posteriormente ignorados e amarrotados pela dinamizadora. O objetivo foi demonstrar a necessidade de o cuidador revelar apreço pelas criações das crianças.

Da primeira dinâmica com que se iniciou a sessão foi possível concluir uma deficiente ligação afetiva e dificuldade em assumir relações afetivas exclusivas com as crianças, enquanto que no segundo caso a dinâmica atuou de uma forma transformadora tendo produzido o choque pretendido.

Para terminar a sessão, desafiou-se as mães a brincarem pelo menos 15 minutos todos os dias com as crianças, ao que as participantes reagiram com algum desinteresse.

### **3.2.3. Sessão 3 – Construção de materiais didáticos e brincadeiras**

Nesta sessão<sup>22</sup> foram introduzidas tarefas a serem desempenhadas pelas residentes. As tarefas consistiram na construção de materiais didáticos (brinquedos ou jogos) para depois utilizar com as crianças, dando oportunidade para desenvolver laços afetivos entre as mães e crianças.

Pretendia-se repetir esta sessão seis vezes, sendo que os jogos a construir seriam diferentes em cada sessão, pretendendo criar brincadeiras que pudessem utilizar no futuro. Infelizmente, a construção de materiais não resultou como pretendido - apenas duas residentes se apresentaram nesta sessão e apenas se executaram duas tarefas.

Alguns materiais a construir basearam-se no método Montessori, que sustenta que a criança é um explorador sensorial e promove a realização de atividades lúdicas estimuladoras do desenvolvimento sensorial. Dentro desta categoria incluem-se as atividades destinadas

---

<sup>22</sup> Cf. Anexo IX – Matriz de planificação da sessão 3 da Oficina Parental

aos mais pequenos, destacando a *Pintar sem Sujar, Pintar e Despintar*, as *Garrafas Sensoriais, Latas Sensoriais, Brincadeiras Plásticas, Túnel Sensorial* e a *Caixa dos Tesouros*.

Das referidas, desenvolveu-se a atividade de garrafas sensoriais (Figura 3.6). Trata-se de garrafas de plástico transparentes, de tamanho variado (consoante a idade da criança), a encher com objetos que captem a curiosidade da criança, estimulando a visão, tato e audição, a coordenação motora e a concentração.



Figura 3.6. Exemplo de garrafas sensoriais (retirado de: <http://bit.ly/2MZoS7F>)

A outra tarefa realizada foi a do *Equilíbrio na Garrafa*, para crianças maiores (Figura 3.7). A construção deste material consistiu na perfuração de diversos furos numa garrafa e colocar palitos de forma a atravessá-la. Depois, introduzem-se as tampas. O objetivo é



Figura 3.7. Exemplo de Equilíbrio na Garrafa (retirado de: <http://bit.ly/2xPM4iW>)

remover os palitos sem que as tampas caiam. Este jogo estimula a observação, concentração e o desenvolvimento da motricidade fina.

#### **3.2.4. Sessão 4- Cantinho da leitura**

Esta sessão<sup>23</sup>, direcionada a mães e crianças, foi concebida para obter relaxamento e fortalecer as ligações parentais afetivas. A nível de desenvolvimento da criança, a atividade visava promover o interesse por histórias e exploração de livros e estimular a imaginação e escuta ativa.

Foi um momento de leitura, em que cada mãe leu um conto para o grupo, mantendo a sua criança junto a si. O interesse de uma criança pequena por uma história lida pode ser percebido por reações de alegria ou tentativas de encenar a história. Escutar histórias com regularidade também favorece a formação de melhores leitores e apreciadores do universo literário, além de gerar um sentimento de grupo e fomentar a comunicação.

Na escolha dos livros, optou-se por materiais de leitura com ilustrações de qualidade, para que, após a leitura, as crianças pudessem manusear os livros.

#### **3.2.5. Sessão 5 - Sessão de relaxamento**

A pedido de algumas residentes dedicou-se uma sessão<sup>24</sup> ao relaxamento e ao controlo da ansiedade.

Planeou-se uma sessão de relaxamento, direcionada a mães e crianças, com base na técnica de relaxamento muscular progressivo, desenvolvida por Jacobson (1964). Esta estratégia tem diversos benefícios para a saúde, promove a regulação da ansiedade, favorece um descanso mais profundo.

Inicialmente, pediu-se às mães e crianças para se descalçarem, para se deitarem na manta e fecharem os olhos.

De seguida, com música ambiente (sons contínuos), aplicou-se a técnica referida: a contração muscular e o relaxamento de partes do corpo, consoante a voz da dinamizadora, acompanhada da perceção de sensações corporais e identificar e distinguir entre as sensações de tensão e relaxamento.

---

<sup>23</sup> Cf. Anexo X – Matriz de planificação da sessão 4 da Oficina Parental

<sup>24</sup> Cf. Anexo XI – Matriz de planificação da sessão 5 da Oficina Parental

A técnica é progressiva pois abrange diferentes músculos, desde os dedos dos pés até à face, e caracteriza-se pela técnica de contração muscular durante uma fração de tempo, seguida de um período de relaxamento.

O procedimento seguinte consistiu na imaginação guiada, onde se pediu às residentes que se imaginassem num lugar tranquilo e relaxante e do seu agrado. Nesse lugar, elas deviam situar os entes próximos em interação tranquila consigo, apelando ao uso da imaginação de modo a detalhar o máximo possível a cena.

Por fim, indicou-se aos participantes que, quando quisessem, poderiam abrir os olhos e sentar. Deu-se a oportunidade de partilhar o que tinham imaginado e expressar os seus sentimentos.

O feedback foi bastante positivo, sentiram diferença após a utilização da técnica, mais serenas e relaxadas. Foi especialmente visível o impacto desta última etapa, onde as participantes demonstraram transtorno, tristeza, saudade, pois imaginaram tudo o que de momento não tinham, nomeadamente as suas famílias, as suas vidas normais, a felicidade.

### 3.2.6. Avaliação do impacto da Oficina Parental

Para a avaliação desta oficina, desenvolveu-se um questionário que é composto por duas secções. A primeira é constituída por nove itens que pretendem caracterizar as atitudes das residentes em relação ao brincar. A segunda secção é composta por cinco questões e avalia a percepção do valor do brincar na relação da mãe com a criança. Este instrumento foi respondido pelas participantes antes da formação e depois da mesma.

Os dados abaixo referido dizem respeito às residentes que participaram na Oficina Parental num total de seis mulheres.

Ao questionar inicialmente as mães se “gostavam de brincar ou não com a sua filha/o seu filho” quatro participantes responderam que gostavam *sempre* e as duas restantes afirmaram que gostavam *muitas vezes*. Após a intervenção, perante a mesma questão, as mães mantiveram a mesma resposta.

Questionou-se se as participantes sabiam quando é que as crianças tinham vontade de brincar com elas. Antes das sessões verificou-se que apenas uma residente sabia “sempre” que a criança tinha vontade de brincar com ela. Embora metade das participantes (50% - 3 mulheres) soubesse “muitas vezes” quando é que a criança queria brincar com elas, uma participante compreendia apenas “algumas vezes” e outra “raramente” o sabia. Depois da intervenção, constata-se que metade (50% – 3 mulheres) das participantes já sabia “sempre” quando a sua criança queria brincar com ela. Assim, verifica-se uma tendência positiva, pois as participantes passaram a identificar melhor quando as suas crianças querem brincar com elas (Figura 3.8).

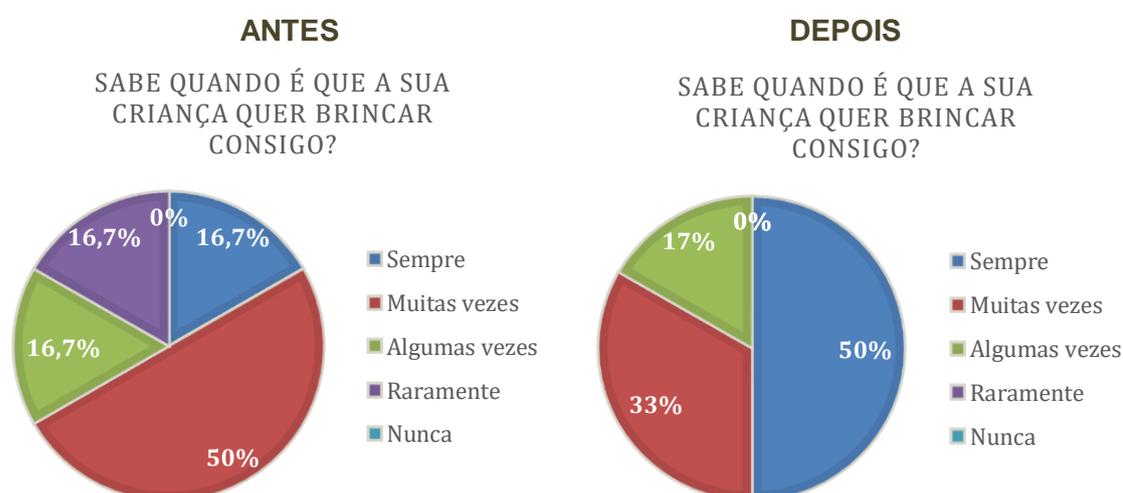


Figura 3.8. Sabe quando a criança quer brincar (n=6)

É de salientar a importância da relação afetiva entre os cuidadores e os seus filhos para o seu desenvolvimento saudável. Esta relação deve ser construída e estimulada sempre que possível. Embora a maioria das participantes (67% - 4 mulheres) brincasse todos os dias com as crianças, as restantes duas faziam-no apenas “algumas vezes” (33%). Após as sessões, das seis participantes, cinco já brincavam todos os dias com a criança e apenas uma brincava “muitas vezes”.

Verifica-se uma melhoria no comportamento das mulheres, tendo em conta que todas interagiam em brincadeiras, todos os dias (83%), com as crianças, à exceção de uma participante que, apesar de não o fazer sempre, brinca “muitas vezes” (17%) (Figura 3.9).

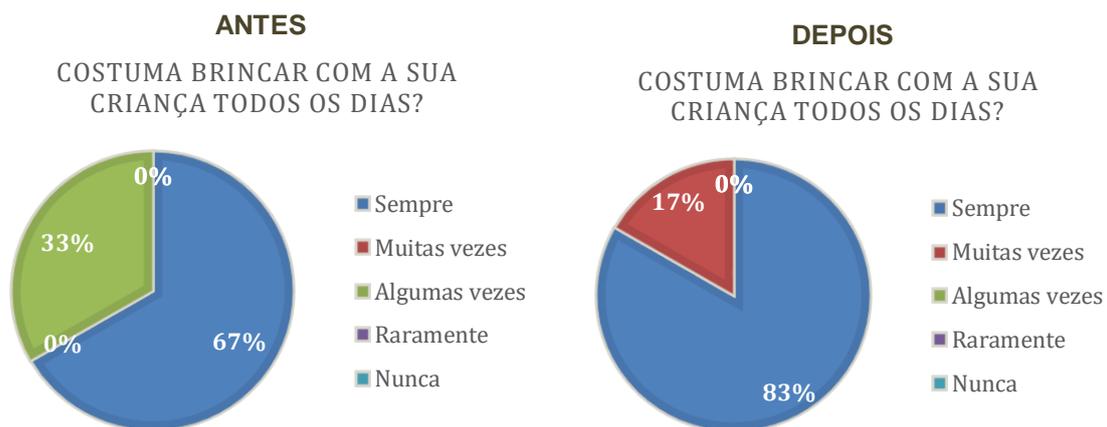


Figura 3.9. Brinca com a criança todos os dias (n=6)

Numa tentativa de identificar o tempo que as participantes direccionavam para brincar com as suas crianças, verificou-se que só uma mãe brincava pelo menos 15 minutos em muitos dos dias. A maioria das mães (67%) brincava durante pelo menos 15 minutos apenas “algumas vezes” e uma mãe “raramente” o fazia. Durante as sessões, desafiou-se às participantes que brincassem durante, pelo menos, 15 minutos todos os dias. Após as sessões, como se pode ver na figura 3.10 notou-se uma grande alteração. A maioria das mães (67%) passou a dispensar sempre (pelo menos) 15 minutos por dia para fortalecer a ligação afetiva através do brincar. As duas participantes restantes, embora não o façam todos os dias, passaram a fazê-lo “muitas vezes”.



Figura 3.10. Brinca pelo menos 15 minutos por dia com a criança (N=6)

O tipo de brincadeiras foi um dos temas abordados nas sessões, numa tentativa de guiar as participantes para tipos de brincadeira que contribuíssem para o desenvolvimento da criança. Os tipos de brincadeira mais comuns eram jogos didáticos e a brincadeira de imitação (25% - três participantes), seguido de outro tipo de atividade, cantar, como testemunhado numa sessão, por duas mulheres. As atividades menos populares foram ler

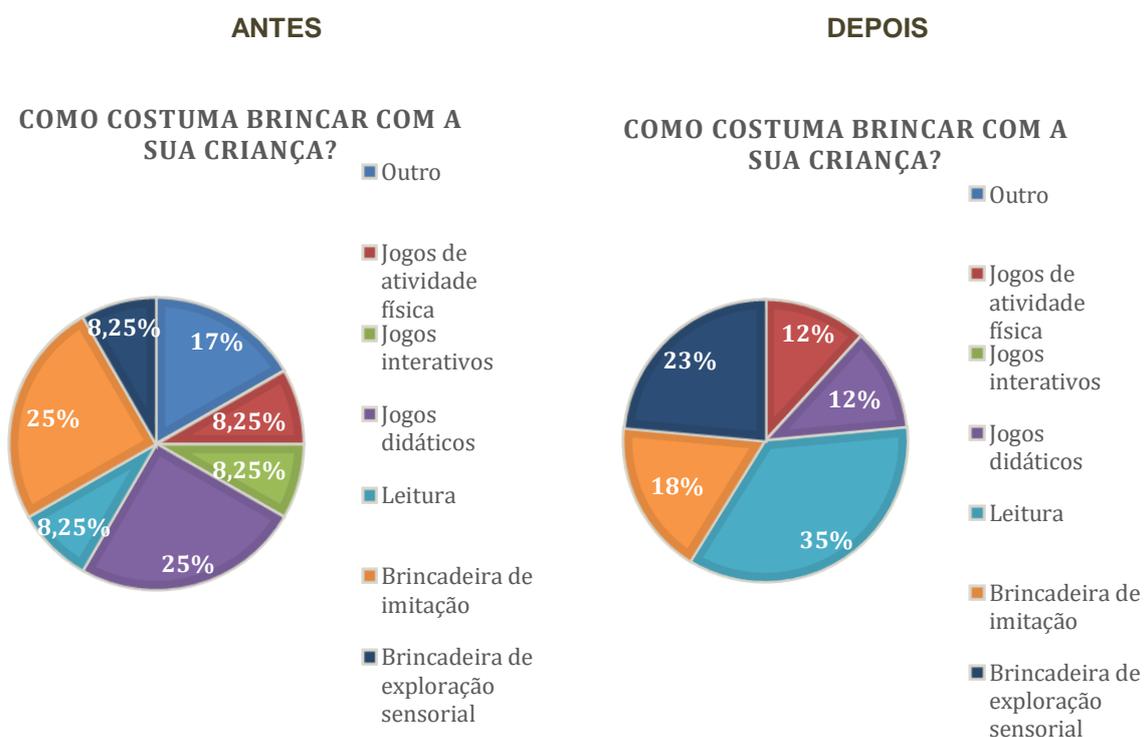


Figura 3.11. Tipo de brincadeiras (N=12)

Figura 3.12. Tipo de brincadeiras (N=17)

(8,25%), jogos de atividade física (8,25%), jogos interativos (8,25%) e jogos de exploração sensorial (8,25%) (Figura 3.11).

Ao destacar brincadeiras de exploração sensorial, de imitação e de leitura nas sessões, verificou-se um aumento na frequência das mesmas, especialmente na leitura. Inicialmente, apenas uma participante apresentava a leitura nas suas atividades com a criança. Após as sessões, as seis participantes passaram a introduzir a leitura nas brincadeiras. As brincadeiras de exploração sensorial também aumentaram a frequência, tendo inicialmente uma mãe a realizar esta brincadeira e após as sessões, o número aumentou para quatro (23%) (Figura 3.12).

Perante a tentativa de brincar com os filhos é possível que exista alguma dificuldade. Dentro deste grupo, apenas uma participante nunca sentiu complicações ao brincar com a criança e outra raramente sentia. A maioria das restantes participantes sentia dificuldade algumas vezes. Apenas uma sentia dificuldades muitas vezes. Verificam-se umas pequenas alterações após as sessões. Nenhuma participante se sente muitas vezes com dificuldades (diminuiu a frequência de uma para zero) e aumentou o número de mães que apenas raramente sente dificuldades com os filhos (de uma participante passou para duas participantes – de 16,7% para 33%) (Figura 3.13).

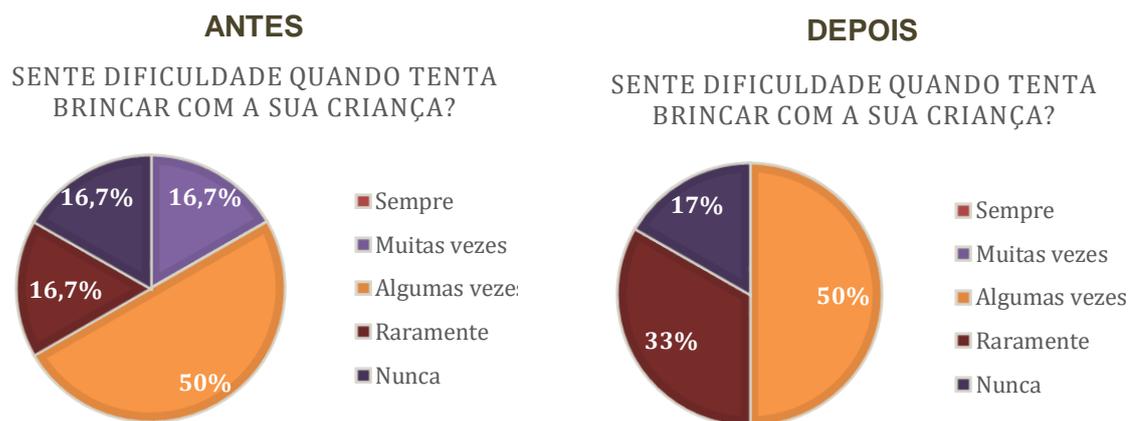


Figura 3.13. Sente dificuldade quando brinca com a criança (n=6)

Dentro das dificuldades sentidas distinguem-se “não saber como brincar”, “não ter tempo”, “considerar um desperdício de tempo”, o “sentimento de ter de supervisionar e explicar à criança como se brinca”, “sentir que não serve para nada” e “sentir que é aborrecido”.

Neste grupo apenas uma mãe afirmou não ter qualquer dificuldade (estando em consonância com a questão anterior em que apenas uma mãe referiu nunca sentir dificuldade). Das restantes destaca-se como dificuldade mais comum o sentimento de ter de supervisionar e explicar à criança como se brinca (três participantes). As outras mães referiram como dificuldade o não saber brincar, ou considerar um desperdício de tempo ou

sentir que era aborrecido, ou outro<sup>25</sup> (Figura 3.14). Após as sessões verificou-se que algumas dificuldades foram ultrapassadas, nomeadamente o não saber como brincar e o considerar o brincar um desperdício de tempo. No entanto, duas mães mantêm a dificuldade de sentir que têm de supervisionar e explicar à criança como se brinca (a frequência reduziu de três participantes para duas) (Figura 3.15).

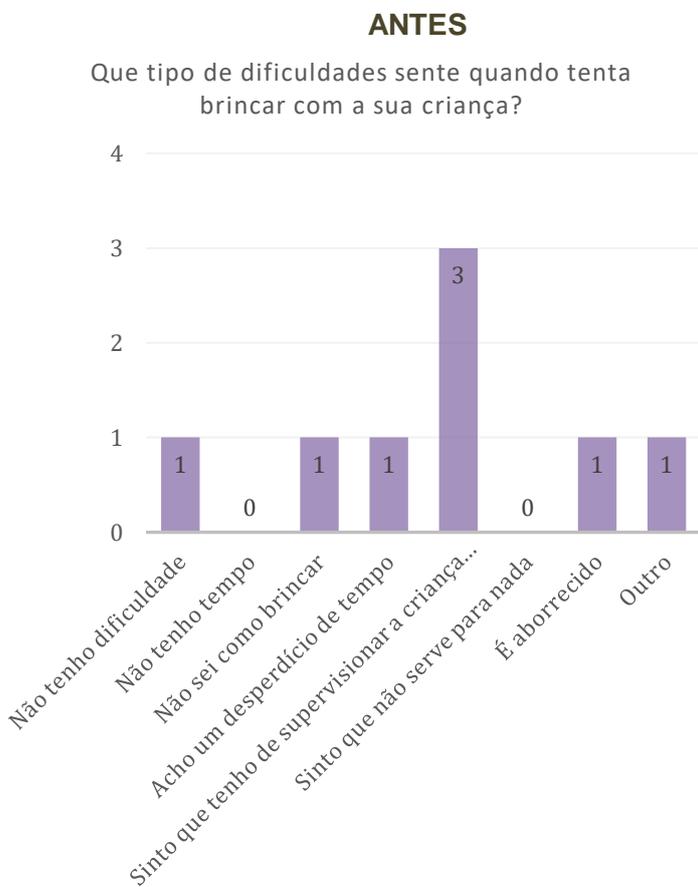


Figura 3.14. Tipo de dificuldade (N=8)

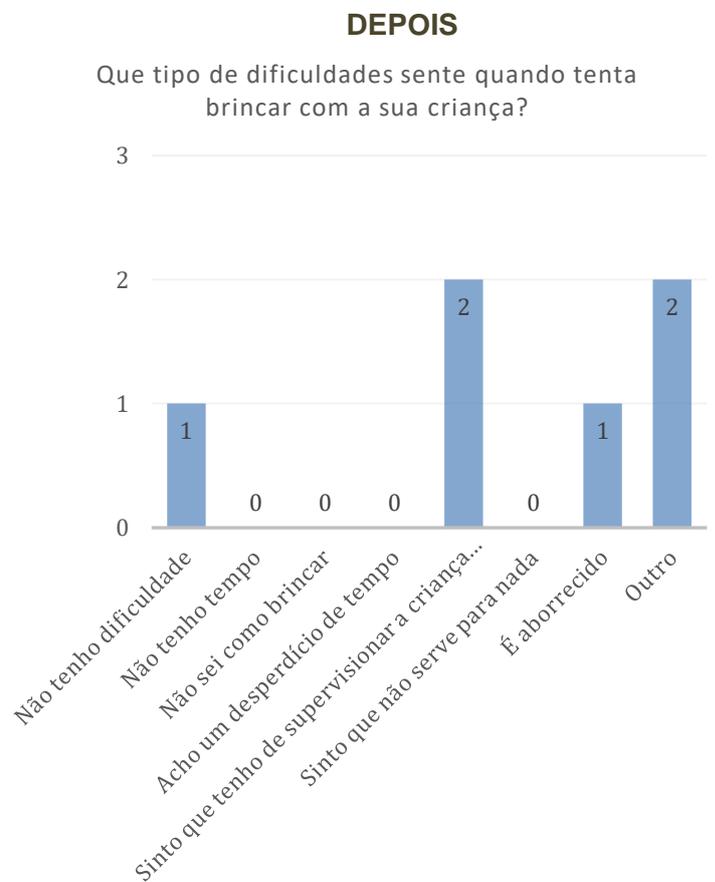


Figura 3.15. Tipo de dificuldade (N=6)

<sup>25</sup> Em sessão averiguou-se que por “outro” referia-se à dificuldade sentida no momento de terminar a brincadeira com a criança. Esta situação afetava a vontade de incentivar e interagir com a criança no ato do brincar.

Antes, dentro do grupo em questão apenas uma participante gostaria de ter mais tempo para brincar com a criança (17%). Duas mães gostariam de ter mais tempo “muitas vezes” (33%) e outras duas mães gostariam “algumas vezes” (33%) de ter mais tempo. Neste ponto, apenas uma participante afirmou que não precisava de mais tempo (17%). Após as sessões a maioria das participantes (67% - quatro) gostaria “sempre” de ter mais tempo e duas gostariam “muitas vezes” de ter mais tempo com as crianças (33%) (Figura 3.16).

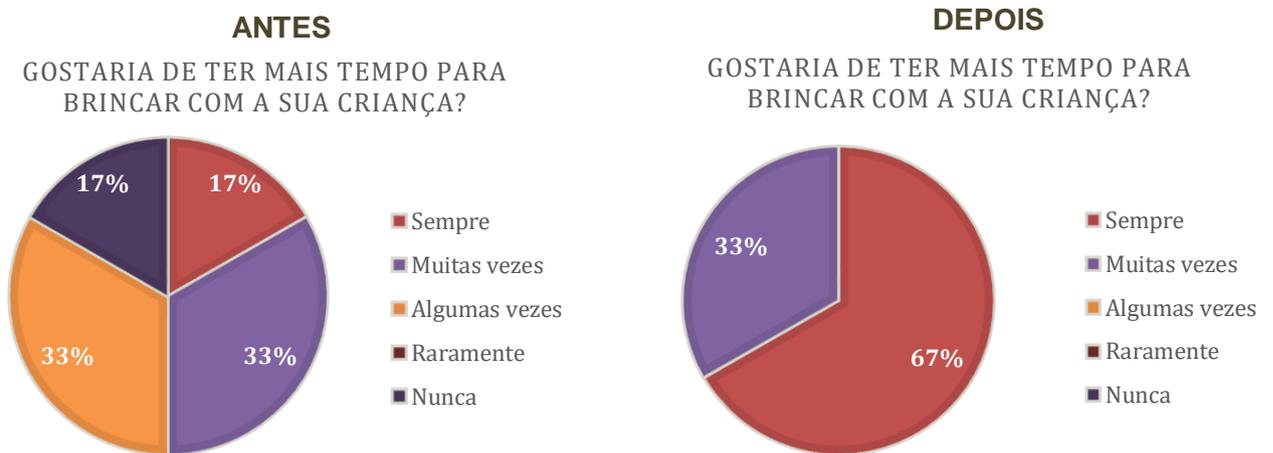


Figura 3.16. Gostaria de ter mais tempo para brincar com a sua criança (N=6)

Verifica-se uma alteração em relação a com quem brinca mais a criança. Inicialmente as respostas estavam proporcionalmente distribuídas entre brincar sozinho, com a mãe e com as outras crianças (33,3%). Depois verificou-se o aumento na opção de brincar com a mãe (33,3% para 50%), a opção de “sozinho” manteve-se igual e “com outras crianças” diminuiu (33.3% para 17%) (Figura 3.17).

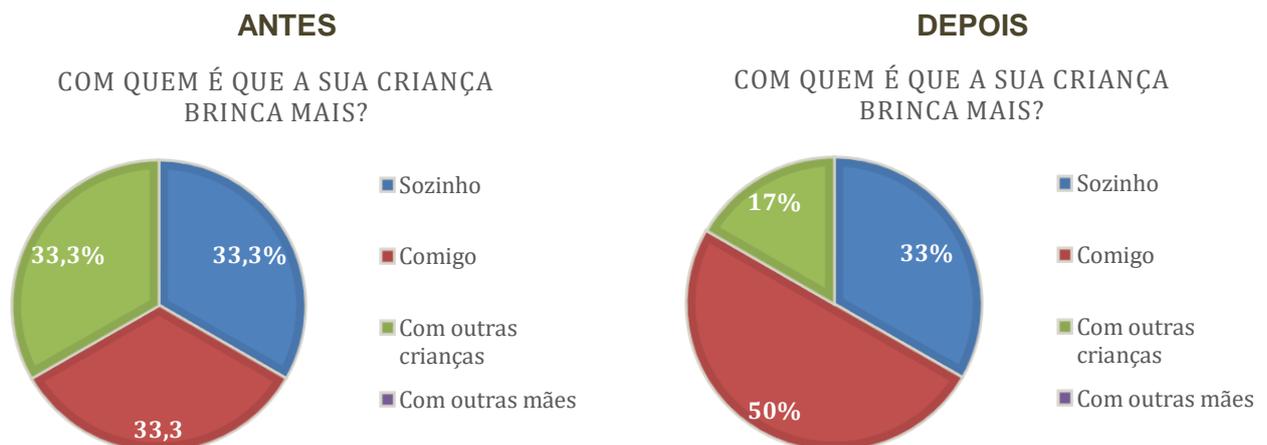


Figura 3.17. Com quem a criança brinca mais(N=6)

Num primeiro momento em que se questiona as participantes acerca da importância da existência de brincadeiras entre mães e crianças metade afirma que considera “importante” (50%) enquanto que a outra parte não considera um aspeto “importante” (50%). No entanto, após as sessões, verificou-se uma alteração de pensamento, já que 100% das residentes reconheceu a importância do envolvimento parental no tempo de brincadeira (Figura 3.18).

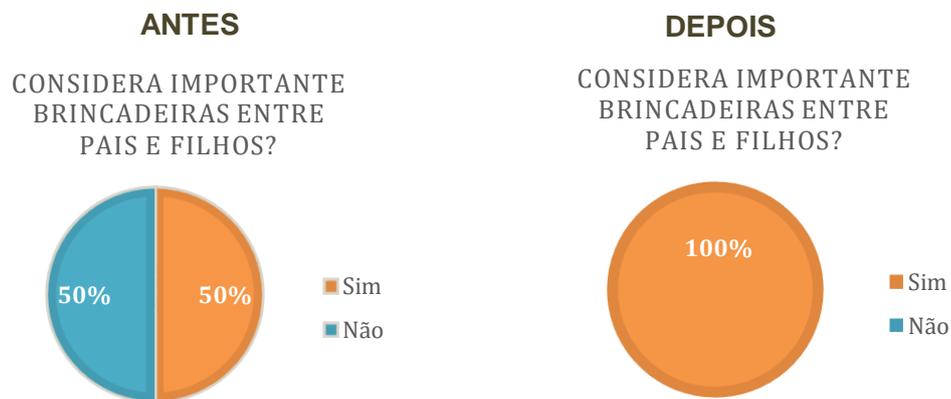


Figura 3.18. A importância da brincadeira entre pais e filhos (N=6)

A maioria das participantes afirmou que o tempo que dedicavam para brincar com as suas crianças era suficiente (83%) e apenas uma disse que não (17%). Após as sessões, 100% das participantes considerou que o tempo que brincavam com a criança não era suficiente para ela (Figura 3.19).

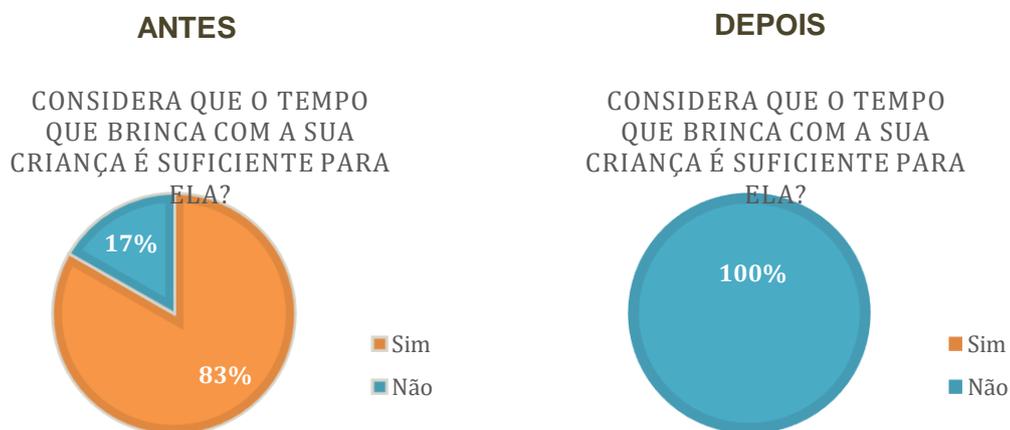


Figura 3.19. O tempo que a mãe brinca com a criança é suficiente para ela (N=6)

A maioria das participantes afirmou que, do seu entender, os seus filhos gostavam mais de “brincar consigo” (67%) do que “sozinho” (17%) ou “ver televisão” (17%). Depois das sessões as mães consideraram que as crianças passaram a preferir ou brincar com elas próprias ou com as mães (50%/50%) (Figura 3.20).



Figura 3.20. Preferência da criança relativamente à companhia para brincar (N=6)

Em suma, as atitudes que se pretenderam incentivar pela ação da dinamizadora foram no geral adotadas, o que se reflete no registo do antes e depois. A diferença entre comportamento manifesto e atitudes efetivamente adquiridas é difícil de caracterizar tendo em conta as dimensões da população sujeita à intervenção e do tempo em que ela decorreu. É desejável um período de monitorização mais alargado dos comportamentos, com outros agentes e em outros contextos, de modo a determinar o grau de incorporação dos hábitos induzidos na CIR em virtude das sessões.

### **3.3. “De Gata Borralheira.... a Cinderela”**

Sob designação “De Gata Borralheira a Cinderela”, estas sessões estão destinadas a residentes da CIR com o propósito de abordar o tema da mulher como um todo, o seu papel na sociedade, o autocuidado e o autoconhecimento. Desenvolvem-se de uma forma dinâmica e interativa, através da passagem de filmes alusivos ao tema, realização de jogos psicológicos ou outras atividades e construção de materiais específicos ilustrativos.

Pretendem ser alusivas a temas que confrontem preferencialmente os pontos fracos das residentes, com intuito de os transformar, em prol do aumento da autonomia funcional (pessoal, social e parental) das participantes.

#### **3.3.1. Orçamento Mensal: Gerir o Meu Dinheiro**

Tendo em conta uma das grandes lacunas da maioria das residentes da CIR – dificuldades de gestão de recursos económicos e de bens de primeira necessidade –, e a fraca percentagem de utentes que contam com apoio externo, torna-se essencial realizar sessões sustentada nesta problemática, visando uma evolução da sua autonomização após a saída da CIR.

##### **3.3.1.1. Parte 1 - Simulação: Ida ao supermercado**

Esta sessão<sup>26</sup> visa dotar as participantes de capacidades de gestão doméstica. As atividades<sup>27</sup> consistiram na simulação da gestão de um orçamento mensal, no que diz respeito aos consumos essenciais básicos, nomeadamente alimentação, despesas de higiene e despesas diárias. A simulação permite definir prioridades de compra.

Para isso, entregou-se às residentes uma tabela com as despesas mensais mais comuns - alojamento e respetivas despesas, alimentação, bens necessários, despesas diárias, transporte e creche – dos quais alguns já apresentam um valor fixo e os restantes encontram-se por preencher. Seguidamente, propôs-se uma simulação de uma ida ao supermercado, recorrendo à utilização de folhetos promocionais de diversos supermercados.

Depois de concluída esta atividade, distribuiu-se uma lista de Dicas de Poupança onde, uma a uma, escolheram uma dica e falaram sobre ela.

---

<sup>26</sup> Cf. Anexo XII – Matriz de planificação da sessão *Gerir o Meu Dinheiro: Ida ao supermercado*

<sup>27</sup> Cf. Anexo XIII – Atividades da sessão *Gerir o Meu Dinheiro: Ida ao supermercado*

Para terminar, fez-se um balanço e realizou-se um debate acerca das conclusões.

Nesta sessão revelou-se o desconhecimento de algumas utentes relativamente à gestão doméstica.

### **3.3.1.2. Parte 2 – Aluguer de casa e contratos**

Esta segunda sessão<sup>28</sup> foi direcionada aos consumos relacionados com aluguer de casa, contratos de água, luz, gás e gastos com transportes. As atividades<sup>29</sup> desta sessão pretenderam que as participantes refletissem acerca de prioridades, nomeadamente sobre o tipo de casa a arrendar e a sua localização, tendo em conta eventuais despesas de transporte.

Entregou-se um folheto com anúncios de arrendamento de casas, de forma a elas ficarem com um conhecimento aproximado dos preços do mercado.

No mesmo raciocínio que a sessão anterior, entregou-se às participantes uma tabela com as despesas mensais, sendo que desta vez os consumos já se encontravam preenchidos à exceção do transporte e da renda da casa e respetivos consumos (água, luz, gás). Individualmente, recorrendo ao folheto dos anúncios de arrendamentos de casa, as participantes tiveram de selecionar a casa a alugar.

Depois deste exercício, partilhou-se alguma informação acerca de contratos, tal como as consequências de falhar no pagamento das contas.

Depois de concluída a atividade, fez-se um balanço e realizou-se um debate acerca das conclusões.

### **3.3.2. Entrevista de emprego**

Tendo em conta que o apoio à inserção no mercado de trabalho é uma das vertentes de intervenção na comunidade muito relevante na CIR pois é na situação de procura de trabalho que estão algumas das residentes, desenvolveu-se esta sessão<sup>30</sup> em prol de promover conhecimentos propícios ao sucesso nas entrevistas de emprego. As atividades<sup>31</sup> a realizar nesta sessão pretendem apoiar na preparação de futuras entrevistas.

---

<sup>28</sup> Cf. Anexo XIV – Matriz de planificação da sessão *Gerir o Meu Dinheiro: Aluguer de casa e contratos*

<sup>29</sup> Cf. Anexo XV – Atividades da sessão *Gerir o Meu Dinheiro: Aluguer de casa e contratos*

<sup>30</sup> Cf. Anexo XVI – Matriz de planificação da sessão *Entrevista de Emprego*

<sup>31</sup> Cf. Anexo XVII – Atividades da sessão *Entrevista de Emprego*

Após uma breve introdução, desafiou-se as participantes a refletir sobre os cuidados a ter antes e durante uma entrevista.

Mediante imagens de situações infelizes de entrevistas de emprego pediu-se às participantes que as analisassem e identificassem os comportamentos inapropriados.

Na discussão abordaram-se tópicos como a preparação para a entrevista, os comportamentos e atitudes a tomar durante a entrevista e o que fazer após a entrevista. Referiu-se o tipo de roupa a usar, cuidados com a aparência, postura do entrevistado, comunicação não verbal, informação útil a saber (antes da entrevista) sobre a empresa.

De seguida, procedeu-se a um *roleplay*. A pedido da dinamizadora, uma participante voluntária juntou-se a esta de modo a simular uma entrevista de emprego. A dinamizadora era a entrevistadora e a participante a entrevistada. Requereu-se às restantes participantes que avaliassem a entrevista, tendo em conta os pontos referidos anteriormente e uma lista de elementos a avaliar no momento após a entrevista. Ao terminar a simulação, debateu-se a prestação da entrevistada, incentivando esta a realizar uma autoavaliação. Especificaram-se alguns erros e salientaram-se as respostas boas. As participantes iniciaram um debate sobre experiências próprias de entrevistas de emprego e de situações que ocorreram em empregos prévios.

Retomou-se o tema, fornecendo dicas importantes a ter em conta para quando se aproximar uma entrevista de emprego.

Deu-se por terminada a sessão após uma breve revisão dos tópicos discutidos e de um feedback das participantes.

### **3.3.3. Técnicas de Defesa Pessoal**

O treino de defesa pessoal aborda a questão de ameaças à integridade física individual, demarcando quatro estádios fundamentais – identificação e prevenção de situações de risco, perigo iminente (decidir ação necessária), confronto inevitável (treino de combate) e fuga ou controlo sobre o agressor.

Com as sessões<sup>32</sup> sobre defesa pessoal, pretendeu-se capacitar as residentes para ultrapassar a condição de fragilidade física, por vezes associada à mulher, com o conhecimento de técnicas por norma desenvolvidas no combate corpo a corpo.

---

<sup>32</sup> Cf. Anexo XVIII – Matriz de planificação da sessão de *Técnicas de Defesa Pessoal*

Ao introduzir o tema da importância da defesa pessoal, o objetivo foi sensibilizar para a necessidade de evitar situações de violência e alertar para os perigos do confronto físico com agressores.

Depois de um aquecimento muscular, através de demonstrações, exemplificaram-se os pontos fracos de um agressor hipotético.

Após a demonstração, pediu-se às participantes que desferissem golpes básicos. Nesta fase, encontravam-se duas a duas, sendo que a dinamizadora intercedia nos grupos com intenção de corrigir eventuais erros.

Terminado este exercício, prosseguiu-se com a exemplificação de técnicas de defesa pessoal. Nesta fase, a dinamizadora recorreu a um voluntário, de modo a simular, explicar e contextualizar a técnica. Estimulou-se a repetição e prática por parte das participantes.

As residentes mostraram-se motivadas e especialmente participativas e ativas. No entanto, constatou-se transtorno por parte de uma residente, pelo que os exercícios tiveram de ser adaptados. Em conversa informal afirmaram que consideravam muito importante a defesa pessoal para mulheres.

#### **3.3.4. Dinâmicas de desenvolvimento de confiança e trabalho de equipa**

Nesta sessão<sup>33</sup> realizaram-se dinâmicas para desenvolver e/ou enriquecer as qualidades grupais, a coesão, a partilha, a confiança e empatia.

Dinâmica às cegas – consistiu em guiar o outro que estava de olhos fechados, por meio da voz, através de um percurso de obstáculos. Os objetivos foram os de treinar a escuta, aprender a ouvir o outro e tornar eficaz a comunicação.

Dinâmica dos rebuçados – numa roda, cada participante tem o braço esticado e segura na mão um rebuçado. Sem poder dobrar o braço e recorrendo apenas a essa mão, têm de abrir o rebuçado e comê-lo. Na medida em que tinham de cooperar para comer o rebuçado (das mãos uns dos outros), o objetivo foi sublinhar a importância do espírito de equipa e cooperação.

---

<sup>33</sup> Cf. Anexo XIX – Matriz de planificação da sessão *Dinâmicas de Desenvolvimento de Confiança e Trabalho de Equipa*

### **3.4. Comemoração de dias festivos**

Nesta secção são descritas as atividades relacionadas com a comemoração dos dias festivos, realizadas no âmbito da Oficina da Criatividade. Neste espaço, construíram-se materiais, cozinhou-se, partilhou-se informação e conhecimento sobre algumas datas importantes. Destacam-se:

#### **Dia de Halloween**

No dia 31 de outubro, de forma a celebrar o Halloween, desenvolveram-se atividades de artes manuais, decoração do espaço e confeção de comida e convívio. Com esta comemoração de âmbito lúdico e social, pretendeu-se proporcionar às residentes um momento de descontração e convivência.

#### **Celebração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher – Tertúlia**

Por iniciativa da instituição, com apoio de vários organismos e com o objetivo de celebrar este dia internacional, planeou-se uma tertúlia destinada a várias entidades com responsabilidade em áreas de intervenção na VD. Desenvolveram-se várias atividades pelas técnicas da CIR e pelas estagiárias conducentes a um evento multifacetado no espaço da Almedina Estádio, no dia 22 de novembro de 2017.

Dentro das atividades conta-se a criação de um cartaz de apresentação da *Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher* (Figura 3.21), a elaboração e exibição de um vídeo mosaico<sup>34</sup> com dados biográficos de mulheres famosas com preocupações sociais e empenhadas na luta pela dignidade da mulher. Adicionalmente, elaborou-se um jornal mural, retratando, em contraste, mitos e realidades da VD.

No dia do evento, começou por ter lugar a apresentação de uma encenação sobre o tema por alunos de uma escola secundária.

A conversa/debate sobre a temática da VD realizou-se entre as individualidades representativas das várias entidades, focando os diversos aspetos do fenómeno da VD desde os sociais, aos legais, aos psicológicos, tendo ocorrido debate.

---

<sup>34</sup> Cf. Anexo XX – Vídeo apresentado na celebração do *Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher*

Ao longo do período da tertúlia, esteve aberta ao público uma exposição de pintura de quadros da autoria das residentes, fruto da Oficina da Criatividade.



Figura 3.21. Cartaz de apresentação do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher

### **10º Aniversário da CIR – 7/12/2017**

No dia 7 de dezembro de 2017 reuniu-se toda a comunidade da CIR para o efeito da celebração do 10º aniversário da instituição, no que se contou com a visita de ex-residentes, toda a equipa da comunidade e uma atuação da tuna da Universidade de Coimbra.

Do programa constou um jantar alusivo seguido da projeção e visionamento de um vídeo comemorativo alusivo à comunidade.

Esta comemoração proporcionou um momento de partilha, especialmente entre as residentes e ex-residentes, fomentou a confraternização e muita animação.

### **Festas de Natal e Final de Ano**

Estas festas foram celebradas dentro do espírito habitual destas comemorações, aproximando as residentes e tentando evitar o isolamento social. Relativamente às atividades desenvolvidas menciona-se a caracterização do espaço, ornamentação, celebração de uma missa pelo padre e entrega de prendas.

### **Dia dos Namorados**

Para esta ocasião organizou-se uma atividade que consistiu na pintura de pedras alusiva ao dia, com o intuito de angariar fundos para as residentes.

### **Carnaval**

Entre outras atividades, fizeram-se pinturas faciais, mascararam-se as residentes, além de se organizar um baile de carnaval.

### **Dia do Pensamento**

Pensou-se distribuir por cada uma das residentes flores impressas para que nelas as residentes representassem pensamentos à escolha. Cada flor foi decorada individualmente consoante o pensamento escrito, apontando este no centro da flor.

Ao terminar a decoração, uniram-se as flores a uma figura impressa que representava uma face, de forma a construir o cabelo, sendo o produto final posteriormente exibido nas paredes da comunidade. Esta iniciativa ocasionou reflexão e partilha acerca dos pensamentos referidos.

### **Dia da Mulher**

Neste dia muito especial, as residentes foram prendadas com uma flor e surpreendidas com um almoço confeccionado pelos alunos do Curso Profissional de Técnico de Restauração do Colégio da Imaculada Conceição – CAIC.

Realizou-se também um quadro comemorativo de mulheres reconhecidas mundialmente pelo seu impacto e preocupação social, o qual foi posteriormente exposto nas paredes da CIR.

Em sinal de agradecimento ao CAIC, elaborou-se uma lápide com a inscrição “CAIC” e entregou-se aos representantes presentes (Figura 3.22).



Figura 3.22. CIR e CAIC celebram o Dia da Mulher

### **Dia dos Afetos (substituição do Dia do Pai), Dia de Páscoa e o Dia da Mãe**

Acrescentando à caracterização do espaço, estes três dias foram especialmente dedicados à culinária.

Constatando os laços afetivos quebrados da maioria das residentes com os respetivos pais das crianças, substituiu-se o “Dia do Pai” para “Dia dos Afetos”. Como forma de o celebrar, confeccionou-se queques variados em que cada um apresentava uma frase de agradecimento da criança para a mãe.

Relativamente ao Dia de Páscoa dedicou-se confeção dos típicos folares e no Dia da Mãe a confeção de biscoitos.

### **3.5. Atividades socioeducativas**

Nesta secção estão contemplados vários tipos de atividades ocupacionais realizados em conjunto com a animadora cultural, de desenvolvimento pessoal, de carácter:

- Lúdico-recreativas
- Culturais
- Sociais
- Intelectuais/formativas
- Religiosas
- Quotidianas
- Desportivo

#### **3.5.1. Cuidados de Beleza**

Percebendo a importância e a necessidade de manter a autoestima das mulheres em situação de vulnerabilidade social e contribuindo para manter rotinas de cuidados de si aconselháveis nestas situações, a animadora cultural prestou serviços de estética. Mais concretamente serviços relacionados com cabeleireiro, cuidados de maquilhagem e depilação.

Foram realizadas quatro sessões de cuidados de beleza.

#### **3.5.2. Momento de relaxamento**

Este momento visa o bem-estar mental das residentes, promovendo a oportunidade de relaxamento e foco nelas próprias. Recorreu-se à técnica de relaxamento muscular progressivo acima referida.

#### **3.5.3. Visita ao Santuário de Fátima**

Com o objetivo de respeitar os princípios de fé e religião das residentes e preservar o lado espiritual e religioso, organizou-se uma visita ao Santuário de Fátima. Esta visita proporcionou às utentes momentos de oração e reflexão.

### 3.5.4. Atividade Mitos e Realidades

O Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher foi ocasião propícia para construir um jornal mural em que se estabelecia um contraste entre o que se conhece da VD pelos mitos e voz corrente e a realidade. Concretizou-se em colaboração com a psicóloga da CIR.

Atualmente a condenação da VCM é quase consensual. No entanto, a existência de crenças, veiculadas entre outros em ditados populares, enraizadas na mentalidade, naturaliza este tipo de situações, o que dificulta a generalização social de alarmes a respeito de ocorrências e conseqüentemente a intervenção nesta área. De caráter formativo, a atividade teve como objetivo promover a atualização de conhecimentos, contribuindo para o enriquecimento intelectual e de formação pessoal.

Para a realização desta atividade, recorreu-se a um jornal mural elaborado pela animadora com o apoio das duas estagiárias onde se apresentavam algumas crenças e ditados populares alusivos. O seu objetivo era que as participantes categorizassem as frases nos tipos dos “mitos” ou “realidade” e conseqüentemente uma discussão sobre as diferentes opiniões.

Pretendeu-se alertar as participantes para a necessidade de desmistificar as referidas crenças, como por exemplo (entre outras):

*Entre marido e mulher não se mete a colher*

Este provérbio popular transmite que a violência conjugal é um fenómeno da esfera privada, na qual ninguém deve interferir. Esta noção vai contra a atual conceção de violência conjugal e de violência doméstica, tornada crime público, perante a qual a sociedade tem a responsabilidade de agir, revelar, denunciar, prevenir. Educar para a não-violência, para a igualdade de géneros e para igualdade de direitos, exercer e estimular o exercício da cidadania ativa, são obrigações sociais de todos os cidadãos, especialmente dos profissionais que contactam com vítimas e/ou agressores.

*A VD só ocorre nos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos*

Vítimas e agressores provêm de qualquer grupo socioeconómico – a VD/VC/VRI é transversal aos diferentes padrões culturais, confissões religiosas, fontes e níveis de rendimento económico, estatuto social e profissional, etc.

A nível estatístico existe uma maior percentagem nos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos, facto que poderá estar relacionado com a falta de alternativas económicas e sociais, que obriga as vítimas a recorrer a instituições públicas.

### **3.5.5. Dinâmica de grupo: Gestão de Conflitos**

Mediante imagens de situações de discórdia, pediu-se às participantes que as analisassem e identificassem os comportamentos desajustados, aplicando as lições extraídas da análise aos comportamentos na casa.

Adicionalmente, prosseguiu-se com uma discussão acerca de formas de resolução de conflitos e sua utilidade. Esta atividade visa enriquecer as qualidades grupais, a coesão, a confiança e a empatia entre as residentes.

### **3.5.6. Atividade Lúdico-Desportiva: passeio pedestre**

Esta atividade de carácter lúdico-recreativo e desportivo teve como objetivo promover a saúde e bem-estar das residentes, combatendo o sedentarismo e desenvolvendo as suas capacidades físicas, através da movimentação articular e muscular, favorecendo uma boa qualidade de vida. Assim se proporciona animação, lazer e entretenimento, diversão e promoção do convívio,

Decorreu na Mata Nacional do Choupal em Coimbra, onde as participantes enfrentaram o desafio de percorrer o trilho com os respetivos exercícios.

### **3.5.7. Passeio Anual**

Esta atividade teve lugar no Parque Biológico da serra da Lousã, no dia 19 de maio de 2018, na qual se reuniram residentes, ex-residentes e técnicas (Figura 3.23).

O parque reúne um vasto conjunto de animais representativos da fauna portuguesa, proporcionando um conhecimento da vida selvagem de Portugal e de algumas espécies que habitam o território português.

Integra um Centro de Informação, um Parque de Vida Selvagem, a Quinta Pedagógica, o Labirinto de Árvores de Fruto, um Roseiral, um Centro Hípico, o Museu Vivo de Artes e Ofícios Tradicionais com Loja de Artesanato, o Museu da Tanoaria, o Espaço da Mente e o Restaurante Museu da Chanfana.

O passeio articulou-se nas componentes desportiva, cultural e lúdico-recreativa.

Segundo a primeira componente, o passeio contribuiu para o bem-estar, promovendo a saúde, combatendo o sedentarismo e desenvolvendo as capacidades físicas.

Do ponto de vista cultural promoveu-se o contacto com o exterior, possibilitando-se o conhecimento de uma nova paisagem com as suas tradições e especificidade física.

Na perspetiva lúdico-recreativa proporcionou-se uma oportunidade de fraternização, convívio, animação, lazer e entretenimento.



Figura 3.23. Parque Biológico da Serra da Lousã <sup>35</sup>

### **3.6. Atividades administrativas e de apoio à CIR**

#### **3.6.1. Acolhimentos**

Sob a rubrica “acolhimentos”, identificam-se aquelas atividades que possuindo um sentido administrativo geral refletem-se particularmente na marcação da data de alojamento das vítimas, considerando a segurança das mulheres e menores envolvidos no processo. Para ir ao encontro das necessidades são tidos em consideração os seguintes aspetos: perigosidade em que se encontra o agregado, existência de menores em risco, oportunidade de

---

<sup>35</sup> Retirada de: <http://bit.ly/parqbio>

acompanhamento por parte da entidade de encaminhamento e oportunidade de acolhimento por parte da equipa técnica da comunidade.

No dia de admissão são assinados o consentimento informado e o contrato de adesão para prestação de serviços, mediante a entrega de um exemplar de regulamento interno e explicitação oral do seu conteúdo. Procede-se à apresentação da equipa e do grupo de residentes que integram a CIR e o reconhecimento do espaço físico da instituição.

Durante o decorrer do estágio foi possível acompanhar seis processos de acolhimento.

### **3.6.2. Encaminhamento e acompanhamento a serviços**

Entende-se por “encaminhamento e acompanhamento a serviços” o acompanhamento das residentes a várias entidades que respondam adequadamente aos seus problemas e necessidades, nomeadamente no âmbito da saúde, justiça, educação e emprego. Por norma, pressupõe a marcação de atendimento (dia e hora marcada) e, sempre que adequado e necessário, é enviada uma ficha de encaminhamento.

Foram realizados diversos encaminhamentos e acompanhamentos nomeadamente ao Centro de Saúde de Santa Clara, Tribunal de Coimbra, CPCJ de Coimbra, Loja do Cidadão de Coimbra, Instituto de Emprego e Formação, APPACDM, Gabinete de Inserção Profissional, diversas creches e jardins de infância e ainda a APCC – Quinta da Conraria.

### **3.6.3. Reuniões de equipa técnica**

Nestas reuniões, realizadas semanalmente ou quando necessário, estão presentes os profissionais que integram a equipa técnica (diretora técnica, assistente social, psicólogo e animadora cultural) e a estagiária. Funciona como um espaço de agendamento de serviços no exterior da instituição, de discussão de casos e de procura de novas estratégias de intervenção, no sentido de dar resposta às necessidades e aspirações das residentes acolhidas.

### **3.7. Seminários e Congressos**

#### **3.7.1. Encontro do Grupo Violência: Encontro de Violência Interpessoal ao longo do Ciclo Vital – Pensar a Prevenção**

Nos dias 23 e 24 de novembro de 2017 realizou-se o *VII Encontro Grupo Violência - Informação, Investigação e Intervenção*<sup>36</sup> (Figura 3.24). Este encontro teve como tema "Violência interpessoal ao longo do ciclo vital - Pensar a Prevenção" e realizou-se no Auditório Bissaya Barretto - Campus do Conhecimento e da Cidadania, em Bencanta - Coimbra.

No primeiro dia do encontro, contou-se com quatro oficinas que se apresentavam com os seguintes temas: "Nós e os outros: violência e disfuncionalidades" , "Pensar fora do armário: identidade de género e orientação sexual, na escola e na família", "Violência nas escolas, da prevenção à intervenção" e "Violência no contexto familiar e trabalho em rede nos cuidados de saúde primários".

No segundo dia, após a conferência de abertura "Família de hoje", prosseguiu-se com a mesa I – Violência sobre Crianças e Jovens, na Família e na Escola –, focando os temas "Identidade de Género – o papel da escola e dos serviços de Psicologia" e "Bullying Homofóbico/Famílias Não Normativas".

Na segunda mesa – Violências, Definindo Caminhos – a apresentação dos temas centrou-se na problemática da violência nas relações íntimas, incluindo "Pensar a Prevenção no Agrupamento de Centros de Saúde" e "Corpos Dissidentes, Corpos Resistentes: repensar a violência no campo da cidadania íntima LGBTQ".

Por fim, a apresentação da terceira mesa – Violência e Envelhecimento – centrou-se nas problemáticas "Perceção do Abuso pela Pessoa Idosa" e "Envelhecimento LGBTQ+".

---

<sup>36</sup> Cf. Apresentação do programa disponível em: <http://bit.ly/grupoviolenca>

O encontro encerrou com a apresentação das novas parcerias.



Figura 3.24. VII Encontro Grupo Violência: Violência Interpessoal ao Longo do Ciclo Vital, Pensar a Prevenção

### 3.7.2. Encontro CPCJ “Não há mal que sempre dure”

No dia 12 de abril de 2018 a equipa técnica da CIR assistiu ao encontro da CPCJ Lisboa Norte “Não há mal que sempre dure”<sup>37</sup>, que decorreu no Centro Cultural de Carnide no âmbito da Campanha de 2018 do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância

Neste encontro concretizou-se a apresentação do plano local de ação da CPCJ Lisboa Norte e desenvolveu-se uma reflexão sobre as principais problemáticas sinalizadas: “Negligência e Cuidados Maternos: impacto no desenvolvimento da criança”, “Abandono e absentismo escolar na comunidade cigana”, “Abandono e absentismo escolar” e “Violência Doméstica”.

### 3.7.3. Seminário de prevenção de maus tratos a crianças e jovens

No dia 20 de abril de 2018 a equipa técnica da CIR participou no *Seminário Filhos, Pais e Avós: Viver (s)em Conflito*<sup>38</sup>, que decorreu no Auditório do Hospital de Pediátrico do Centro

<sup>37</sup> Cartaz disponível em: <http://bit.ly/CPCJPrevenção>

<sup>38</sup> Flyer disponível em: <http://bit.ly/LaçoAzul>

Hospitalar e Universitário de Coimbra, a propósito da 8.ª Campanha de Prevenção de Maus Tratos a Crianças e Jovens – Campanha Laço Azul.

Neste seminário, foram abordados temas relevantes para o estágio, nomeadamente ao nível do conceito de família, do seu ciclo vital e das novas formas de famílias, assim como das suas implicações para o exercício da parentalidade.

Posteriormente, ainda no âmbito deste seminário, participámos no Workshop 3 – Avós: “Quem semeia ventos, colhe tempestades?” – dinamizado pela Doutora Cristina Cunha e Doutora Marta Ferreira.

Pretendeu-se sensibilizar a população em geral e as estruturas que intervêm nesta problemática, para a promoção dos direitos das crianças e dos jovens e para a prevenção da violência interpessoal, nas suas múltiplas formas de expressão, ao longo do ciclo de vida.

### **3.8. Projeto em TIC**

Inicialmente previsto para ser desenvolvido junto das residentes para apurar as suas competências digitais, esboçou-se uma planificação de atividades em TIC apoiada numa matriz de planificação de sessões <sup>39</sup>e antecipada pela entrega de um teste diagnóstico<sup>40</sup>. As reações a este último não foram muito animadoras, demonstrando o desinteresse e falta de motivação para esta área, o que justificou o abandono da ideia.

---

<sup>39</sup> Cf. Anexo I – Matriz de planificação da sessão da área das TIC

<sup>40</sup> Cf. Anexo II – Teste diagnóstico na área das TIC

## Conclusão/Reflexão

Ao longo da intervenção junto das mulheres vítimas de violência doméstica na Comunidade de Inserção Renascer foi possível aperceber dos contornos vivenciais da violência e das crises de parentalidade nos agregados monoparentais residentes.

Testemunhou-se com agudeza a falta de vínculos afetivos entre crianças e mães, na maior parte dos casos, degradação de cuidados básicos e passividade relacional, de tal forma que isso mesmo formou um quadro vivo da crise da parentalidade.

Não fosse ser um lugar comum o dito de que uma imagem vale muitas palavras, a visão de crianças abandonadas ao seu próprio destino, embora dentro das paredes da instituição, diz o suficiente sobre a perda da noção de dignidade humana e sobre a perda da dimensão de cuidador, que uma mãe é ou deve ser.

Porém, esta seria uma imagem realista não fosse ter de se referir a intervenção constante das técnicas e auxiliares no sentido de corrigir situações extremas e prevenir os acidentes. A elas se deve o sucesso da instituição no seu papel de inserção social.

Da observação e da escuta das narrativas das residentes e do pessoal técnico foi possível concluir que instituições como a CIR se tornam cada vez mais indispensáveis para que as mães nestas circunstâncias possam continuar com a guarda das crianças. Possivelmente, sem estas instituições ou perderiam a guarda das crianças ou esta seria mais problemática dada a debilidade emocional e fragilidade financeira em que muitas delas se encontram.

As instituições de inserção social para casos de violência doméstica são mecanismos aplicadores da lei e nessa medida dão a medida mais clara da sensibilidade social relativamente aos alarmes sobre violência doméstica, demonstrando que se trata de uma questão de candente atualidade e longe de ter encontrado um ponto de viragem na direção desejável.

A estagiária de Ciências de Educação na sua intervenção no campo socioeducativo procura implementar estratégias de promoção do bem-estar psicossocial das residentes, tendo um especial papel no domínio da recuperação e fortalecimento de laços saudáveis de parentalidade entre as mães e crianças, sem esquecer o que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, retomada de relações sociais, crescimento pessoal e dotação de ferramentas propiciadoras a um bom desenvolvimento funcional e à aquisição de faculdades comunicacionais tanto quanto possível livres de traumas.

Todos estes contributos devem tender para uma visão de si mais resiliente das mulheres vítimas e, nessa medida, torná-las capazes de enfrentar obstáculos relacionais e garantir uma boa relação com as suas crianças.

Em alguns pontos sumario o que parece importante concluir neste momento.

Primeiramente, devo referir que muitos dos casos que surgiram na instituição eram dados como irrecuperáveis e sem esperança quando, na realidade, após o trabalho da instituição se conseguiram modificar comportamentos na perceção da história pessoal da vítima e na relação parental. Conclui-se por isso que as instituições como a CIR possuem um trabalho imprescindível junto deste público.

Em segundo lugar, o papel da estagiária foi evoluindo na interação com as residentes desde uma situação inicial em que elas se comportavam como perante uma intrusa até a uma maior familiaridade no trato, que tornou possível um registo conversacional mais fluido. Um técnico que desempenhe as funções que se conseguiram identificar na qualidade de estagiária deve estar preparado para contribuir, em instituições semelhantes à CIR, para o desenvolvimento de ateliers ocupacionais que facilitem a aquisição de conhecimentos e aptidões pessoais das residentes.

Em terceiro lugar, salienta-se a importância da formação de licenciatura e mestrado em Ciências da Educação para o desempenho das atividades de um estagiário neste contexto, nomeadamente na área da Educação Familiar, Dinâmica de Grupos, Educação para as Carreiras.

Em quarto lugar, na perspetiva do estágio como oportunidade formativa, e da estagiária, sublinha-se a aquisição de competências transversais, nomeadamente competências comunicativas, gestão da empatia, a aplicação de conhecimentos científicos e o conhecimento da realidade social, enquanto capacidades que têm de ser calibradas a todo o momento pelo técnico de um modo ajustado às histórias pessoais com que se contacta.

Em suma, o presente relatório representa o culminar de todo o trabalho desenvolvido não só no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciências da Educação, mas de cinco anos de estudo na área das Ciências da Educação, destacando o papel fundamental dos professores das áreas acima referidas.

## Referências

- Annan, K. (1999). *World Free of Violence against Women*. Conferência de imprensa. Retirado de: <http://bit.ly/2xJ73Ek>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1993). *Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Retirado de: <http://bit.ly/DSEVCM>
- Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV). (2013). *Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para Profissionais*. Retirado de: <http://bit.ly/AMVCManual>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2012). *Violência Doméstica*. Retirado de: <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Bandura, A. (1965). Vicarious Processes: A Case of No-Trial Learning. *Advances in Experimental Social Psychology*, 2, 1-55. doi:10.1016/s0065-2601(08)60102-1
- Beleza, T. (2011). A “Violência de Género” no Direito Internacional e Europeu: Nova Convenção do Conselho da Europa sobre Violência contra as Mulheres. Retirado de: <http://bit.ly/2O81Lfj>
- Belo, F., & Scodeler, K. (2013). A importância do brincar em Winnicott e Schiller. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 91-101. Retirado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382013000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100007&lng=pt&tlng=pt).
- Calvinho, S., & Ramos, N. (2016). Violência conjugal contra a mulher: Perspectivas de mães vítimas de violência sobre as consequências nos seus/suas filhos(as). In *Actas do 11º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (p. 669). Retrieved from [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5837/1/CEMRI\\_Natalia\\_Ramos\\_%20Atas\\_2016\\_Violencia%20conjugal.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5837/1/CEMRI_Natalia_Ramos_%20Atas_2016_Violencia%20conjugal.pdf)
- Cáritas Diocesana de Coimbra. (2011). Estrutura funcional e orgânica da Cáritas Diocesana de Coimbra. Retirado de: <http://www.caritas.pt>
- Cáritas Diocesana de Coimbra (2017). *Plano de Ação 2017: Mensagem do Presidente*. Coimbra. Retirado de: [http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/site/coimbra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3777&Itemid=101](http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/site/coimbra/index.php?option=com_content&view=article&id=3777&Itemid=101)
- Case Western Reserve University. (2018). Exposure to domestic violence costs US government \$55 billion each year: exposure to domestic violence carries long-term consequences

- for both children and society. *ScienceDaily*. Retirado de: [www.sciencedaily.com/releases/2018/04/180425093846.htm](http://www.sciencedaily.com/releases/2018/04/180425093846.htm)
- Casique, L. C. (2006). Violência Contra Mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6). Retirado de: <http://bit.ly/2OLBReS>
- Cavalcanti, F. (2012). *A Violência Contra a Mulher e a Lei Maria da Penha. Conteúdo Jurídico*. Brasília. Retirado de: <http://bit.ly/2MQL6IV>
- Coelho, E., Silva, A., & Lindner, S. (2014). *Violência: Definições e Tipologias*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Comunidade de Inserção Renascer. (2016). *Relatório de Atividades*. Caritas Diocesana de Coimbra. Coimbra
- Concelho da Europa. (2011). *Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence against Women and Domestic Violence*. Retirado de: <http://bit.ly/2DrrfjZ>
- Costa, M., & Aquino, Q. (2011). A Violência Contra a Mulher: breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha. *Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha*, 5(9), 121-136. Retirado de: <http://bit.ly/2MVrEe9>
- Cruz, S., Espíndula, D., & Trindade, Z. (2017). Violência de Género e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde. *Psico-USF*, 22(3), 555-567. Retirado de: <http://bit.ly/2NwPAcO>
- Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social (Ed.). (2004). Comunidade de Inserção: Guião Técnico. Retrieved from [http://www.seg-social.pt/documents/10152/51600/Comunidade\\_insercao/bd11265a-7490-457b-84d5-e30253fba1ae](http://www.seg-social.pt/documents/10152/51600/Comunidade_insercao/bd11265a-7490-457b-84d5-e30253fba1ae)
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2007). *Making an impact: children and domestic violence* (2nd Ed). Jessica Kingsley Publishers. London. doi:10.7748/paed.19.9.8.s12
- INE. (2018). *Agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR*. Retirado de: <http://bit.ly/2NzLukb>
- Koerner, A. F., & Fitzpatrick, M. A. (2002). Toward a Theory of Family Communication. *Communication Theory*, 12(1), 70-91. doi:10.1111/j.1468-2885.2002.tb00260.x
- Krantz, G., & Garcia-Moreno, C. (2005). Violence against women. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 59(10). Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1136/jech.2004.022756>

- Krug E. G., Dahlberg L., Mercy J., Zwi A., & Lozano R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization. Retirado de: <http://bit.ly/2Dn12mw>
- Manita, C., Ribeiro C. & Peixoto C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir, guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Retirado de: <http://bit.ly/2pyjcrW>
- NSW Parenting Centre. (2002). *Domestic Violence and it's Impact on Children's Development*. Paper presented at Department of Community Services' Fourth Domestic Violence Forum, Old Bidura House Ballroom, Glebe. Retirado de: [https://www.facs.nsw.gov.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0005/321638/dv\\_paper.pdf](https://www.facs.nsw.gov.au/__data/assets/pdf_file/0005/321638/dv_paper.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (1990). *Convenção dos Direitos da Criança*, p.19. Retirado de: [https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim. Retirado de: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Istambul. Retirado de: <https://rm.coe.int/0900001680685fcb>
- Pereira, M. N., & Pereira, M. Z. (2011). A violência doméstica contra a mulher. *Espaço do Currículo*, 4(1), 22-34. Retirado de: <http://bit.ly/2QT4AQc>
- Pingley, T. (2017). The Impact of Witnessing Domestic Violence on Children: A Systematic Review. *Master of Social Work Clinical Research Papers*. 776. Retirado de: [https://sophia.stkate.edu/msw\\_papers/776](https://sophia.stkate.edu/msw_papers/776)
- Prazeres, V. (Coord.) (2016). *Violência Interpessoal: Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde* (2.ª edição). Retirado de: <http://bit.ly/2PXpvR6>
- Razera, J., Cenci, C., & Falcke, D. (2010). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: um estudo de caso. *IMED*, 6(1), p.50. doi:10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n1p47-51
- Silva, A., & Esteves, J. (2012). *Parentalidade Positiva: Eu, tu, ele/a, nós, vós e eles/as?* Retirado de: [https://www.cesis.org/admin/modulo\\_news/ficheiros\\_noticias/20130306111250-1parentalidapositiva.pdf](https://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20130306111250-1parentalidapositiva.pdf)
- Teles, M. A., & Melo, M. (2002). *O que é a Violência Contra a Mulher* (1). Retirado de: <http://bit.ly/2Nxvmzz>

Viotti, M. (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*.

Retirado de: <http://bit.ly/2pwNpaV>

Weber, M. (2004). The economic toll of intimate partner violence against women in the

United States. *PubMed*, 19(3), 259-272. Retirado de: <http://bit.ly/2px57Lu>

Webster-Stratton, C. (2008). *The Incredible Years | Toddlers' Parenting Program*. Retirado de:

<http://www.incredibleyears.com>

Winnicott, D. W., (1971). *Playing and Reality*. London and New York. Routledge.

### **Legislação:**

Despacho conjunto n.º 981/99, de 19 de outubro (retirado de: [http://www.seg-](http://www.seg-social.pt/documents/10152/35267/Desp_C_891_99/f918f1e8-c9c0-4b42-9a60-158121ebf019)

[social.pt/documents/10152/35267/Desp\\_C\\_891\\_99/f918f1e8-c9c0-4b42-9a60-](http://www.seg-social.pt/documents/10152/35267/Desp_C_891_99/f918f1e8-c9c0-4b42-9a60-158121ebf019)

[158121ebf019](http://www.seg-social.pt/documents/10152/35267/Desp_C_891_99/f918f1e8-c9c0-4b42-9a60-158121ebf019)

Lei nº 59/2007, de 04 de setembro (Artigo 152º do código penal – Violência Doméstica)

Lei 130/2015, de 04 de setembro (estatuto de vítima código penal)

Resolução nº. WHA49.25 (retirado de:

[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/resources/publications/en/WHA4925\\_eng.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_eng.pdf))

# Anexos

## Anexo I – Matriz de planificação da sessão da área das TIC

<b>Tema:</b> Informática na Ótica do Utilizador <b>Data e hora:</b> <i>Por definir</i>			
<b>Objetivos de aprendizagem</b>	<b>Módulos</b>	<b>Pontos-chave para enfatizar</b>	<b>Técnicas instrucionais</b>
→ Conhecer a estrutura básica de um computador;  → Dominar o processador de texto e ferramentas do Microsoft Office;  → Pesquisar e selecionar informação na Internet;  → Utilizar uma aplicação de correio eletrónico.	1. Windows - Estrutura Básica;  2. Operações elementares com o sistema operativo;  2. Processamento de texto;  3. Internet;  4. Correio Eletrónico.  5. Uso da internet em atividades do quotidiano	Hardware e Software;  Edição e formatação de Documentos;  Motores de pesquisa;  Fiabilidade da informação;  Comunicação;  Contactos;  Netiqueta;  Segurança;	Exercícios de aplicação prática para cada um dos módulos.
<b>Plano de avaliação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico Inicial, Observação e Avaliação Final.</li> </ul> <b>Recursos pedagógicos e equipamento necessário:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 computador</li> </ul>			
Fonte: Caffarella, R. S. (2002). Planning programs for adult learners: A practical guide for educators, trainers, and staff developers (2 ed.). San Francisco: Jossey-Bass, Inc. Tradução e Adaptação de Maria do Rosário Pinheiro (2003). Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra			

## Anexo II – Teste diagnóstico na área das TIC

<b>Competências Digitais</b> (adaptado de Europass- Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional)			
Nome:			
<b>PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO</b>	Sim	Não	Talvez
Sei pesquisar informação <i>online</i> utilizando um motor de busca.			
Sei que nem toda a informação <i>online</i> é fiável.			
Sei guardar e arquivar ficheiros ou conteúdos (ex. texto, imagens, música, vídeos, páginas <i>web</i> ).			
Sei procurar os ficheiros guardados.			
Sei utilizar diferentes motores de busca para pesquisar informação.			
Quando pesquiso sei utilizar alguns filtros (ex. pesquisar apenas imagens, vídeos, mapas).			
Faço cópias de segurança da informação ou dos ficheiros que guardei.			
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Sim	Não	Talvez
Utilizo diversas ferramentas de comunicação para comunicar <i>online</i> :			
- Correio eletrónico			
- Chat			
- SMS			
- Blogues			
- Microblogues			
- Redes sociais			
Sei que posso utilizar tecnologias digitais para interagir com serviços (serviços públicos, bancos, hospitais).			

Transmito/partilho informações <i>online</i> com outras pessoas (por ex., através de ferramentas de redes sociais ou em comunidades <i>online</i> ).			
Sei partilhar ficheiros e conteúdos utilizando ferramentas básicas.			
Tenho conhecimento e uso as regras de comunicação <i>online</i> (“Netiqueta”).			
<b>CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS</b>	Sim	Não	Talvez
Sei produzir conteúdo digital simples como:			
- Textos			
- Tabelas			
- Imagens			
- Ficheiros de som			
Sei fazer alterações no conteúdo digital de outras pessoas			
Sei que o conteúdo pode ser protegido por direitos de autor.			
<b>SEGURANÇA</b>	Sim	Não	Talvez
Sei como aplicar medidas de base para proteger o meu equipamento (ex. utilizar antivírus e palavras-passe).			
Sei que as minhas credenciais (nome de utilizador e palavra passe) podem ser roubadas.			
Sei que não devo divulgar informação pessoal <i>online</i> .			
Sei que nem toda a informação <i>online</i> é fiável.			
<b>RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS</b>	Sim	Não	Talvez
Sei como resolver problemas habituais, como por exemplo:			
- Encerrar um programa			
- Reiniciar o computador			
- Reinstalar um programa			

- Atualizar um programa			
- Verificar a ligação à internet			
Sei que devo atualizar as minhas competências informáticas regularmente.			
<b>OUTROS</b>	Sim	Não	Talvez
Existem outras coisas que gostaria de saber fazer com computador.			
Se sim, o que gostaria de aprender?			

## Anexo III – Questionário entregue às mães acerca do tempo de brincadeira

### Parte 1. *O tempo de brincadeira*

Vamos pensar nos momentos em que está com a sua criança em casa e ela pede para brincar. Como se sente?

1. Gosta de brincar com a sua criança?
  - Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
  
2. Sabe quando é que a sua criança quer brincar consigo?
  - Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
  
3. Costuma brincar todos os dias com a sua criança?
  - Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
  
4. Brinca pelo menos 15 minutos por dia com a sua criança?
  - Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
  
5. Como costumam brincar? (selecione as que melhor se aplicam a si)
  - Jogos de atividade física (apanhada, bola, ...)
  - Jogos interativos (computador, ...)
  - Jogos didáticos (puzzles, legos, ...)
  - Leitura
  - Brincadeiras de imitação
  - Brincadeiras de exploração sensorial
  - Outro

6. Sente alguma dificuldade quando tenta brincar com a sua criança?
- Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
7. Que tipo de dificuldade sente?
- Não sei como brincar
  - Não tenho tempo
  - Considero um desperdício de tempo
  - Sinto que tenho de supervisionar a criança e explicar-lhe como é que se brinca
  - Sinto que não serve para nada
  - É aborrecido
  - Não sinto dificuldade
  - Outro
8. Gostaria de ter mais tempo para brincar com a sua criança?
- Sempre
  - Muitas vezes
  - Algumas vezes
  - Raramente
  - Nunca
9. Com quem é que a sua criança brinca mais?
- Sozinho
  - Consigo
  - Com outras crianças
  - Com outras mães
  - Outro

## Parte 2. *A importância do brincar*

1. Considera importante o desenvolvimento de brincadeiras entre pais e filhos?
- Sim
  - Não
2. Gosta de brincar com a sua criança?
- Sim
  - Não
3. Considera que ela gosta de brincar consigo?
- Sim
  - Não
4. Acha que para a sua criança o tempo que brincam é o suficiente?
- Sim
  - Não

#### Anexo IV – Matriz de planificação da sessão 1 da Oficina Parental

Projeto	Oficina Parental
Tema	Segurança infantil
Ação	Uma casa segura
Local Tempo previsto	Comunidade de Inserção Renascer – 2 horas
Dinamizador(es) responsáveis	Beatriz Bastos
Grupo-alvo	População da Comunidade de Inserção Renascer
Objetivo geral	Compreender a importância da criação de espaços seguros para a exploração dos bebés
Aprendizagem fundamental	Tornar o ambiente à sua volta seguro para a exploração e descobertas dos bebés
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	Atividades de casa (folhetos e <i>checklist</i> )

Momento/Tempo	Objetivos específicos	Conteúdos Pontos-chave	Métodos/Estratégia/ Técnicas	Recursos	Atividades dos participantes	Avaliação
Introdução 10 minutos	Agradecer a presença das participantes;  Apresentar o tema;	Boas vindas;	Ativo	Cadeiras	Observação e escuta	Observação direta
Uma Casa Segura 2:00h	Compreender a necessidade de explorar e descobrir como etapas de desenvolvimento dos bebés;	A exploração e a descoberta: a necessidade e importância da casa segura na promoção das descobertas do bebé	Ativo ( <i>brainstorming</i> ) e expositivo	Cadeiras  Computador	Reflexão e debate “potenciais perigos e cuidados a ter na casa”	Observação direta

	<p>Compreender a importância da segurança do bebé na exploração do ambiente que o rodeia</p> <p>Relacionar a criação de espaços seguros com a segurança do bebé</p>	<p>Estratégias de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Gerais</li> <li>○ Para a cozinha</li> <li>○ Para o quarto</li> <li>○ Para a sala</li> </ul>			<p>Visualização de vídeos alusivos ao tema</p> <p>Reflexão e debate “como prevenir acidentes em casa”</p> <p>Observação e escuta atenta</p>	
<p>Encerramento da sessão</p> <p>10 minutos</p>	<p>Recapitular os conteúdos abordados;</p> <p>Comprometer-se com a realização dos desafios propostos para casa.</p>	<p>Revisão dos tópicos da sessão;</p> <p>Atribuição de desafio para casa</p>	<p>Ativo</p>	<p><i>Checklist</i> de cuidados a ter na proteção da casa contra o bebé;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação e escuta atenta.</li> <li>• Comprometer-se com a realização dos desafios propostos para casa.</li> </ul>	<p>Avaliação da satisfação</p>

## **Anexo V – Links dos Vídeos visualizados na sessão 1 da Oficina Parental**

- <http://bit.ly/SegInfAfogamentos>
- <http://bit.ly/SegInfQuedas>
- <http://bit.ly/SegInfIntoxicações>
- <http://bit.ly/SegInfQueimaduras>
- <http://bit.ly/SegInfAcidentes>

## A segurança do meu bebé

### A ter em atenção:

- Já verifiquei que objetos pequenos (moedas, chaves, comida, berlindes, clips, etc) e sacos de plástico se encontram fora de alcance do bebé.
- Todos os produtos venenosos, incluindo produtos de limpeza, shampôs, etc, encontram-se em embalagens com tampa de segurança e/ou fora de alcance do bebé.
- Quando transporto o meu bebé no carro tenho os cuidados necessários para fazer um transporte em segurança.
- Sou vigilante em relação ao meu bebé e nunca tiro os olhos de cima dele.
- Existe um portão de segurança no topo e no fundo das escadas.
- Nunca deixo a minha criança sozinha no banho, na cama ou no carro.
- Existem proteções nas tomadas elétricas.
- Quando preparo o seu banho, verifico sempre a temperatura da água.
- Nunca deixo a minha criança sozinha com um animal.
- Na cama do meu bebé não existem objetos pequenos.
- Tenho contactos de emergência à mão perante uma situação de perigo.



## Anexo VII – Matriz de planificação da sessão 2 da Oficina Parental

Projeto	Oficina Parental
Tema	Tempo de Brincar
Ação	Vamos brincar
Local Tempo previsto	Comunidade de Inserção Renascer – 2 horas e 30
Dinamizador(es) responsáveis	Beatriz Bastos
Grupo-alvo	Residentes da Comunidade de Inserção Renascer
Objetivo geral	Reconhecer os benefícios de brincar e do envolvimento parental
Aprendizagem fundamental	Promover o envolvimento do cuidador no tempo de brincar
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	Atividade para casa: brincar todos os dias durante pelo menos 15 minutos

Momento/Tempo	Objetivos específicos	Conteúdos Pontos-chave	Métodos/Estratégia/ Técnicas	Recursos	Atividades dos participantes	Avaliação
Introdução 10 minutos	Agradecer a comparência das participantes;  Apresentar o tema;	Boas vindas;  Revisão da atividade para casa da sessão anterior	Ativo	Cadeiras	Observação e escuta	Observação direta
Vamos Brincar! 2:00	Reconhecer o valor do brincar para o desenvolvimento da criança;  Desmistificação de crenças	“Brincar” enquanto processo de desenvolvimento físico, cognitivo e social da criança  Mitos sobre o “brincar”	Ativo ( <i>brainstorming e roleplay</i> )	Cadeiras em círculo  Folheto de Pensamentos Pessoais  Brinquedos	Reflexão sobre benefícios de participar nas brincadeiras dos filhos  Debate sobre mitos	Observação direta

	<p>relacionadas com este tema</p> <p>Explicar a importância da participação cuidador nas brincadeiras.</p>	<p>presentes na sociedade</p>			<p>relacionados com o brincar</p> <p>Debate sobre vantagens de brincar</p> <p>Observação e escuta atenta</p> <p>Simulação (de mãe e filho)</p> <p>Análise e debate sobre simulação</p>	
<p>Encerramento da sessão</p> <p>20 minutos</p>	<p>Recapitular os conteúdos abordados;</p> <p>Comprometer-se com a realização dos desafios propostos para casa.</p>	<p>Revisão dos tópicos da sessão;</p> <p>Atribuição de desafio para casa</p>	<p>Ativo</p>	<p>Papel e canetas</p>	<p>Observação e escuta atenta</p> <p>Fazer um desenho (para dinâmica)</p> <p>Comprometer-se com a realização dos desafios propostos para casa.</p>	<p>Observação direta</p> <p>Avaliação da satisfação</p>

## Pensamentos pessoais acerca do tempo de brincadeira

Faça uma pequena reflexão acerca destas seguintes questões:

1. Quais são os possíveis benefícios para a sua criança se você brincar com ela?
2. Considera que existe alguma barreira/dificuldade quando tenta brincar com a sua criança?

Escreva nas colunas abaixo os benefícios de brincar com a sua criança e as dificuldades que tem em fazê-lo. Veja se consegue encontrar alguma solução para as barreiras que referiu.

Benefícios de eu brincar com a minha criança e passar mais tempo com ela	Barreiras/dificuldades em fazê-lo
<b>Objetivo:</b> Eu comprometo-me a brincar com a minha criança ___ vezes esta semana durante ___ minutos	

**Anexo IX – Matriz de planificação da sessão 3 da Oficina Parental**

Projeto	Oficina Parental
Tema	Brinquedos recicláveis
Ação	Construção de materiais e jogos didáticos
Local Tempo previsto	Comunidade de Inserção Renascer – 2 horas e 30 minutos
Dinamizador(es) responsáveis	Beatriz Bastos
Grupo-alvo	População da Comunidade de Inserção Renascer
Objetivo geral	Compreender a importância do
Aprendizagem fundamental	
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	Construção e utilização dos brinquedos

Momento/Tempo	Objetivos específicos	Conteúdos Pontos-chave	Métodos/Estratégia/ Técnicas	Recursos	Atividades dos participantes	Avaliação
Introdução 10 minutos	Agradecer a comparência das participantes;  Apresentar o tema;	Boas vindas;	Ativo	Cadeiras	Observação e escuta	Observação direta
Oficina de construção 2:00	Confeccionar brinquedos e jogos utilizando materiais recicláveis, de modo a propiciar a construção do conhecimento,	Que materiais de casa podemos usar para criar jogos?  De que forma estimulam o desenvolvimento da criança?	Ativo	Cadeiras  Mesa  Garrafas de plástico usadas  Materiais de artes plásticas	Construção de materiais	Observação direta

	<p>pelos educandos, de forma significativa</p> <p>Compreender que material utilizado pode ser reciclado como matéria-prima para a elaboração de novos objetos</p> <p>Compreender os benefícios dos tipos de brincadeira</p>			Paus de espetada		
<p>Encerramento da sessão</p> <p>10 minutos</p>	Esclarecimentos	Testar os materiais criados	Ativo	Materiais criados	<p>Participação ativa</p> <p>Observação e escuta atenta</p>	Avaliação da satisfação

### Anexo X – Matriz de planificação da sessão 4 da Oficina Parental

Projeto	Oficina Parental
Tema	Cantinho da leitura
Ação	Leitura de um conto
Local Tempo previsto	Comunidade de Inserção Renascer – 40 minutos
Dinamizador(es) responsáveis	Beatriz Bastos
Grupo-alvo	Residentes com/e crianças da Comunidade de Inserção Renascer
Objetivo geral	Promover o interesse por histórias e exploração de livros
Aprendizagem fundamental	A importância da leitura infantil
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	Atividade para casa (criar hábitos de leitura antes de dormir)

Momento/Tempo	Objetivos específicos	Conteúdos Pontos-chave	Métodos/Estratégia/ Técnicas	Recursos	Atividades dos participantes	Avaliação
Introdução 5 minutos	Agradecer a comparência das participantes;  Apresentar o tema;	Boas vindas;	Ativo	Manta	Observação e escuta	Observação direta
Cantinho de leitura 30 minutos	Aumentar a curiosidade, habilidade de leitura e capacidade de concentração/atenção  Estimular a imaginação e criatividade	A criança pequena e os benefícios da leitura	Ativo	Manta grande  Livros infantis	Participação ativa (leitura dos contos)	Observação direta

<p>Encerramento da sessão</p> <p>10 minutos</p>	<p>Possibilitar as crianças de manusear os livros</p> <p>Promover o interesse da criança por livros</p> <p>Revisão do tema da sessão</p>	<p>Revisão dos tópicos da sessão;</p>	<p>Ativo</p>		<p>Reflexão e debate</p>	<p>Avaliação da satisfação</p>
---	--	---------------------------------------	--------------	--	--------------------------	--------------------------------

## Anexo XI – Matriz de planificação da sessão 5 da Oficina Parental

Projeto	Oficina Parental
Tema	Espaço de relaxamento
Local Tempo previsto	Comunidade de Inserção Renascer – 60 minutos
Dinamizador(es) responsáveis	Beatriz Bastos
Grupo-alvo	Residentes com/e crianças da Comunidade de Inserção Renascer
Objetivo geral	Promover a regulação da ansiedade
Aprendizagem fundamental	Como o <i>mindfulness</i> contribui para a redução do stress e benefícios para a saúde mental
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	Exercício de relaxamento praticado em aula

Momento/Tempo	Objetivos específicos	Conteúdos Pontos-chave	Métodos/Estratégia/ Técnicas	Recursos	Atividades dos participantes	Avaliação
Introdução 5 minutos	Agradecer a comparência das participantes;  Apresentar o tema;	Boas vindas;	Ativo	Manta grande	Escuta atenta	Observação direta
Cantinho de leitura 40 minutos	Combater o <i>stress</i>  Promover o controlo da ansiedade  Proporcionar momentos de	Como as técnicas de <i>mindfulness</i> beneficiam a saúde mental  Respiração profunda	Ativo	Manta grande  Colunas  Música <i>zen</i>	Seguir orientações dadas pela dinamizadora  Observação e escuta atenta	Observação direta

	tranquilidade entre mães e filhos	Relaxamento muscular progressivo Contacto com sensações corporais  Imaginação guiada				
Encerramento da sessão 15 minutos	Refletir e partilhar a experiência individual	Momento de partilha	Ativo		Reflexão e debate	Avaliação da satisfação

**Anexo XII – Matriz de planificação da sessão *Gerir o meu dinheiro: Ida ao supermercado***

<b>Designação de Conteúdos Programáticos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Desenvolvimento Programático</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos</b>	<b>Tempo Médio Aconselhável</b>	<b>Avaliação</b>
Orçamento Mensal: Gerir o Meu Dinheiro	Dotar capacidades de gestão económica doméstica	Consumo de bens essenciais básicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação</li> <li>• Despesas de higiene</li> <li>• Despesas diárias</li> </ul>	Apresentação teórica através de conversa informal  Aplicação dos conceitos em contexto real  Discussão aberta ao grupo de participantes  Dúvidas /questões	Tabela de despesas mensais mais comuns  Folhetos promocionais de diversos supermercados  Lista de dicas de poupança	Aproximadamente 60 minutos	Observação direta  Questionário de satisfação

*Vamos às compras!*

Orçamento mensal: 600 €



<b>CONSUMOS</b>	
<b>Alojamento</b>	200
<b>Água</b>	15
<b>Gás</b>	15
<b>Eletricidade</b>	15
<b>Alimentação</b>	
<b>Bens Necessários</b>	
<b>Despesas diárias</b>	
<b>Transporte</b>	30
<b>Creche</b>	50
<b>TOTAL</b>	

**Anexo XIV – Matriz de planificação da sessão *Gerir o meu dinheiro: Aluguer de casa e contratos***

<b>Designação de Conteúdos Programáticos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Desenvolvimento Programático</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos</b>	<b>Tempo Médio Aconselhável</b>	<b>Avaliação</b>
Orçamento Mensal: Gerir o Meu Dinheiro	Dotar capacidades de gestão económica doméstica	Consumos relacionados com aluguer de casa, contratos de água, luz, gás e gastos com transportes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratos</li> <li>• Tarifa social</li> <li>• Consequências de falha do pagamento</li> </ul>	Apresentação teórica através de conversa informal  Aplicação dos conceitos em contexto real  Discussão aberta ao grupo de participantes  Dúvidas /questões	Tabela de despesas mensais mais comuns  Folheto com anúncios de arrendamento de casas	Aproximadamente 60 minutos	Observação direta  Questionário de satisfação

Orçamento mensal: 600 €



<b>CONSUMOS</b>	
<b>Alojamento</b>	
<b>Água</b>	
<b>Gás</b>	
<b>Eletricidade</b>	
<b>Alimentação</b>	120
<b>Bens Necessários</b>	40
<b>Despesas diárias</b>	70
<b>Transporte</b>	
<b>Creche</b>	50 € (valor fixo)
<b>TOTAL</b>	

Anexo XVI – Matriz de planificação da sessão *Entrevista de emprego*

Designação de Conteúdos Programáticos	Objetivos	Desenvolvimento Programático	Metodologia	Recursos	Tempo Médio Aconselhável	Avaliação
Inserção no mercado de trabalho: Entrevistas de Emprego	Promover conhecimentos propícios ao sucesso nas entrevistas de emprego	Cuidados a ter antes e durante a entrevista: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comportamentos e atitudes ajustadas;</li> <li>• Comportamento não verbal;</li> <li>• Informações prévias acerca da oferta/empresa</li> <li>• Aparência e postura física adequada</li> </ul>	Apresentação teórica através de conversa informal  Aplicação dos conceitos em contexto real  <i>Roleplay</i> : Entrevista de Emprego  Discussão aberta ao grupo de participantes  Dúvidas /questões	Imagens de situações de entrevistas de Emprego  Guia de preparação para entrevista de trabalho  Lista de avaliação	Aproximadamente 60 minutos	Observação direta  Questionário de satisfação

## Guia de preparação para entrevista de trabalho<sup>41</sup>

### Dados pessoais

Nome:

Morada:

Contacto de telemóvel:

E-mail:

### Sobre a candidata

- Fale-me um pouco sobre si
- Qual o motivo da sua candidatura?
- Quais as suas expetativas salariais?
- Qual a sua maior qualidade?
- Qual o seu maior defeito?
- Que motivo a fez deixar o seu último emprego (se já trabalhou no passado)?
- Como se vê daqui a 5 anos?
- Como lida com o stress e a pressão?
- Quer saber alguma informação sobre o cargo?

---

<sup>41</sup> Adaptado de: <http://fesete.pt/gip/docs/Entrevista%20de%20emprego.pdf>

## E após a entrevista?

No final da entrevista deverá analisar o seu comportamento durante a mesma, podendo, dessa forma aprender com os erros e, preparar-se melhor para futuras entrevistas. Para esse efeito deve preencher a lista de verificação<sup>42</sup>.

<i>Listas de aspetos a avaliar</i>	<i>Sim (S) ou Não (N)</i>
1. Pontualidade	
2. Aspeto exterior	
3. Postura na entrada (confiante?)	
4. Cumprimento (Aperto de mão)	
5. Postura ao longo da entrevista (Comportamentos não verbais)	
6. Controlo de tiques nervosos	
7. Capacidade de escuta	
8. Capacidade de resposta adequada	
9. Convicção nas respostas	
10. Descrição das habilitações, experiência, interesses pessoais	
11. Reforço dos pontos fortes	
12. Reação às perguntas sobre os pontos fracos	
13. Enquadramento das suas características do trabalho	
14. Perguntas colocadas	
15. Contacto visual (nas perguntas e nas respostas)	
16. Sorrisos	
17. Agradecimentos e despedidas	

<sup>42</sup> Adaptado do Gabinete de Inserção Profissional



Figura 3.25. Situação 1 (retirada de: <https://www.globalempregos.com.br/coisas-que-nao-sao-bem-vistas-em-uma-entrevista-de-emprego>)



Figura 3.26. Situação 2 (retirada de: <https://content.personal.de/erfolgreiches-bewerbungsgespraech-fuehren/>)



Figura 3.27. Situação 3 (retirada de: <http://pme.pt/perguntas-e-respostas-para-entrevista-de-emprego/>)

Anexo XVIII – Matriz de planificação da sessão *Técnicas de Defesa Pessoal*

Designação de Conteúdos Programáticos	Objetivos	Desenvolvimento Programático	Metodologia	Recursos	Tempo Médio Aconselhável	Avaliação
Defesa Pessoal	<p>Capacitar as residentes com mecanismos de proteção e segurança pessoal</p> <p>Sensibilizar para a necessidade de evitar situações violência</p> <p>Alertar para os perigos do confronto físico com agressores</p>	<p>Pontos fracos do agressor</p> <p>Treino de golpes básicos</p> <p>Técnicas de defesa pessoal</p>	<p>Apresentação teórica através de conversa informal</p> <p>Aplicação dos conceitos em contexto real</p> <p>Método ativo (exercícios de prática)</p> <p>Discussão aberta ao grupo de participantes</p>		Aproximadament e 60 minutos	Observação direta

**Anexo XIX – Matriz de planificação da sessão *Dinâmicas de desenvolvimento de confiança e trabalho de equipa***

<b>Designação de Conteúdos Programáticos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Desenvolvimento Programático</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos</b>	<b>Tempo Médio Aconselhável</b>	<b>Avaliação</b>
Dinâmicas de desenvolvimento de confiança e trabalho de equipa	Desenvolver e/ou enriquecer as qualidades grupais, a coesão, a partilha, a confiança e empatia	A importância do espírito de equipa e cooperação	Apresentação teórica através de conversa informal  Aplicação dos conceitos em contexto real  Método ativo (Dinâmica às cegas e Dinâmica dos rebuçados)  Discussão aberta ao grupo de participantes	Rebuçados  Cadeiras  Mesas  Venda para os olhos	Aproximadamente 60 minutos	Observação direta

Anexo XX – Vídeo mosaico apresentado na celebração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher

